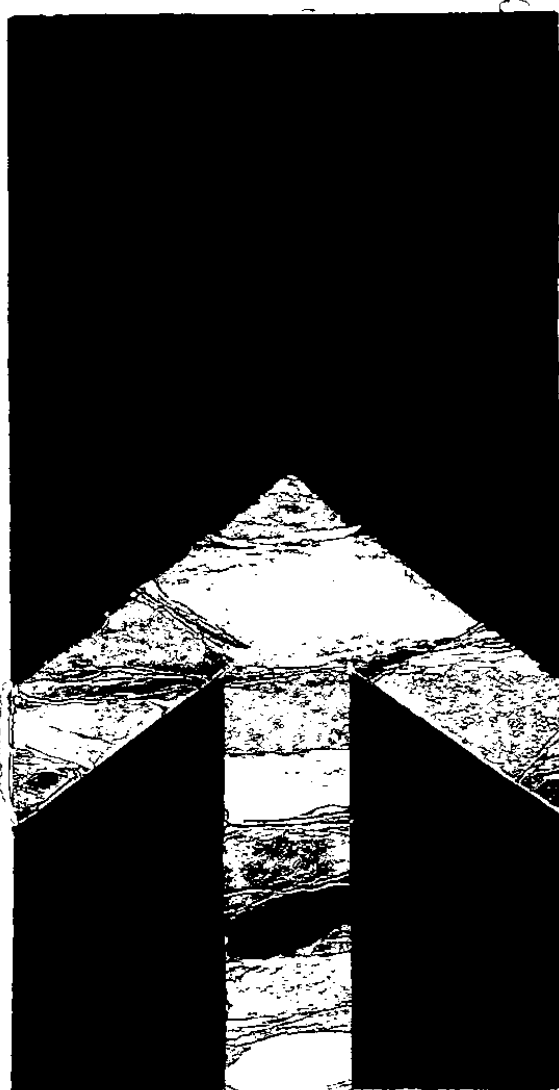


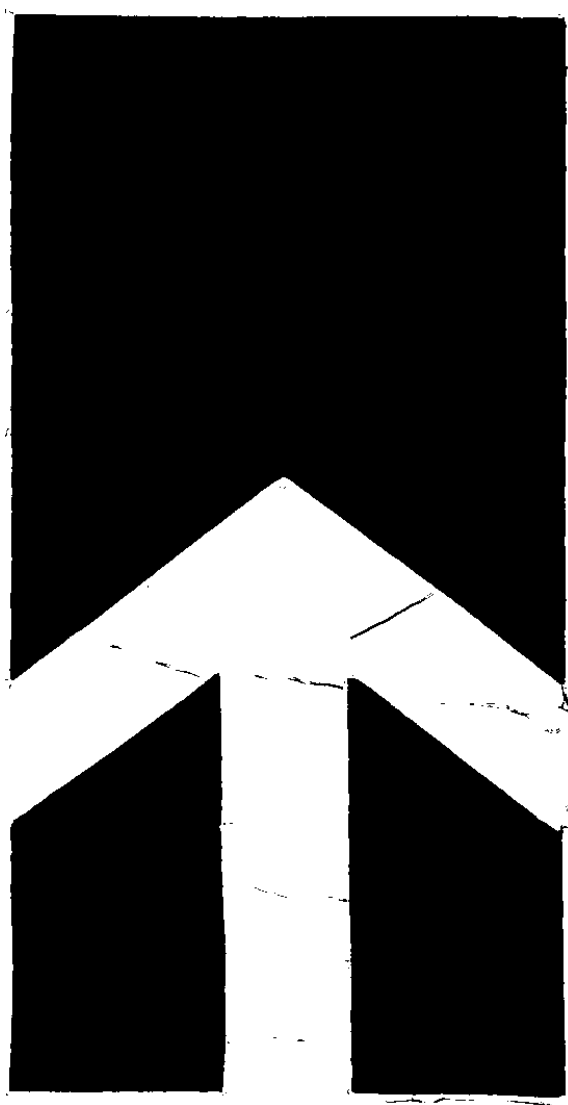
Relatório de Atividades BNDE, 1972

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

BN DE



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 1972



BNDE

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

1972



Lingotamento de aço na Aciaria LD da COSIPA (SP). A usina siderúrgica realiza sua expansão para 2,3 milhões de toneladas por ano, e o BNDE, maior acionista da empresa, é também a principal fonte de recursos para a execução do projeto, contribuindo com o equivalente a US\$ 167 milhões, ou sejam 36% do investimento programado nessa etapa.

DIRETORIA:

Presidente:

MARCOS PEREIRA VIANNA

Diretores:

ADALMIRO BANDEIRA MOURA
ADMARDO TERRA CALDEIRA
LUIZ CARLOS SOARES DE SOUZA RODRIGUES
ALBERTO DOS SANTOS ABADE
AFFONSO JOSÉ GUERREIRO DE OLIVEIRA

CONSELHO:

Presidente:

MARCOS PEREIRA VIANNA

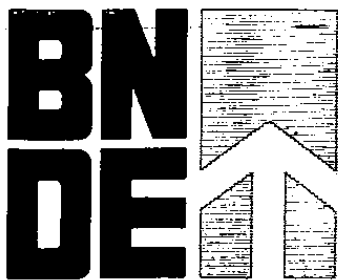
Conselheiros:

ALCIDES ABREU
ANTONIO NILSON CRAVEIRO HOLANDA
CASIMIRO ANTONIO RIBEIRO
HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO
HERALDO ALVES COSTA
ISAAC KERSTENETZKY
JOSÉ FLÁVIO PÉCORÁ
LUIZ DE MAGALHÃES BOTELHO
LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO SILVA
MOACYR LISBOA LOPES
OTO FERREIRA NEVES
SHIGEAKI UEKI

CONSELHO FISCAL:

Membros Efetivos:

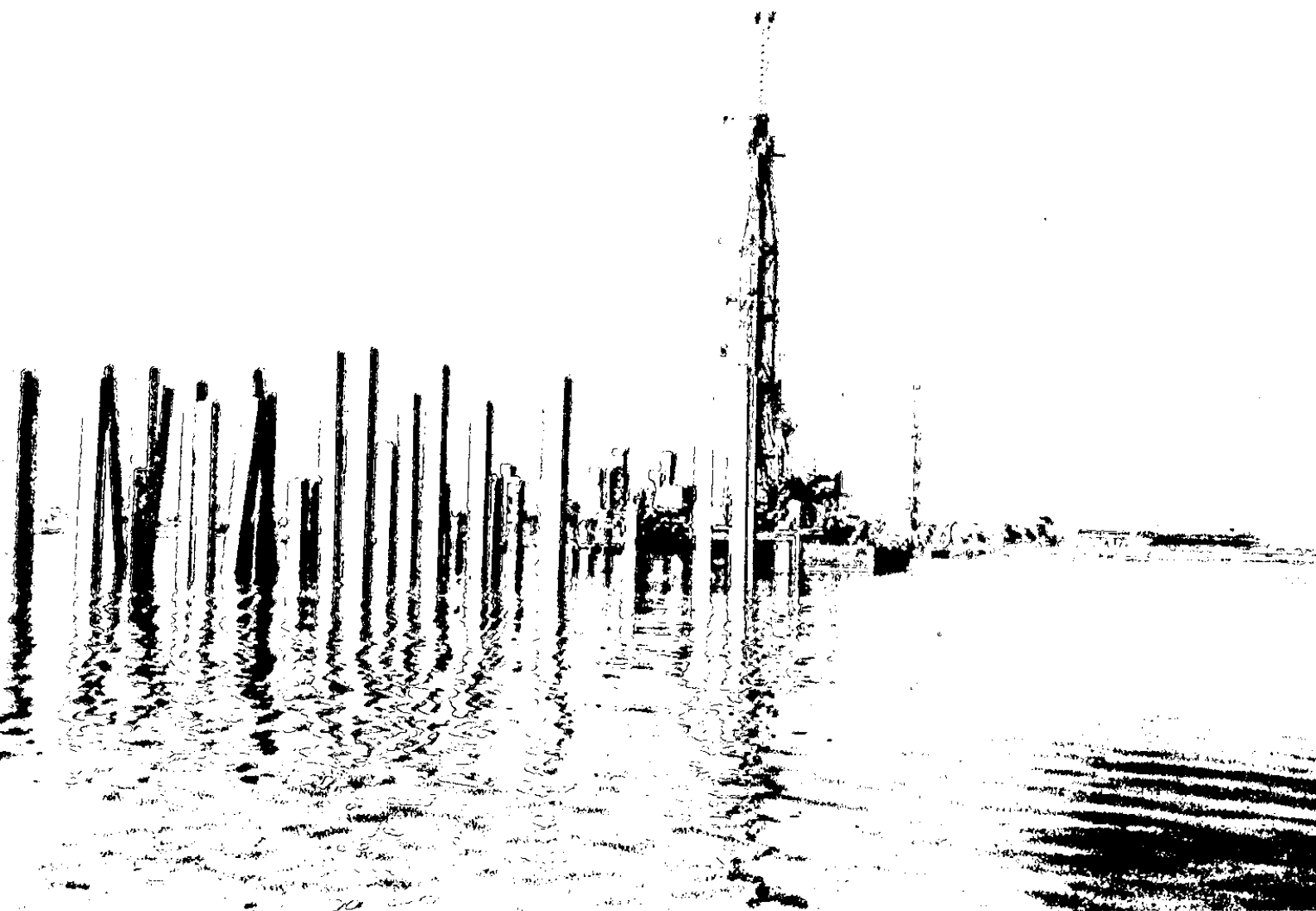
ABELARDO RODRIGUES FERNANDES CHAVES
ARTHUR PEREIRA
HOMERO DE ALMEIDA SENNA



Av. Rio Branco, 53 – ZC-21 – Rio de Janeiro—GB – Brasil

1

O BNDE E A ECONOMIA NACIONAL



Obras no Porto de Santos. O BNDE em 1972 aprovou uma colaboração financeira à Cia. Docas de Santos, a fim de permitir a continuação do programa de corredores de exportação do Governo Federal, onde o Porto de Santos é um dos mais importantes terminais.

2

O DESEMPENHO DO BNDE EM 1972



Prosseguiu o Banco, neste exercício, o seu maciço apoio ao programa de implantação de Centrais de Abastecimento nas principais capitais e grandes cidades brasileiras. O programa envolve investimentos da ordem de Cr\$ 600.000.000,00, sendo o BNDE responsável por cerca de 70% do investimento total previsto.

A evolução, em termos globais, do processo de crescimento da economia brasileira ressalta que o Produto Interno Bruto Real aumentou, em média, na década de 50, à taxa geométrica anual de 6,9%, ocorrendo uma desaceleração no decênio seguinte, quando a taxa registrada alcançou a média de 6,0% anuais. Entretanto, considerados os últimos 10 anos, a taxa de crescimento do PIB real entre os extremos 1962-1972 já se recupera, elevando-se ao nível de 6,6% a.a. O exame do comportamento simultâneo do Produto "per capita" nas duas décadas precedentes mostra a taxa de crescimento caindo de 3,7% para 3,3% ao ano, registrando-se, porém, no início da década de 70, acentuada aceleração dessa taxa, que passa a alcançar, em média, 7,7% anuais no último triênio. O incremento do Produto real tem refletido, em larga margem, as conseqüências de um elevado volume de investimentos públicos e privados, tendo a razão da formação bruta de capital fixo para o PIB se fixado em níveis que retratam não só melhoria no planejamento e na execução da política econômica, como a presença de acentuado avanço tecnológico, contribuindo para as recentes performances da economia brasileira, que se situam em níveis marcadamente significativos e bem superiores aos do passado — ou seja, à média anual de 10,4%.

Traço característico e de grande importância econômica desses investimentos se constitui na sua origem preponderantemente privada, montando a formação de capital fixo do setor respectivo a mais de 71%, em média, do volume global, nos períodos de mais rápido crescimento (1956/1961 e 1966/1969). A parte principal dos investimentos originados na iniciativa privada contemplou, fundamentalmente, a produção de bens de consumo, dentro do esquema de desenvolvimento geral do País na época, enquanto que os setores de base — transportes, energia, indústria pesada etc. — exigiam investimentos de grande vulto e, imediatamente, pouco rentáveis, podendo sua demorada maturação, e insuficiente capitalização, dar origem a pontos de estrangulamento que acabariam por limitar o desenvolvimento nacional. Essa estrutura dos investimentos representa um dos fundamentos da presença do BNDE, criado em 1952 para assegurar o financiamento necessário à infraestrutura econômica e proporcionar um

desenvolvimento harmonioso entre os diferentes setores estratégicos ao progresso e à emancipação econômica do País.

Atuando em sintonia com a ação programada do Governo, na qualidade de seu principal instrumento para a dinamização da economia no âmbito *nacional*, a ação financiadora do BNDE tem se caracterizado, conseqüentemente, por marcantes transformações estruturais na aplicação dos recursos confiados à sua administração. Na primeira etapa, correspondendo ao quinquênio 1952/1956, as aplicações fixaram-se essencialmente em projetos de reaparelhamento e expansão dos sistemas de transportes, com predominância do setor ferroviário, enquanto a fase subsequente (1957-1964) destaca o maciço aporte de recursos para empreendimentos indispensáveis ao processo de eletrificação do País. A criação de organismos e de recursos especiais para os setores de transportes e energia possibilitou que a atuação do Banco passasse a ter um caráter suplementar, de sorte que a terceira etapa realçou importante desempenho da Entidade na implementação do programa de expansão do parque siderúrgico nacional, a par de sua colaboração a outras atividades básicas.

A partir de 1965, a atuação do BNDE passou a caracterizar-se por ampla diversificação operacional, sucedendo-se a criação de Programas especiais destinados a amparar um desempenho multiforme, em que se destacam, sobretudo, as aplicações orientadas para o setor industrial, visando a elevar a respectiva taxa de inversões. Esse período realça a instituição dos Programas FINAME, FIPEME, FUNTEC, FUNDEPRO, FUNGRO, FUNESPE e, mais recentemente, do FMRI, que englobou em parte as finalidades do FUNDEPRO e FUNESPE, além do PMRC que tenta a modernização do comércio. A ação financiadora desenvolvida nos últimos anos — especialmente em 1972 — retrata a diversificação acentuada que passou a representar a tônica essencial do desempenho da Entidade, em que a ordenação dos investimentos propiciados pelo Banco não somente se orienta no sentido de empreendimentos nacionais que reclamem elevada concentração de recursos, mas, igualmente, se volta para outras metas fundamentais ao desenvolvimento do País, notadamente no que diz respeito à expansão, modernização e fortalecimento do parque industrial nacional, bem assim quanto à efetiva e decisiva presença do

Banco em todo o território brasileiro, mediante a utilização de instrumentos operacionais conjugados à atuação da ampla rede de seus Agentes Financeiros, públicos e privados, em níveis regionais e estaduais.

A análise da evolução cronológica dos desembolsos efetivados pelo BNDE para o fomento econômico nacional demonstra que, em relação ao setor governamental, a ação estimuladora da Entidade representou, na fase inicial de implantação (1952/1955), em média 3,8% das destinações públicas para a formação de capital fixo e, a partir daí, cerca de 11%, em média, até 1964, oscilando em torno de 13% no período 1965/1969. Quanto aos investimentos privados, face ao vulto de seu valor global, o nível relativo dos desembolsos do Banco é, evidentemente, ainda modesto, a despeito do acentuado crescimento da participação do setor privado no total dos deferimentos em 1972 (78,2%). Em relação ao total da formação de capital fixo, a política de desembolso do BNDE para o fomento econômico registra três fases: a inicial, quando não alcançou 0,8%, em média, daquele montante total; a intermediária, de 1956 a 1964, com oscilação em torno de 2,6%; e a final — a partir de 1965 — que apresenta valores que tendem para cerca de 7% do global da formação bruta de capital fixo. Importa assinalar que, representando a colaboração direta do Banco, em média, 50% do esforço total de capitalização dos empreendimentos que financia, a política de desembolsos da Entidade é responsável, atualmente, por cerca de 15% da formação bruta de capital fixo no País.

O nível relativo do impacto da ação promocional do BNDE revela-se, por conseguinte, bastante significativo. Entretanto, o essencial de sua atuação, como entidade federal para a promoção do desenvolvimento econômico, não se fundamenta na destinação de uma massa substancial de recursos e, sim, na concentração de meios para a promoção de iniciativas qualitativamente essenciais, a fim de assegurar um ritmo elevado, estruturalmente correto e que determine a auto-sustentação do desenvolvimento nacional.

Historicamente, tem sido observado que o nível de recursos colocados à disposição do BNDE tem determinado a política de desembolso global da Instituição que, por sua vez, tem estado ligada às arrancadas e retrocessos da Economia Nacional. Assim, no

período de 1956/1961, quando o PIB cresceu à elevada taxa média de quase 7,5% ao ano, o desembolso real do Banco aumentou à taxa média de 25% anuais. A insatisfatória performance do PIB real no período 1962/1965 está ligada a um crescimento real negativo médio de 8,4% do desembolso do Banco. Finalmente, a decisiva recuperação verificada no período 1966/1972, com uma excepcional taxa de crescimento do PIB real de mais de 9% ao ano, reflete-se, igualmente, num significativo aumento do desembolso real do BNDE, crescendo, em média, cerca de 30% ao ano. Tendo em conta que o PIB real ostentou um incremento de 10,4% ao ano, no último triênio, constata-se claramente que a ação financiadora exercitada pelo BNDE se coloca em posição satisfatória, e coerente com a aceleração do processo nacional de desenvolvimento econômico, em perfeita sintonia com a ação programada do Governo. O significado político da atuação do BNDE é tanto mais amplo e profundo quando se verifica que é seletiva, no sentido dos investimentos financiados serem fundamentais para a dinamização da economia do País, assegurando ao BNDE posição de primeiro plano no rol das principais entidades financeiras mundiais, no campo das agências de fomento, com o volume global de seus deferimentos em 1972 atingindo cifra recorde, equivalente a US\$ 912,7 milhões.

A atuação do BNDE no exercício de 1972 consolidou e alargou, ainda mais, a relevância do papel que lhe foi historicamente atribuído, de principal Agência Federal para a promoção do desenvolvimento econômico, a nível nacional. Considerado pelo Decreto 70.852/72, do Governo Federal, como "órgão de especial interesse para a política global e regional de desenvolvimento", relativamente ao "Programa de Acompanhamento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento" o BNDE mostrou-se, de novo, em 1972, instrumento governamental eficaz, na aplicação de políticas de financiamento capazes de coadjuvar o esforço nacional, na aceleração do crescimento qualitativo e quantitativo de setores estratégicos da economia brasileira.

Aspecto primordial a ser desde logo enfatizado, refere-se ao significativo aumento da ação financiadora da Entidade, que se traduziu no deferimento total de 11.573 operações em moeda nacional, sob as diferentes modalidades operacionais empregadas, atingindo a cifra recorde de Cr\$ 4.870 milhões, representativa de incremento real e nominal de, respectivamente, 27,8% e 51,3%, em cotejo com os totais de 1971. Por outra parte, também o BNDE autorizou 13 operações de prestação de aval, em montante equivalente a US\$ 92,0 milhões, que se situou praticamente no nível dos totais verificados nos últimos anos.

No global, o conjunto da ação financiadora no exercício, quantificada em moeda uniforme, alcançou a cifra de Cr\$ 5.416,2 milhões, ou o correspondente a US\$ 912,7 milhões, se adotada a taxa média de conversão de Cr\$ 5,934/US\$ 1,00. As dimensões do volume da colaboração financeira dispensada pelo Banco situam-no, portanto, entre as principais entidades financeiras do mundo, no campo da promoção do desenvolvimento.

Essa conquista, ainda que seja motivo de justo regozijo, não deve ser um fim em si mesma. O importante é o adequado atendimento às crescentes exigências de novos investimentos, com o fito de tornar real o enorme potencial econômico da Nação. Assim, a etapa atingida pelo BNDE há que ser encarada, portanto, como um momento, em sua dinâmica de crescimento real, medido em volume de operações deferidas, o qual tem atingido a média anual de incremento de 30%

nos últimos anos. Atentando-se para o fato de que o Produto Interno Bruto Real cresceu à taxa cumulativa de 10,4%, no último triênio, tem-se que a atividade financiadora do BNDE se coloca em posição satisfatória e coerente com a aceleração do processo nacional de desenvolvimento econômico. O significado político da atuação da Entidade é tanto mais amplo e profundo, quando se registra que os investimentos financiados são de alta essencialidade para a dinamização da economia e seu desembolso se aproxima de 7% da formação bruta nacional de capital fixo. Outro ponto a ressaltar diz respeito a que, neste primeiro triênio da década dos setenta, a programação do apoio financeiro do BNDE tem apresentado substanciais modificações em sua estrutura, para retratar, fielmente, a nova política de fomento do Governo, no sentido de apoio amplo e intenso à indústria, visando a promover a remodelação e o amalgamento das empresas que estarão liderando o processo de desenvolvimento.

Assinale-se, por oportuno, que a colaboração creditícia do Banco ao setor privado da economia ampliou-se consideravelmente, passando a representar 78,2% do global de deferimentos em moeda nacional em 1972, contra os percentuais de 66,0%, 65,4% e 59,9% verificados nos exercícios imediatamente anteriores. No tocante à diversificação operacional, cumpre realçar a dinamização emprestada às modalidades existentes, notadamente nas áreas do FRE, FIPEME, FMRI, FUNGIRO e FINAME, do mesmo passo que novas formas de colaboração foram introduzidas no quadro geral da ação financiadora da Instituição, sendo de mencionar especialmente:

- a ativação do Convênio BNDE/CPRM para aplicação de recursos em atividades de mineração e pesquisas mineralógicas, bem como a implementação dos novos Convênios BNDE/BNH (FIMACO), com a finalidade de atender investimentos em indústrias de materiais de construção; BNDE/USAID, para financiar a construção e melhoria de estradas rurais alimentadoras; e BNDE/FINAME, visando ao financiamento de longo prazo da comercialização de bens de origem nacional;
- a instituição do Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento
- PEB, com o objetivo de propiciar às entidades financeiras especializadas, de

âmbito regional e estadual, recursos de longo prazo para os seus programas de investimentos, em condições mais flexíveis do que as adotadas no Programa FIPME, logrando, já em 1972, colocar à disposição desses Agentes, recursos totais somando Cr\$ 520 milhões;

- o início da atuação do Banco na qualidade de Agente Financeiro dos Programas PROTERRA E PRODOESTE, criados pelo Governo Federal com a finalidade de acelerar o desenvolvimento das Regiões de menor estágio de progresso econômico — Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- a implementação de Convênio celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP, com vistas à aplicação, sob novas formas operacionais do FUNTEC, de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Com respeito à diversificação setorial, o desempenho do Banco em 1972 refletiu-se na permanência em posição de liderança do Setor de Indústrias de Transformação, na absorção dos recursos aplicados, para ele convergindo 64,7% dos deferimentos em moeda nacional, seguindo-se-lhe o Setor de Serviços de Utilidade Pública, com 22,9%, e o de Abastecimento e Alimentação, com 7,1%, cabendo os restantes 5,3% aos demais setores contemplados. Quanto à modalidade de prestação de aval, os Serviços de Utilidade Pública absorveram 76,5% do montante autorizado, salientando-se as operações em nome do Tesouro Nacional de interesse do empreendimento do metrô de São Paulo, restando a participação de

No desenvolvimento das pesquisas mineralógicas, o BNDE aprovou importante contribuição à DOCEGEO, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce. O setor de mineração deverá se constituir em importante mercado para bens de capital de produção nacional.



23,5% para o Setor Industrial. Importa destacar, por outro lado, que sob o enfoque de sua distribuição espacial, a ação financiadora registrada no exercício permitiu a presença efetiva do BNDE na prática totalidade do território brasileiro, realçando a sua característica essencial de agência *nacional* de desenvolvimento econômico. Demais disso, torna-se importante ressaltar a maior diversificação geográfica emprestada ao desempenho operacional da Entidade, que possibilitou não apenas acréscimos substanciais nos montantes da colaboração financeira dispensada às Regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, como, igualmente, melhor posicionamento relativo dessas Regiões no contexto geral da ação financiadora. Para a consecução dos resultados favoráveis conseguidos, será importante mencionar os êxitos da política de repasses de recursos aos Agentes Financeiros, nos níveis regionais e estaduais, que asseguraram a participação do BNDE no progresso econômico de todas as Regiões.

Por último, cumpre assinalar a continuidade de relações altamente proveitosas, mantidas com os demais órgãos do Poder Público e da iniciativa privada, especialmente com as autoridades monetárias e entidades que atuam em áreas regionais e setoriais de desenvolvimento, do mesmo modo que a busca de continuados aperfeiçoamentos institucionais e administrativos, visando à melhoria da eficiência operativa da Instituição, cujas perspectivas de resultados mais positivos são esperados, a partir de 1973, com a implementação da reforma derivada dos estudos que vêm de ser concluídos por empresa de consultoria de renome internacional.

Instrumentos de Ação

Em sintonia com a estratégia de crescimento e transformação qualitativa da economia brasileira estabelecida pelo Governo, o BNDE atua através de diversas linhas de crédito, programadas ano a ano, na sua qualidade de principal Agente da política de investimentos do Governo Federal.

No exercício de 1972, as modalidades operadas diretamente pelo Banco subordinaram-se a seis categorias diferentes, com finalidades distintas, a saber:

- Fundo do Reparelhamento Econômico (FRE)
- Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC)
- Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME)
- Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro (FUNGIRO)
- Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI)
- Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC)

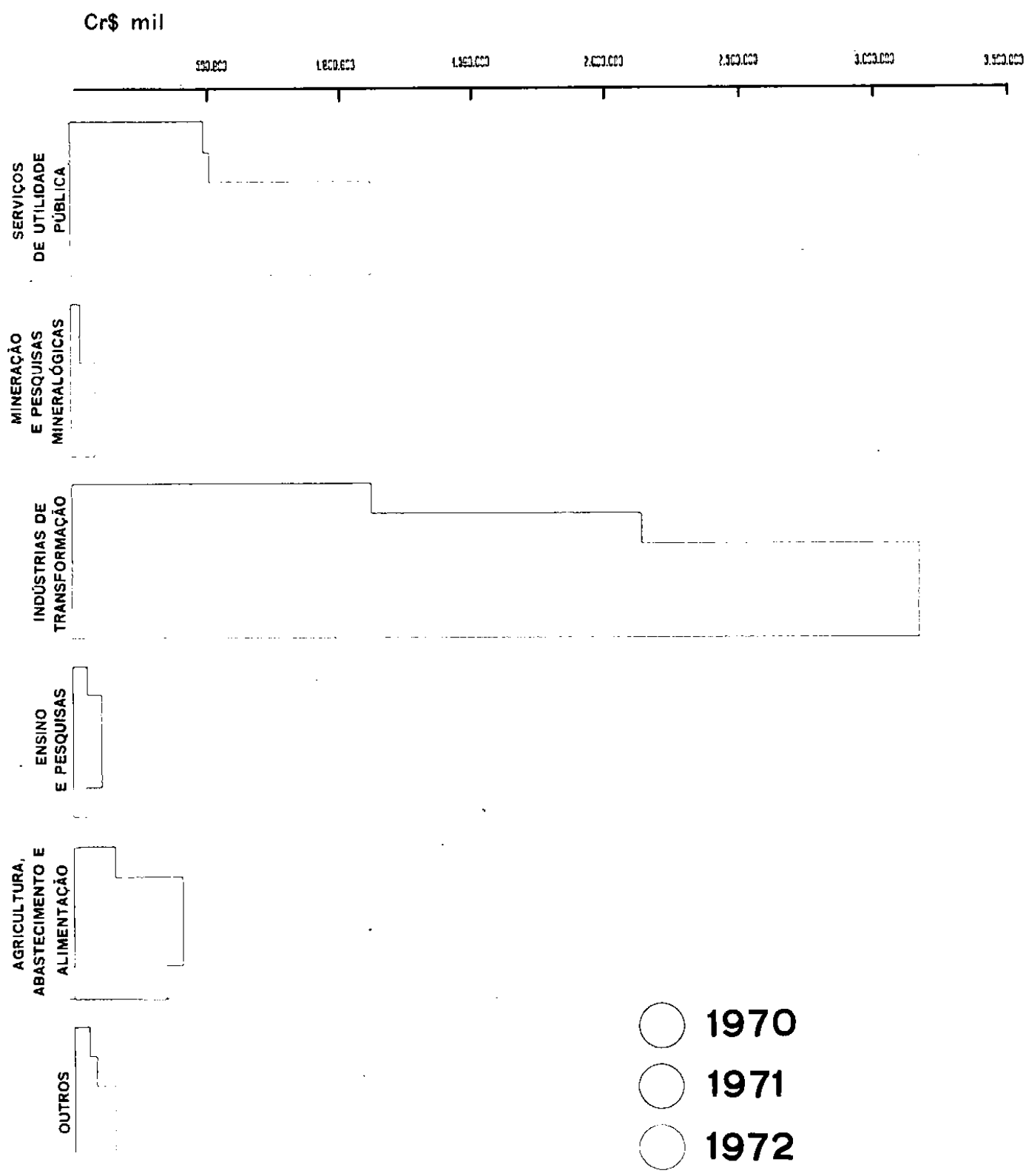
A ação promocional do BNDE ainda se estende às atividades desenvolvidas pela Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME — empresa pública subsidiária do Banco. Cabe também salientar que, a partir do exercício relatado, a Entidade passou a atuar na categoria de Agente Financeiro de dois importantes Programas, criados pelo Governo Federal: o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA).

De outro lado, em seu próprio nome ou atuando como Agente do Tesouro Nacional, o Banco ainda colabora para o desenvolvimento nacional sob a forma de prestação de aval a operações celebradas no exterior por entidades públicas ou privadas, vinculadas à importação financiada de bens de produção e serviços.

Os resultados globais da ação financiadora desenvolvida em 1972 atingiram cifras bastante expressivas, que se traduziram na aprovação de 11.573 operações em moeda nacional, somando o montante de Cr\$ 4.870 milhões, bem assim de 13 operações de prestação de aval, totalizando o equivalente a US\$ 92,0 milhões.

A evolução e distribuição do número de operações aprovadas no último triênio, segundo os diferentes Programas básicos, somaram, em 1970 — 8.451; em 1971 — 12.500 e em 1972 — 11.656.

COLABORAÇÃO APROVADA



A ligeira redução da quantidade de operações aprovadas em 1972 foi influenciada pela diminuição dos deferimentos da subsidiária FINAME e, também, pela nova orientação dispensada à atuação do FUNGIRO, convindo realçar, todavia, que em termos financeiros, houve, no período, generalizado aumento do valor médio das operações autorizadas no âmbito de todas as modalidades.

A visão de conjunto da evolução histórica dos deferimentos de colaboração financeira dispensada globalmente pelo BNDE, desde a sua criação, em 1952, é dada no quadro a seguir, tanto em moeda nacional — em valores da época e reais, a preços de 1972 — quanto sob a forma de prestação de aval. É de ressaltar que as operações em moeda nacional, em 1972, representaram cerca de 17% do global da colaboração deferida em todo o período 1952/1972 (a preços de 1972), equivalendo a um incremento real de 27,8% e nominal de 51,4%, relativamente ao total de 1971.

ANOS	VALOR TOTAL DA COLABORAÇÃO APROVADA		
	Em Moeda Nacional (Cr\$ mil)		Prestação de Aval (equiv. em US\$ mil)
	A preços da época	A preços de 1972 (*)	
1952	1.181	273.487	—
1953	1.486	299.326	2.178
1954	2.998	475.575	7.133
1955	2.593	352.913	20.672
1956	6.723	771.459	48.954
1957	8.701	867.800	89.865
1958	12.323	1.084.146	209.983
1959	10.816	689.592	163.011
1960	14.913	738.200	50.169
1961	25.473	918.065	62.836
1962	26.196	622.359	67.533
1963	43.722	597.996	10.755
1964	103.641	742.793	2.481
1965	356.029	1.624.252	55.423
1966	531.254	1.750.261	44.268
1967	752.687	1.928.761	44.442
1968	990.389	2.046.229	89.666
1969	1.348.795	2.291.299	111.821
1970	1.864.560	2.654.600	93.200
1971	3.217.590	3.809.819	98.831
1972	4.869.950	4.869.950	92.043
1952/1972	14.192.020	29.408.882	1.365.264

(*) Inflator: Índice Geral de Preços por Atacado (Oferta Global, Col. 16, FGV — Conjuntura Econômica).

Com relação especificamente ao exercício de 1972, o comportamento isolado de cada um dos Programas que compõem a atuação do Banco pode ser sintetizado da forma a seguir.

Fundo do Reparelhamento Econômico — FRE

O conjunto da colaboração prestada através do FRE, favorecendo principalmente empreendimentos de amplas dimensões, ligados a setores estratégicos da economia do País, manteve posição destacada no exercício, com a participação de 51,9% do global dos deferimentos em moeda nacional e anotando um incremento nominal de 55,9% no seu montante, comparativamente ao ano anterior.

Aspecto marcante do desempenho do FRE constituiu a diversificação emprestada às modalidades operacionais exercidas no seu campo de atuação. Assim é que, além da colaboração usual, sob as formas de financiamentos convencionais, de participação societária e de repasses específicos, a ação desse Programa ampliou-se e estendeu-se quanto a novas categorias de apoio financeiro a empreendimentos vitais ao desenvolvimento nacional, mediante crescimento significativo dos deferimentos à conta do *Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização — PMRC* — atingindo 654% em confronto com o total de 1971 — bem assim pela maior participação das operações aprovadas no âmbito do *Convênio BNDE/CPRM* para empreendimentos de mineração e pesquisas mineralógicas e, principalmente, pelo lançamento do *Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento — PEB* e o desempenho operacional obtido através da implementação de convênios firmados com outras entidades para fins de dinamização de setores específicos, ou seja: *Convênio BNDE/BNH (FIMACO)*, para aplicação de recursos em projetos industriais na área de materiais de construção; *Convênio BNDE/USAID*, contemplando empreendimentos de estradas rurais alimentadoras; e *Convênio BNDE/FINAME*, para o financiamento de longo prazo de bens de produção de fabricação nacional.

A colaboração deferida por intermédio do FRE atingiu o montante expressivo de Cr\$ 2.529 milhões e apresentou a seguinte composição por modalidades:

DISCRIMINAÇÃO	OPERAÇÕES APROVADAS	
	Número	Cr\$ mil
Financiamentos convencionais	33	1.376.302
Participação societária	10	153.875
Repasses específicos	4	39.600
PMRC	6	106.320
Convênio BNDE/CPRM	4	6.847
Convênio BNDE/BNH (FIMACO)	6	167.183
Convênio BNDE/FINAME	2	14.500
Convênio BNDE/USAID	3	144.460
PEB	12	520.000
TOTAL DO FRE	80	2.529.087



O conjunto das operações do FRE destaca a participação do setor de Indústrias de Transformação, com 57,5% do total, e dos Serviços de Utilidade Pública, com 32,0%, seguindo-se o setor de Abastecimento e Alimentação, com 7,1%, restando pequena participação – 3,4% – para outros setores.

Durante o exercício, o BNDE passou a colaborar significativamente para a implantação de hipermercados, cuja economia de escala de comercialização contribuirá para a redução dos níveis do custo de vida.

Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico – FUNTEC

Através desse Fundo, instituído em 1964, o Banco deu prosseguimento à política de proporcionar recursos à dinamização qualitativa e quantitativa de atividades fundamentais ao desenvolvimento de ensino de alto nível e de pesquisas tecnológicas, promovidas sob a responsabilidade de entidades de alta qualificação.

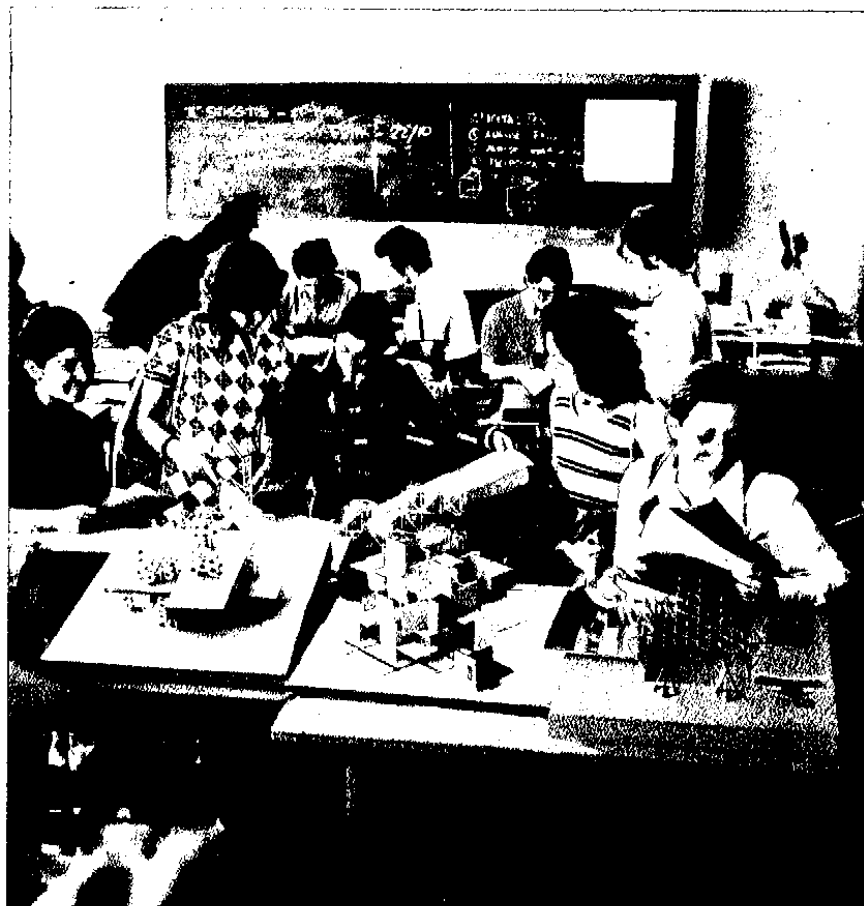
Em 1972, foram estabelecidas novas diretrizes para a atuação do FUNTEC, cabendo salientar, como aspecto marcante, o convênio firmado com a *Financiadora de Estudos e Projetos S.A. – FINEP* visando à aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em empreendimentos aprovados pelo Banco.

No exercício em exame, foram aprovadas 30 operações no âmbito do FUNTEC, envolvendo comprometimentos no valor total de Cr\$ 46,0 milhões, assim distribuídos por finalidades básicas:

FINALIDADES	OPERAÇÕES APROVADAS	
	Número	Cr\$ mil
Ensino superior de pós-graduação	11	23.673
Ensino técnico de nível médio	10	9.203
Pesquisas	5	6.333
Programas conjuntos de ensino e pesquisas	2	4.389
Outras	2	2.403
TOTAL	30	46.001

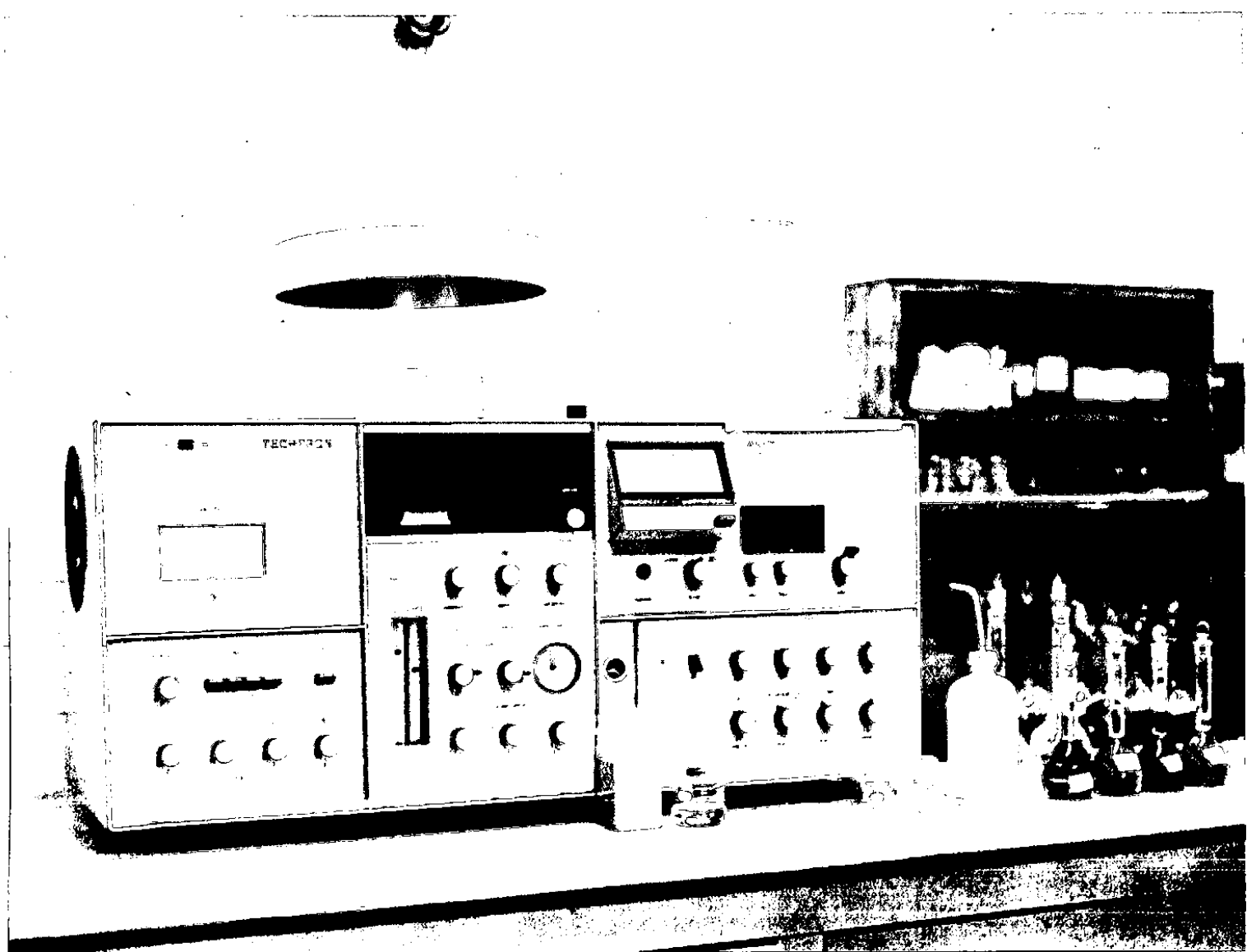
Além de colaborar nas atividades desenvolvidas por importantes instituições universitárias e órgãos vinculados aos Ministérios Militares, merece destaque o fato de que a atuação do FUNTEC também se estendeu a programas de montagem e reequipamento de oficinas e laboratórios usados na formação de técnicos de nível médio de 8 diferentes escolas integrantes da Diretoria do Ensino Industrial do MEC. A par do apoio financeiro referido acima, tomou o Banco, ainda em 1972, a iniciativa de promover o levantamento, por setores de atividades, das condições técnicas das instituições científicas nacionais, selecionando-se 17 distintos setores, compreendendo conjuntos homogêneos de

As escolas para ensino industrial receberam colaboração para o seu reequipamento.



interesses institucionais, com vistas a:
implementar a colaboração entre as
instituições envolvidas em programas
científicos; conhecer, de forma sistemática,
a capacitação das entidades;
pesquisadas; acompanhar as linhas básicas
de atividade institucional; e, finalmente,
definir, em termos operacionais, os
objetivos desejáveis para o País do ponto
de vista das instituições científicas e
consequências esperadas, em termos de
desenvolvimento econômico.

*O Banco vem intensificando cada vez mais a pesquisa
pura e aplicada, no sentido de ver o País, também neste
campo, ganhando certo grau de autonomia como
vanguarda do próprio desenvolvimento econômico
e social.*



Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa FIPEME

Dentro da diretriz de utilizar, fundamentalmente, os serviços de sua rede de Agentes Financeiros oficiais e privados, o Banco deu prosseguimento ao apoio financeiro no sentido da ampliação e diversificação do parque nacional de pequenas e médias empresas industriais, observando-se que das 40 operações aprovadas no exercício, apenas 1 foi de colaboração direta a empreendimento industrial no ramo de forjaria, localizado na Guanabara, compreendendo o restante operações de repasse a Agentes, para aplicação direta nas respectivas áreas de atuação, segundo as normas fixadas pelo BNDE.

O montante dos recursos deferidos à conta do FIPEME totalizou Cr\$ 623,1 milhões, significativos de uma participação de 12,8% no global das operações em moeda nacional aprovadas no exercício e de um crescimento nominal de 55,4% comparativamente aos totais autorizados em 1971.

Aspecto a ser destacado diz respeito ao esforço empreendido no sentido da ampliação espacial da atuação do Programa FIPEME, particularmente quanto a estimular os Agentes das Regiões Norte e Nordeste a dinamizarem suas aplicações. Assim, o quadro dos deferimentos em 1972 pôde apresentar razoável modificação na distribuição regional das operações do FIPEME, registrando-se para os repasses atribuídos ao conjunto das Regiões Norte-Nordeste a expressiva cifra de Cr\$ 122,6 milhões, sendo Cr\$ 40,0 milhões para aplicações em ambas as Regiões, Cr\$ 10,0 milhões exclusivamente no Norte e Cr\$ 72,6 milhões somente no Nordeste. O total de recursos autorizados para as duas Regiões representou 19,7% do global de deferimentos do Programa FIPEME, anotando-se, outrossim, um incremento de 164,7% comparativamente aos totais aprovados em 1971. Além disso, a atuação do FIPEME também se ampliou em relação às Regiões Centro-Oeste e Sul, em contrapartida a um crescimento moderado — 22,5% — no tocante à Região Sudeste.

Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro – FUNGIRO

A atuação do FUNGIRO foi reiniciada no final de setembro de 1972, já com a observância das novas diretrizes fixadas para o desempenho desse Programa, ou seja, com caráter especial e supletivo no caso de projetos que hajam merecido apoio financeiro sob outras modalidades exercidas pelo Banco.

Dentro do novo esquema operacional adotado, foram aprovadas 14 operações à conta do FUNGIRO, envolvendo recursos totais de Cr\$ 150,0 milhões, que correspondem a uma participação de 3,1% no global dos deferimentos em moeda nacional. Os mutuários beneficiados pelo apoio do FUNGIRO compreenderam importantes organizações industriais.

Fundo de Modernização e Reorganização Industrial – FMRI

A instituição do FMRI, pelo Decreto n.º 67.323, de 2 de outubro de 1970, passou a representar importante instrumento da política de modernização da empresa privada nacional a que se refere o I Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo por objetivo estimular os projetos de fusões e de reorganização de estruturas industriais, com vistas, notadamente, a elevar o poder de competição da indústria nacional.

Lançado em 1971, o FMRI logrou aprovar, já no primeiro exercício de atividade, 22 operações somando a cifra de Cr\$ 206,9 milhões. Em 1972, foram deferidas 23 novas operações à conta desse Programa – sendo 7 de repasses específicos a Agentes – compreendendo recursos totais de Cr\$ 304.260 mil, que asseguraram uma participação de 6,3% no conjunto da colaboração autorizada em moeda nacional e significaram um incremento nominal de 47,1% em confronto com o ano anterior.

Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA

Nos termos do Decreto-Lei n.º 1.179, de 6 de julho de 1971, que criou o PROTERRA, o BNDE foi designado Agente

Financeiro desse Programa, tendo sido previstas, para o primeiro exercício de atividade, aplicações totais da ordem de Cr\$ 15,0 milhões, conforme montante destinado ao Banco pelo Conselho Monetário Nacional.

Em novembro de 1972 foi aprovada a primeira operação à conta do PROTERRA, de repasse no valor de Cr\$ 8,0 milhões ao BANDECE, para aplicação em projeto de implantação, no Ceará, de indústria destinada à fabricação e comercialização de produtos veterinários e agrícolas.

A despeito de que não se tenha conseguido desembolsar o volume de recursos previstos, as perspectivas para aplicações nessa nova faixa de ação se apresentam extremamente positivas.

Com o programa PROTERRA novas atividades agroindustriais serão estimuladas nas regiões de menor desenvolvimento relativo do País, de maneira a diminuir os desníveis de renda que vêm sendo observados.





Ao mesmo tempo que o Ministério dos Transportes (DNER) dota o País de extensa rede rodoviária de 1ª classe, o BNDE tem-se dedicado, principalmente na Região Centro-Oeste, ao financiamento de estradas alimentadoras. O programa global de tais estradas, financiado pelo Banco em 1972, inclui porém outras regiões, desenvolvendo-se desde o Maranhão, até o Rio Grande do Sul, num total superior a 5.000 km.

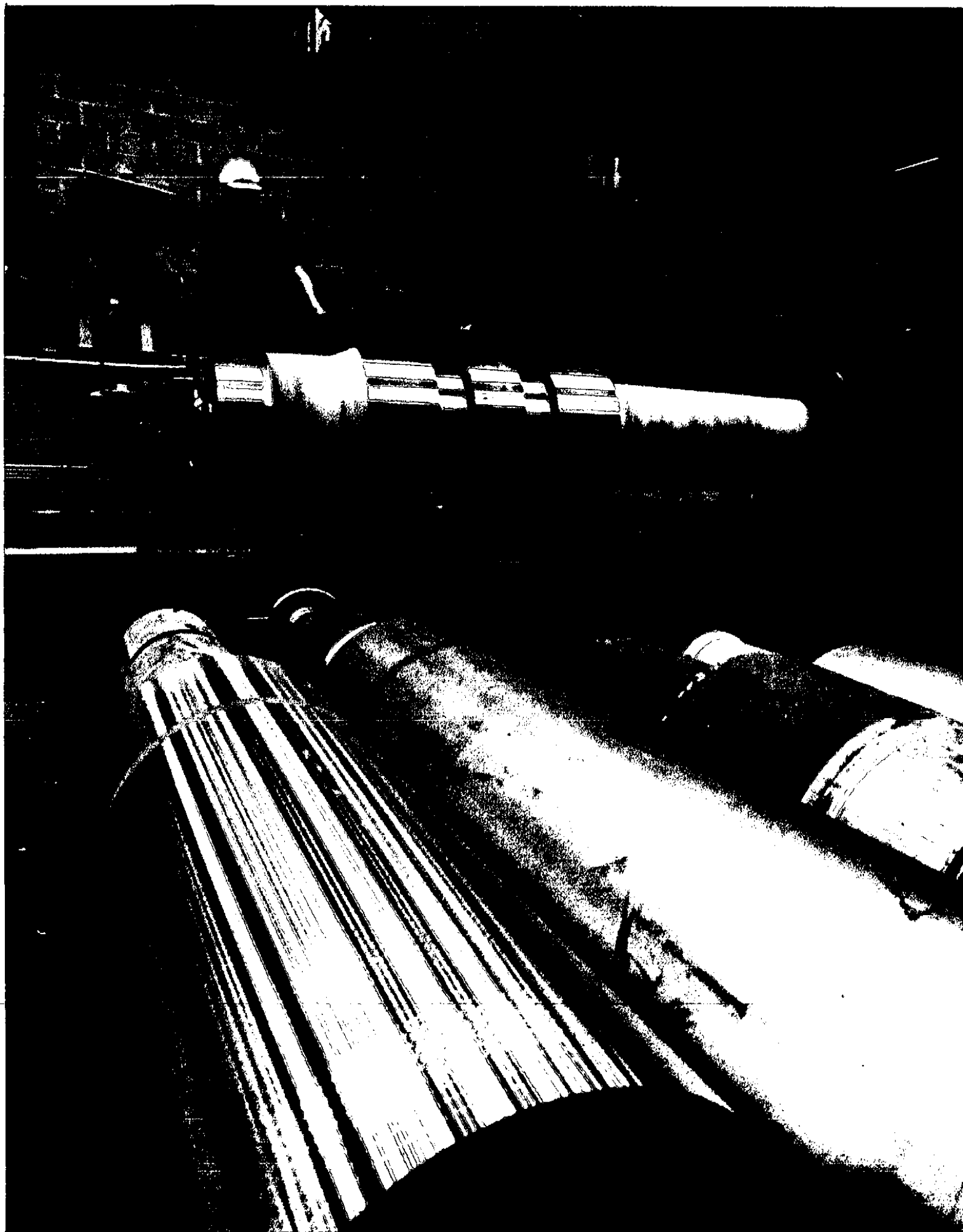
Estando as operações de tal Programa, na Região Norte, a cargo do BASA, procurou o BNDE acionar a rede de Agentes Financeiros da Região Nordeste, buscando-lhes a colaboração para identificar oportunidades no âmbito do PROTERRA, com resultados surpreendentes, de sorte que, no final de 1972, o Banco já dispunha de solicitações de financiamento da ordem de Cr\$ 300,0 milhões, aproximadamente, representados por cerca de 60 projetos situados no território nordestino. Além desses projetos — grande parte dos quais já formalmente enquadrados — estima-se, conforme solicitações de empresas à rede de Agentes, que haveria postulações de crédito capazes de absorver, somente em 1973, recursos totais da ordem de Cr\$ 400,0 milhões, cifra bastante superior, portanto, às dotações atribuídas para 1972 e 1973, respectivamente de Cr\$ 15,0 e Cr\$ 20,0 milhões, estando previsto o enquadramento da maioria dos projetos no esquema do Programa FIPEME. Tais perspectivas, como é natural,

fazem antever uma significativa ampliação da presença marcante da ação financiadora do BNDE nas áreas menos desenvolvidas do País.

Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE

Instituído pelo Decreto-Lei n.º 1.192, de 8 de novembro de 1971, o PRODOESTE tem como objetivo a criação de condições para o aceleração do processo de desenvolvimento da extensa Região do Centro-Oeste brasileiro, participando o BNDE como seu Agente, para o financiamento de estradas rurais alimentadoras.

O início dessa nova atividade operacional traduziu-se na aprovação de créditos no montante de Cr\$ 50,0 milhões, sendo Cr\$ 23,0 milhões para o DER de Goiás e Cr\$ 27,0 para o DER de Mato Grosso, com a finalidade, respectivamente, da construção e melhoria de 317 e 376 quilômetros de rodovias rurais nos referidos Estados.



Usinagem de cilindro de laminação na Aços Villares S/A no super-torno BINNS, equipamento este que faz parte de um projeto financiado pelo BNDE.

Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME

Operando dentro de sua nova caracterização jurídica que lhe foi atribuída pela Lei n.º 5.662/71, na qualidade de empresa pública subsidiária do BNDE, a FINAME prosseguiu no exercício do relevante papel que lhe cabe no suprimento de recursos destinados a fomentar a fabricação e a comercialização de bens de capital de produção nacional, com resultados altamente proveitosos para o desenvolvimento do parque manufatureiro do País e para o processo de substituição de importações.

Em 1972, a ação financiadora exercida pela FINAME, registrou a aprovação do total de 11.383 operações, somando a cifra global de Cr\$ 1.159.471 mil, equivalente a um volume de inversões da ordem de Cr\$ 2,3 bilhões, considerada a participação média da colaboração da FINAME. Comparativamente ao exercício anterior, foi registrado um incremento nominal de 52,2% nos deferimentos da FINAME, assegurando-lhe uma participação de 23,8% no global das aprovações de crédito do Banco.

O apoio financeiro concedido pela Agência em 1972 mostra acentuada ampliação da modalidade de Financiamentos de Longo Prazo, instituída em 1971 para dar cobertura à comercialização de equipamentos pesados produzidos sob encomenda, logrando-se o deferimento de 121 operações no valor de Cr\$ 271.780 mil, contra o total de Cr\$ 49.471 no ano anterior e anotando, portanto, o expressivo crescimento nominal de 449,4%. Na categoria do chamado Programa Normal, de financiamento à compra e venda de máquinas e equipamentos produzidos em série, foram realizadas 11.046 operações, somando Cr\$ 877.542 mil e registrando um aumento nominal de 30,3% em cotejo com o total de 1971.

Finalmente, os financiamentos rurais, para equipamentos agrícolas, limitaram-se a 216 operações, no montante de Cr\$ 10.149 mil – contra o total de Cr\$ 38.617 mil em 1971 – cessando o exercício dessa modalidade operacional a partir de junho de 1972.

A FINAME opera através de vasta rede de Agentes Financeiros, situados na totalidade do território brasileiro, incluindo diferentes categorias de organizações de crédito, públicas e privadas. Em 1972, a composição geral do apoio creditício dispensado pela Agência apresentou a seguinte estrutura (em Cr\$ mil): Bancos de Investimento – 554.975; Bancos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento – 240.554;

Companhias Privadas de Crédito, Financiamento e Investimento – 141.877; Bancos Comerciais, Estaduais e Municipais – 113.257; Bancos Comerciais Privados – 104.479; e Companhias Estaduais de Crédito, Financiamento e Investimento – 4.329.

Como foi referido anteriormente, em 1972 iniciou-se uma nova categoria operacional em que atuam conjuntamente o BNDE e a FINAME, para o financiamento de longo prazo de aplicações em aquisições de bens de capital de procedência nacional. Também em 1972, iniciou-se uma nova categoria operacional da Agência – o Plano Especial de Substituição de Equipamentos – que visa estabelecer internamente condições competitivas de financiamento num prazo máximo de quinze anos, sem limite determinado de operações e com esquemas de negociação mais flexíveis, para a produção e comercialização de equipamentos pesados de fabricação nacional, sob encomenda, estimulando, inclusive, avanços tecnológicos na área industrial. Assinale-se que a FINAME, até o final do exercício, já havia sido consultada para um volume de operações que somava mais de Cr\$ 1,0 bilhão dentro da nova modalidade, realizando-se a primeira operação tendo o BNDE na qualidade de Agente do Programa.

Prestação de Aval

Outro instrumento com que atua o BNDE, desde sua criação, é o de prestação de aval a operações celebradas no exterior, por entidades oficiais e empresas privadas, junto a organismos financiadores ou fornecedores, com a finalidade de possibilitar a importação

financiada de bens e serviços de origem estrangeira. Tais operações são promovidas em nome próprio do Banco ou em nome do Tesouro Nacional. No exercício de 1972 foram autorizadas 13 operações de prestação de aval, totalizando o equivalente a US\$ 92.043 mil, 7 das quais, no valor de US\$ 29.387 mil, deferidas em nome do Banco e as 6 restantes, somando US\$ 62.656 mil, em nome do Tesouro Nacional. De acordo com as respectivas moedas de origem, as operações de prestação de aval tiveram o seguinte desdobramento:

NA MOEDA DE ORIGEM (milhares)	EQUIVALÊNCIA EM US\$ MIL (*)
US\$ 65.095	65.095
DM 126.616	13.535
£ 2.470	6.435
Sw Fr 15.200	3.928
CAN\$ 2.850	2.850
Y 61.500	200
TOTAL	92.043

(*) Taxas de conversão das datas de aprovação.

O quadro a seguir permite uma visão geral da evolução do desempenho operacional do Banco no último triênio, segundo as diversas modalidades básicas empregadas:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES APROVADAS			PARTICIPAÇÃO % EM 1972	INCREMEN-TO % 1971/72
	1970	1971	1972		
A — Moeda Nacional (Cr\$ mil):	1.864.560	3.217.590	4.869.950	100,0	+ 51,4
FRE	1.004.730	1.622.342	2.529.087	51,9	+ 55,9
FUNTEC	49.755	106.494	46.001	0,9	- 56,8
FIPEME	246.110	401.021	623.131	12,8	+ 55,4
FUNGIRO	120.575	119.270	150.000	3,1	+ 25,8
FMRI	-	206.880	304.260	6,3	+ 47,1
FINAME	361.678	761.583	1.159.471	23,8	+ 52,2
Outros (*)	81.712	-	58.000	1,2	-
B — Prestação de Aval (US\$ mil)	93.200	98.831	92.043	100,0	- 6,9
Em nome próprio	18.829	85.900	29.387	31,9	- 65,8
Em nome do Te-souro Nacional . .	74.371	12.931	62.656	68,1	+ 48,5

(*) Em 1970 inclui operações do FUNDEPRO, FUNESPE e Acordos externos. Em 1972 compreende Cr\$ 50.000 do PRODOESTE e Cr\$ 8.000 do PROTERRA.

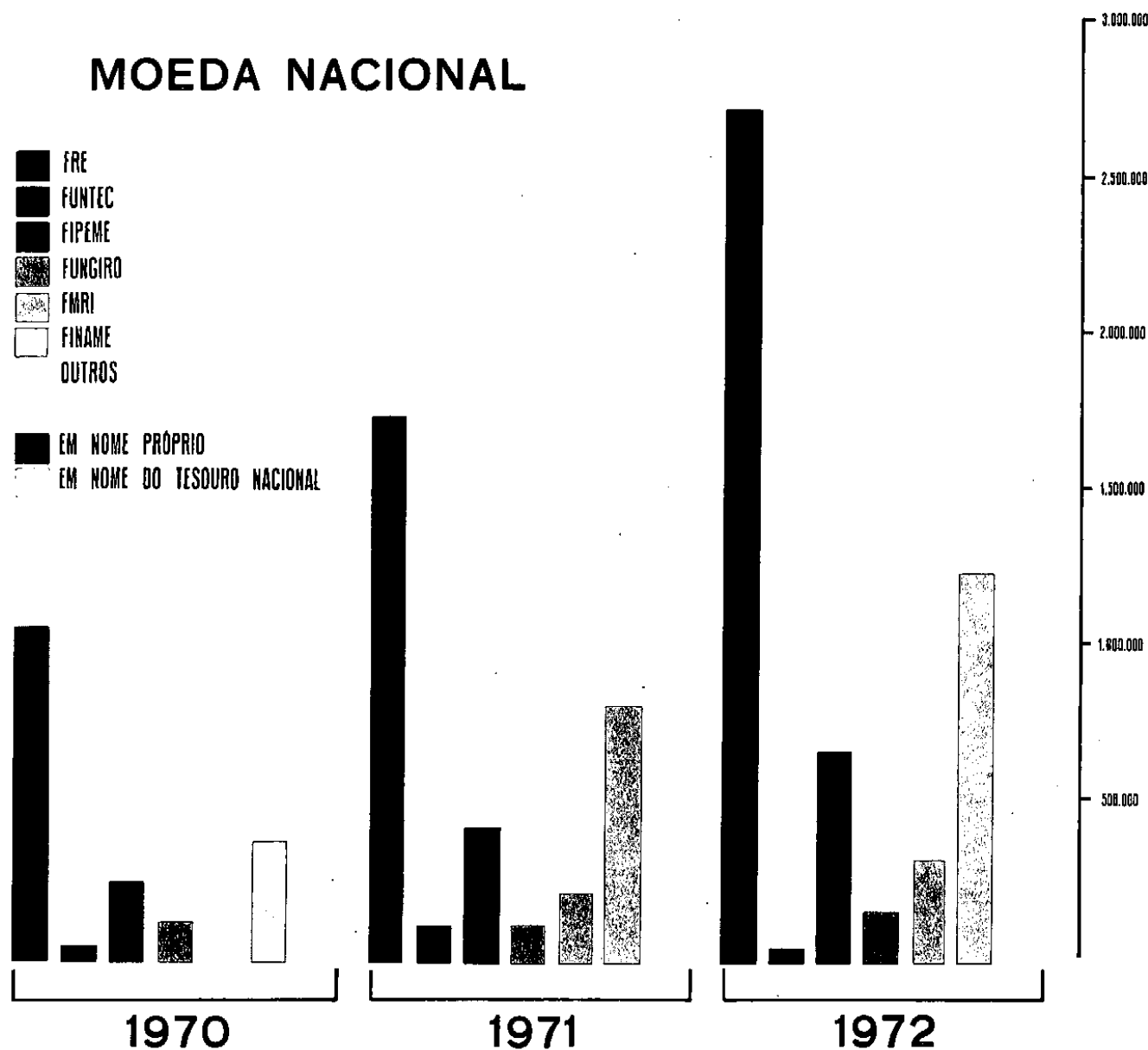
VALOR DAS OPERAÇÕES APROVADAS

(Cr\$ MIL)

MOEDA NACIONAL

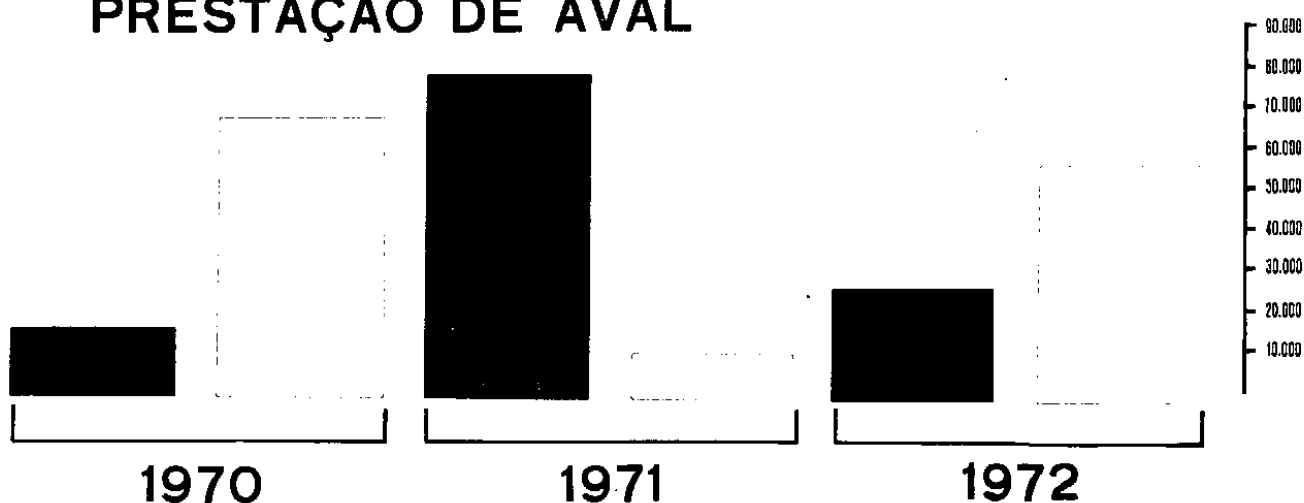
FRE
 FUNTEC
 FIPEME
 FUNGIRO
 FMRI
 FINAME
 OUTROS

EM NOME PRÓPRIO
 EM NOME DO TESOURO NACIONAL



PRESTAÇÃO DE AVAL

(US\$ MIL)



Composição Setorial

Dois aspectos marcantes caracterizaram o desempenho setorial da ação financiadora do BNDE no exercício de 1972: a ampliação da colaboração creditícia dispensada ao setor privado da economia nacional, a par da participação em empreendimentos fundamentais de responsabilidade governamental, especialmente na área dos Serviços de Utilidade Pública; e o prosseguimento da política de diversificação do apoio financeiro da Entidade em benefício de gama ainda mais ampla de atividades essenciais ao progresso econômico do País.

Quantó ao primeiro ponto, releva notar que do global da colaboração em moeda nacional aprovada no exercício — ou seja, Cr\$ 4.870 milhões — os empreendimentos originados no setor privado absorveram 78,2%, isto é, a significativa cifra de Cr\$ 3.807 milhões, destinando-se os restantes Cr\$ 1.063 milhões — 21,8% do total — a importantes projetos de iniciativa de órgãos estatais. No tocante às operações de prestação de aval, que somaram US\$ 92,0 milhões, a situação foi praticamente inversa, com o setor público beneficiando-se de 78,4% do montante total autorizado, restando a participação de 21,6% para o setor privado. A evolução recente da composição do desempenho operacional do Banco nesse particular, evidencia acentuado e progressivo incremento da participação do setor privado nos deferimentos em moeda nacional, enquanto que, em relação à outorga de avais, o posicionamento setorial mostra-se variável, na dependência das postulações recebidas pela Entidade, como registrado a seguir:

ANOS	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA COLABORAÇÃO APROVADA (Total = 100%)			
	Em Moeda Nacional		Prestação de Aval	
	Setor Público	Setor Privado	Setor Público	Setor Privado
1968	45,8	54,2	65,2	34,8
1969	40,1	59,9	82,6	17,4
1970	34,6	65,4	13,9	86,1
1971	34,0	66,0	66,4	33,6
1972	21,8	78,2	78,4	21,6

Por outro lado, consoante as diretrizes gerais da política de desenvolvimento do Governo, a ação financiadora da Entidade prosseguiu revelando um expressivo alargamento nos seus resultados. Foram contemplados segmentos essenciais da economia brasileira através de vultosas aplicações, que ostentaram aumentos ponderáveis em seus valores absolutos. Registraram-se decréscimos apenas com relação às áreas setoriais de Ensino e Pesquisas — hoje contando também com recursos alocados diretamente pelo FNDCT — e de Abastecimento e Alimentação, por representar alguns deferimentos meras suplementações a recursos concedidos em exercícios anteriores. É importante

realçar, todavia, que os créditos destinados aos Serviços de Utilidade Pública elevaram a participação desse setor no global das operações aprovadas, do mesmo modo que o setor de Indústrias de Transformação manteve sua posição

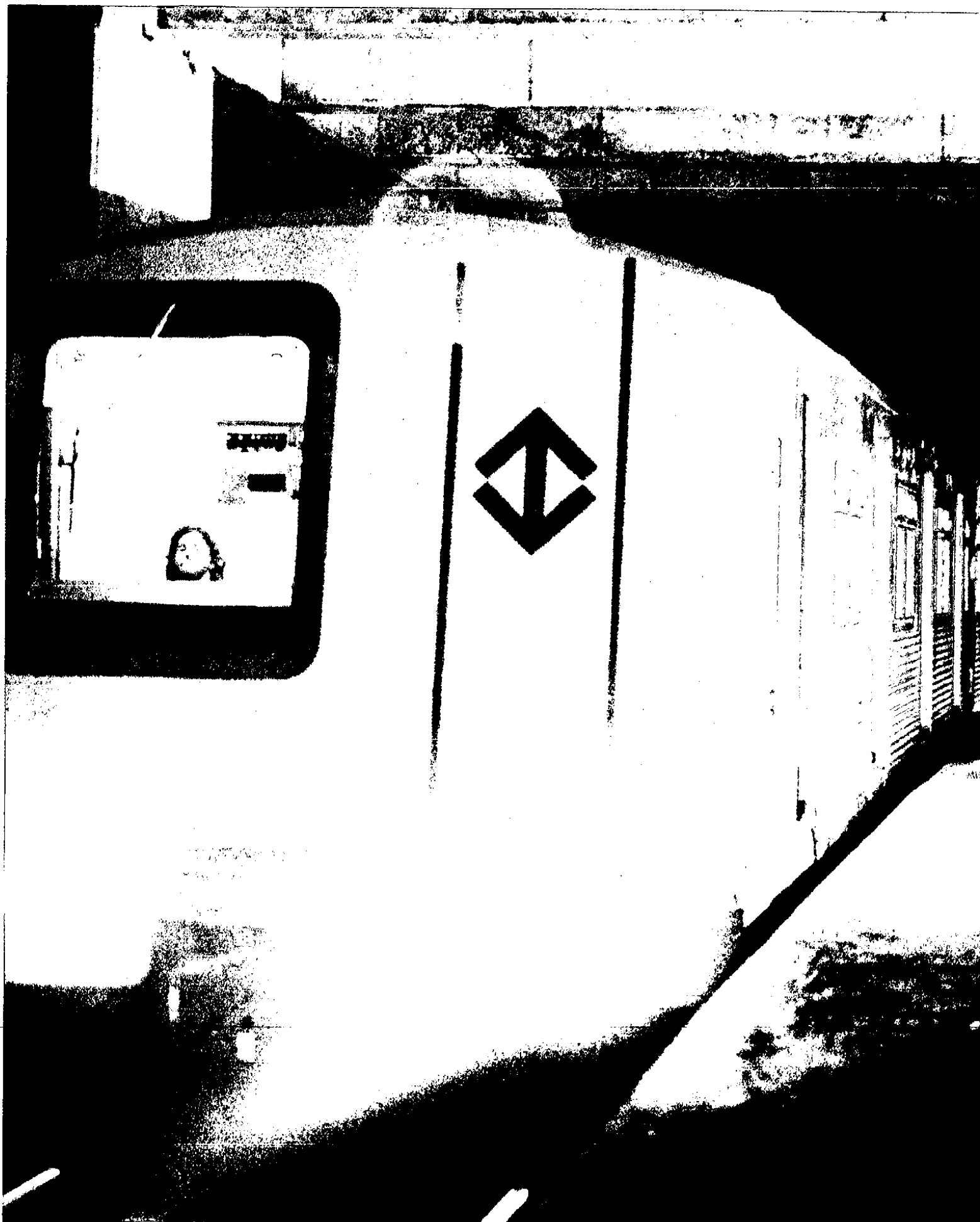
relativa no contexto dos deferimentos em moeda nacional.
O quadro a seguir mostra, sob o ângulo setorial, a evolução da estrutura da ação financiadora da Entidade no último triênio:

SETORES	COLABORAÇÃO APROVADA (Cr\$ mil)			PARTICIPAÇÃO % EM 1972	INCREMENTO % 1971/72
	1970	1971	1972		
Serviços de Utilidade Pública	501.333	505.408	1.113.615	22,9	+ 120,3
Mineração e Pesquisas Mineralógicas	3.200	3.451	81.147	1,7	+ 2.251,0
Indústrias de Transformação	1.114.175	2.119.383	3.152.009	64,7	+ 48,7
Ensino e Pesquisas	51.836	106.494	46.001	0,9	- 56,8
Agricultura, Abastecimento e Alimentação	147.556	400.516	346.136	7,1	- 13,6
Outros	46.460	82.338	131.042	2,7	+ 59,2
TOTAL	1.864.560	3.217.590	4.869.950	100,0	+ 51,4

No que se refere à colaboração sob a forma de prestação de aval, em 1972 o setor de Serviços de Utilidade Pública voltou a manter posição de liderança no conjunto dessa modalidade, absorvendo 76,5% do montante autorizado de US\$ 92.043 mil, salientando-se 5 operações de aval, em nome do Tesouro Nacional, em benefício do empreendimento do metrô de São Paulo, somando o equivalente a US\$ 56.221 mil, a cuja cifra adicionaram-se outras, pertinentes aos subsetores de energia elétrica, aerovias e telefonia urbana.

A participação restante — 23,5% — coube ao setor de Indústrias de Transformação, destinando-se US\$ 13.978 mil a indústrias metalúrgicas e US\$ 7.634 a projeto de instalação de fábrica de cimento no Paraná.
Exclusivamente no que tange ao exercício de 1972, o quadro a seguir retrata a estrutura geral da ação financiadora do Banco, em moeda nacional, sob o duplo enfoque de sua distribuição por Programas e por setores beneficiados:

PROGRAMAS	COLABORAÇÃO APROVADA EM MOEDA NACIONAL EM 1972 (Cr\$ mil)					
	Serv. de Utilidade Pública	Mineração	Indústrias de Transformação	Agropecuária, Alim. e Abastecimento	Outros Setores	TOTAL
FRE	810.560	81.147	1.453.258	179.322	4.800	2.529.087
FUNTEC	—	—	—	—	46.001	46.001
FIPEME	—	—	623.131	—	—	623.131
FUNGIRO	—	—	150.000	—	—	150.000
FMRI	—	—	290.020	14.240	—	304.260
PROTERRA	—	—	8.000	—	—	8.000
PRODOESTE	50.000	—	—	—	—	50.000
FINAME	253.055	—	627.600	152.574	126.242	1.159.471
TOTAL	1.113.615	81.147	3.152.009	346.136	177.043	4.869.950



A colaboração do BNDE em nome do Tesouro Nacional para a construção do Metrô de São Paulo foi da ordem de US\$ 56.200.000,00 no exercício. A empresa MAFERSA S/A, sob o controle do Banco, venceu a concorrência para fornecimento dos carros, cujas primeiras unidades são vistas na foto.



— créditos no montante de Cr\$ 252,2 milhões, proporcionados pela FINAME, para pavimentação de estradas de rodagem e aquisição de máquinas rodoviárias produzidas no Brasil;

Transporte Aeroviário

— aval, em nome do Tesouro Nacional, para a importação, pela TRANSBRASIL, de uma aeronave BAC-111 e sobressalentes;

Telecomunicações

— suplementação de fundos para o término da instalação de 4.000 terminais de telefonia urbana em São Luís (MA);
— participação no capital social da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS.

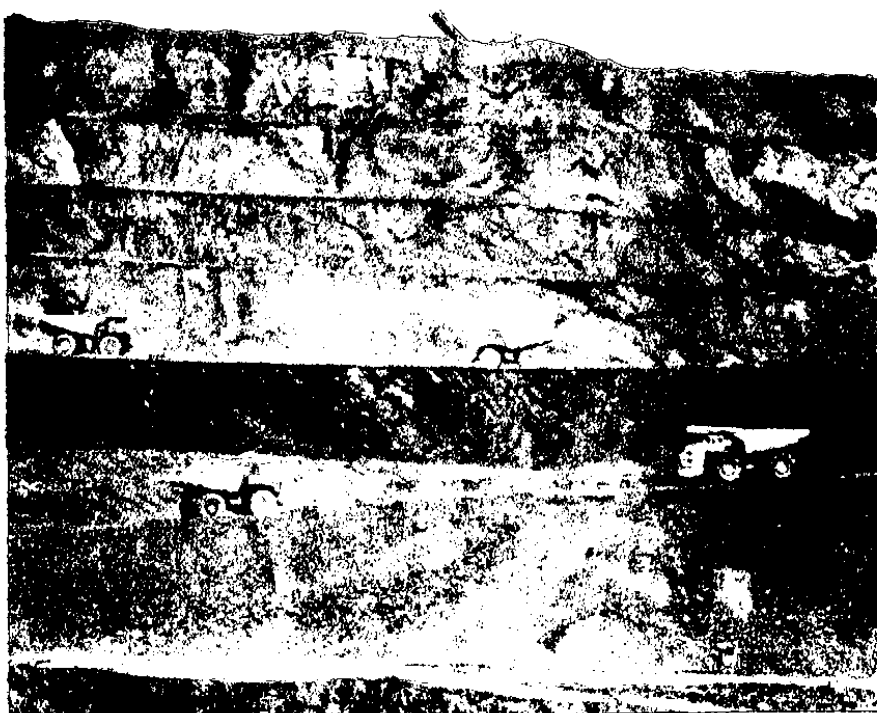
Mineração

e Pesquisas Mineralógicas

Embora acusando um crescimento extraordinário no montante do apoio creditício canalizado para essas atividades fundamentais à emancipação e ao desenvolvimento do País — cujos totais passaram de apenas Cr\$ 3.451 mil, em 1971, para Cr\$ 81.147 mil em 1972 — a ação estimuladora da Entidade, no particular,

Em nome do Tesouro Nacional, o Banco vem garantindo aquisições no exterior de aeronaves comerciais, possibilitando assim a extraordinária recuperação que o setor vem apresentando.

Com o apoio do Banco, tem sido intensificada a pesquisa mineralógica, e a mineração tem ganho escala de produtividade e racionalização.



ainda oferece condições de ampliação tanto mais significativa, na medida em que haja maior volume de postulações para essa linha de crédito. Há que se reconhecer, todavia, que vários fatores têm limitado as dimensões da demanda de crédito, nesse setor estratégico.

O empreendimento mais relevante do setor, financiado pelo Banco no exercício — somando Cr\$ 74,3 milhões — referiu-se à implementação de plano trienal de prospecção geológica, em vários pontos do País, sob a responsabilidade da Rio Doce Geologia e Mineração — DOCEGEO, subsidiária da Cia. Vale do Rio Doce. No âmbito do Convênio BNDE/CPRM, foram aprovadas 4 operações, das quais uma para pesquisas de novas reservas de ouro em Nova Lima (MG), outra para avaliação de reservas de minérios de cobre na Bahia e as demais para pesquisas e avaliação de recursos de cassiterita no Território de Rondônia.

Indústrias de Transformação

Foi mantida a posição majoritária do setor industrial no conjunto da colaboração em moeda nacional aprovada, ou seja, em torno de 65% do global, contra o percentual médio de 59% registrado no biênio 1969/1970. Por outra parte, o volume de deferimentos nessa área ostentou um incremento nominal de 48,7%, em relação ao total de 1971.

A tônica da assistência financeira do Banco ao parque industrial nacional continuou se fundamentando na diversificação dessa ajuda em proveito de gama mais ampla de ramos fabris; no apoio decidido a

empreendimentos vitais de grande porte; no fortalecimento da contribuição dos serviços dos Agentes Financeiros e, por via de consequência, na presença marcante do BNDE na totalidade do território nacional, tudo isso objetivando, em última análise, o engrandecimento da empresa nacional. Quanto à modalidade de prestação de aval, a colaboração do Banco ao setor industrial procurou atender às postulações recebidas, ficando limitada ao montante total de US\$ 21,6 milhões, correspondentes a 23,5% do global dos avais autorizados no exercício. Para o conjunto dos recursos canalizados para o setor industrial em 1972 — isto é, Cr\$ 3.152 milhões — as participações mais significativas originaram-se de operações celebradas no âmbito do FRE (46,1%), da FINAME (19,9%) e do FIPEME (19,8%), cabendo a participação restante ao FMRI, FUNGIRO e PROTERRA.

Outrossim, dentro do próprio contexto setorial, verifica-se que as participações mais expressivas no conjunto das operações em moeda nacional couberam aos produtos metalúrgicos (16,0%), produtos químicos e afins (13,2%), materiais de transportes (10,9%) e produtos têxteis (9,0%), mostrando-se bastante representativa a contribuição dos repasses de recursos através dos Programas FIPEME (Cr\$ 622,6 milhões) e PEB (Cr\$ 520,0 milhões) para aplicação em variado rol de atividades industriais em todos os Estados.

Sob o duplo enfoque de sua estrutura por modalidades operacionais e ramos industriais beneficiados, o quadro discrimina a composição da colaboração registrada em 1972, em benefício do grupo de Indústrias de Transformação:

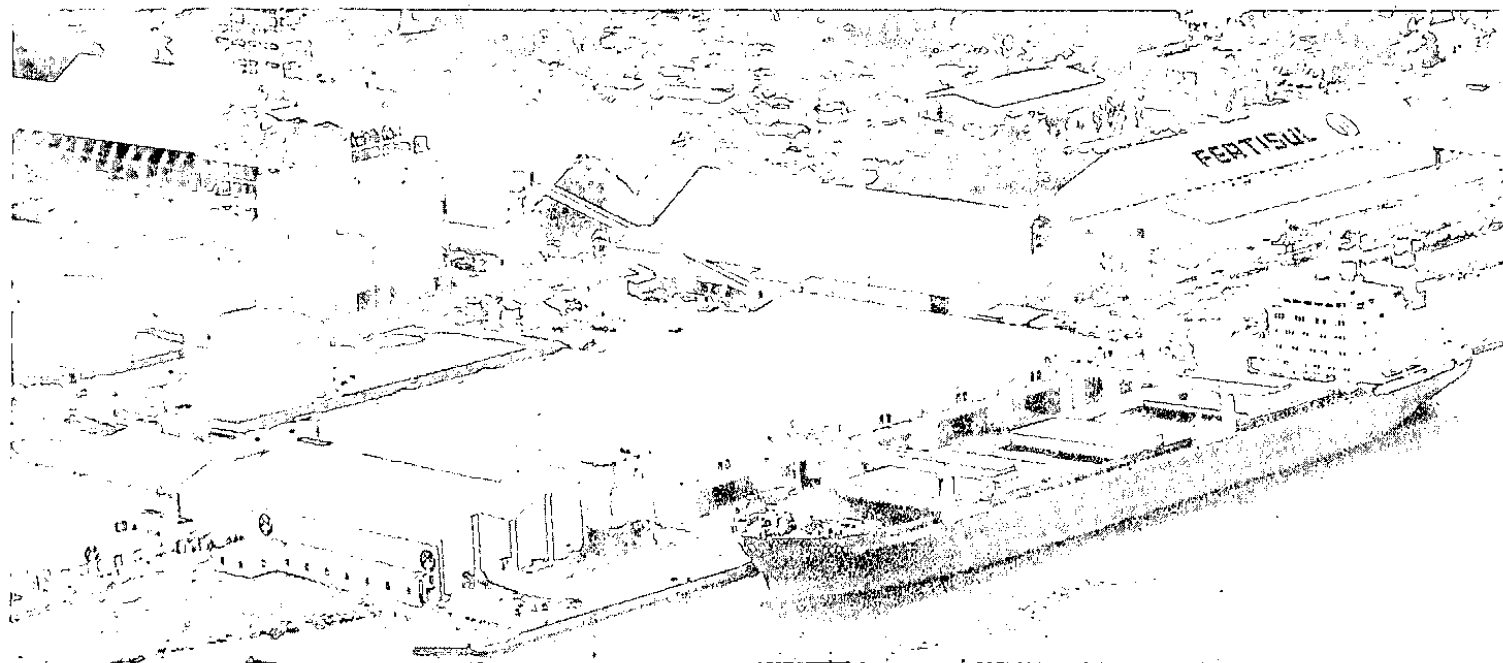
INDÚSTRIAS	COLABORAÇÃO APROVADA EM MOEDA NACIONAL (Cr\$ mil)					
	FRE	FIPEME	FUNGIRO	FMRI	FINAME	TOTAL
TOTAL	1.453.258	623.131	150.000	290.020	627.600	3.152.009
Celulose e papel	—	—	30.000	17.890	35.878	83.768
Produtos químicos e afins	337.765	—	—	35.050	36.619	(2) 417.434
Produtos de pedra, argila e vidro	167.183	—	12.000	—	9.887	189.070
Produtos metalúrgicos	357.800	531	25.000	66.200	54.292	503.823
Maquinaria	30.050	—	27.000	—	21.319	78.369
Material elétrico e de comunicações	60	—	10.000	4.000	8.557	22.617
Materiais de transporte	—	—	30.000	15.000	297.115	342.115
Produtos têxteis	40.400	—	16.000	148.180	80.148	284.728
Madeira e mobiliário	—	—	—	2.500	13.744	16.244
Borracha e plásticos	—	—	—	1.200	29.801	31.001
Indústrias diversas (1)	520.000	622.600	—	—	40.240	1.182.840

(1) Inclui repasses através dos Programas PEB e FIPEME, cuja aplicação final, p atividade industrial, é atribuída aos respectivos Agentes, observados os critérios fixados pelo BNDE.
(2) Inclusive repasse específico do PROTERRA, ao BANDECE, de Cr\$ 8.000.

Vista aérea das instalações da QUIMBRASIL que, com o apoio do BNDE produzirá fertilizantes (tendo como subproduto o gesso) em Jacupiranga (SP). Ao centro instalações da FERTISUL, localizada no Porto do Rio Grande (RS), cuja expansão para a produção de adubos NPK também está sendo financiada pelo Banco. Em baixo vista da construção da "unidade de mistura multipropósito" da NITRIFLEX, que com o apoio do BNDE produzirá em Duque de Caxias (RJ) elastômeros, látex e resinas especiais.



No que diz respeito à estrutura geral das aplicações autorizadas em proveito do setor de Indústrias de Transformação, devem ser ressaltados os seguintes aspectos marcantes:

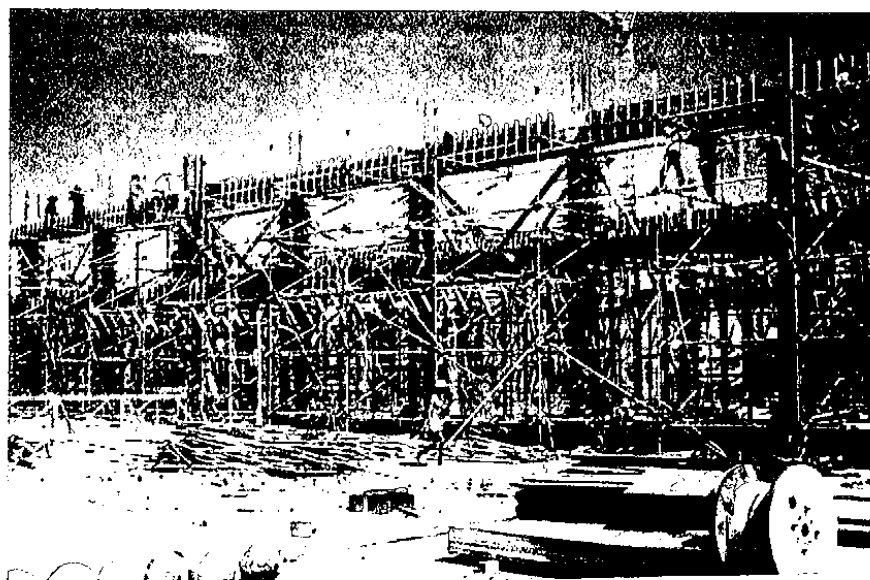


Indústria de Celulose e Papel

Através do FUNGIRO, foram canalizados recursos destinados à composição e reforço de capital de giro de algumas empresas mutuárias do Banco, em São Paulo, e que se destacam nesse subsector:

3 empreendimentos de expansão e modernização de fábricas de papel e celulose foram apoiadas pelo FMRI, sendo 2 na Guanabara e um no Estado do Rio de Janeiro.

A FINAME apoiou financeiramente a comercialização de bens de produção de interesse desse ramo fabril, com aplicações da ordem de Cr\$ 36,0 milhões.



Indústria de Produtos Químicos e Afins

Através dos esquemas operacionais englobados na ação do FRE foram beneficiados empreendimentos de instalação e expansão de fábricas de: fosfato concentrado de apatita e calcáreo (SERRANA S.A., em São Paulo); mono-amônio fosfato e gesso (QUIMBRASIL, em São Paulo); fertilizantes concentrados NPK (FERTISUL, no R.G. do Sul); soda cáustica sólida e diluída e cloro (SALGEMA, em Alagoas); resinas e látex sintéticos de vários tipos (NITRIFLEX, junto à FAVOR, no Estado do Rio de Janeiro); filmes Raio X — radiológico (NOVA DUFIL, em Resende, RJ); e negro de fumo (CCC, na Bahia). Diretamente ou mediante repasses específicos, foram destinados, por meio do Programa FMRI, recursos para inversões fixas, recuperação financeira e melhoria de produtividade de fabricantes de óleo de mamona (IMBASA, na Bahia); ácido oxálico e concentrado de ácido nítrico (MANTIQUEIRA, em São Paulo); produtos farmacêuticos (LABORATÓRIO NEOMED, em São Paulo); e tintas e vernizes (MONTESANO, de São Paulo).

De sua parte, a colaboração da FINAME ao subsetor atingiu a cifra de Cr\$ 36,6 milhões, para compra de bens de produção.

Indústria de Madeira e Mobiliário

Além de Cr\$ 13,7 milhões de financiamentos concedidos via FINAME, o FMRI destinou crédito a fabricante de artigos de madeira localizado na Bahia, através de repasse específico feito ao BNB.

Indústria de Produtos Metalúrgicos

Com recursos do FRE, o subsetor metalúrgico foi assistido com relação aos seguintes empreendimentos: instalação de usina da COSIGUA, na Guanabara, com capacidade para 250.000 t/ano de aço em lingotes; expansão da fábrica de ferro-ligas da SIBRA, em Aratu (BA), para a produção de 110.260 t/ano de ligas de Fe-Si, Fe-Mn e Fe-Si-Mn; expansão da AÇOS ANHANGUERA, em Mogi das Cruzes (SP), para a fabricação de 300.000 t/ano de lingotes de aços não comuns; expansão e modernização da ELETROMETAL, de Campinas (SP), para a produção de 16.000 t/ano de aço-ferramenta e aço de construção mecânica.

Na área do FIPEME, há que ressaltar o financiamento a forjaria situada na Guanabara (FORJA RIO).

Recursos do FUNGIRO foram destinados às empresas mutuárias Fundição Tupy (SC) e CONFAB (SP).

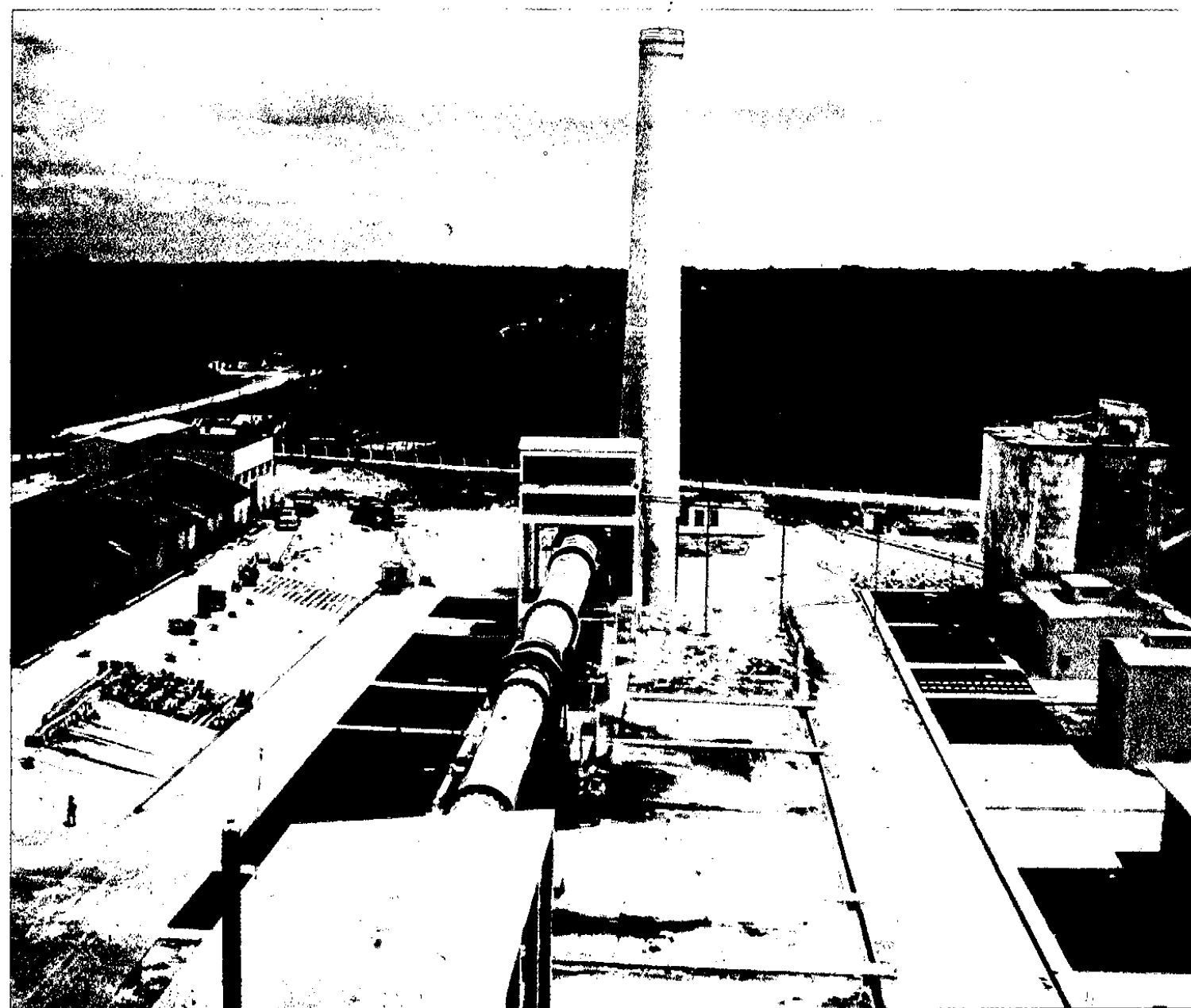
Através do FMRI foram aprovados financiamentos para a expansão e modernização de indústrias de laminados de não ferrosos (Laminação Nacional de Metais — SP), de lingotes e laminados não planos de aços (Aços Krown — SP), de arames, pentes, fitas de aço e acessórios para a indústria têxtil (TEXCO S.A. — SP).

Por intermédio da FINAME, o subsetor recebeu recursos no montante de Cr\$ 54,3 milhões. Quanto à modalidade de prestação de aval, 3 operações favoreceram o parque metalúrgico, sendo uma, de interesse da COSIPA, para a importação de 100.000 toneladas de placas de aço para relaminação, procedentes da Espanha, e as duas restantes vinculadas aos empreendimentos da COSIGUA e SIBRA.

Indústria de Produtos de Pedra, Argila e Vidro

No esquema operacional do FRE, os financiamentos absorveram, exclusivamente, recursos do Convênio BNDE/BNH (FIMACO), para inversões em implantação e ampliação de fábricas de materiais de construção, destacando-se os projetos de instalação das fábricas de cimento das empresas SOEICOM, em Minas Gerais (3.000 t/dia de capacidade), Cimento ITAMBÉ, no Paraná (1.000 t/dia), Cimento TOCANTINS, em Brasília (1.000 t/dia) e SERRANA, em São Paulo (1.200 t/dia), bem assim a ampliação e modernização da ITAÚ, em Minas Gerais (para 530.000 t/ano). Outra operação no âmbito do Convênio BNDE/BNH (FIMACO) favoreceu a instalação de fábrica de pisos cerâmicos e louças sanitárias em Recife (MARANO S.A.). Através do FUNGIRO foram propiciados recursos vinculados à consolidação da incorporação de fábrica de cimento na Guanabara.

Finalmente, por intermédio da FINAME, o subsetor recebeu aplicações no montante de Cr\$ 9,9 milhões.



A indústria de cimento vem merecendo por parte do Banco estudos especializados, tendo a colaboração do BNDE, no exercício, acrescido unidades para a produção de mais 6.200 t/dia no País.

Indústria de Material Elétrico e de Comunicações

No âmbito do FRE, cabe salientar a constituição da empresa EDB — Eletrônica Digital Brasileira Ltda. — com a participação societária do BNDE — voltada para linha pioneira de eletrônica digital e informática (minicomputadores). Outras aplicações de recursos no subsetor procederam do FUNGIRO e FMRI, no primeiro caso para a indústria CONSUL (SC) e no segundo para a I.G.B., de São Paulo, na linha de amplificadores, sonofletores, seletores de canais de TV, etc.;

Através da FINAME, o subsetor em análise foi contemplado com fundos no total de Cr\$ 8,6 milhões.

Indústria de Materiais de Transporte

Na área do FUNGIRO, destacam-se as aplicações em favor das empresas mutuárias ENGESA, na linha de fabricação de carros blindados militares, trações para veículos, etc. e a COFAP, fabricante de amortecedores e outras autopeças, ambas de São Paulo. Por intermédio do FMRI, o fabricante de autopeças (cilindros de freios) MÁQUINAS

VARGA, de Limeira, recebeu recursos para expansão e recuperação da empresa. A FINAME manteve sua ação estimuladora quanto à indústria de materiais de transporte, para ela canalizando o total de Cr\$ 297,1 milhões, ou seja, 47,3% do global destinado pela Agência ao setor de Indústrias de Transformação.

Indústria de Maquinaria, exceto elétrica

Dois projetos de expansão marcam a ação desenvolvida pelo FRE, beneficiando as conhecidas empresas INDÚSTRIAS VILLARES e ZANINI S.A., de São Paulo.

Também a ser destacada é a decisão da participação societária do Banco no capital da USIMEC, empresa do grupo da USIMINAS na faixa de equipamentos pesados. Na linha de ação do FUNGIRO salientam-se operações em favor dos conhecidos fabricantes de equipamentos VILLARES, ZANINI e BARDELLA.

Por sua parte, a FINAME atribuiu ao subsector, de forma direta, recursos

totalizando Cr\$ 21,3 milhões, sendo ainda de destacar o papel dinamizador dessa área industrial, representado pela ação daquela Agência na comercialização de bens de capital.

Indústria de Artefatos de Borracha e Plásticos

Também em relação a esse subsector, sobressai-se a participação dos aportes de recursos da FINAME – Cr\$ 29,8 milhões – além de uma operação realizada no âmbito do FMRI, de repasse ao BRDE, para aplicação em indústria situada no Rio Grande do Sul.

A maior ponte metálica, em viga ortotrópica da América do Sul, com 320 metros de comprimento, construída pela USIMEC para o DNER, empresa de cujo capital o Banco participa.



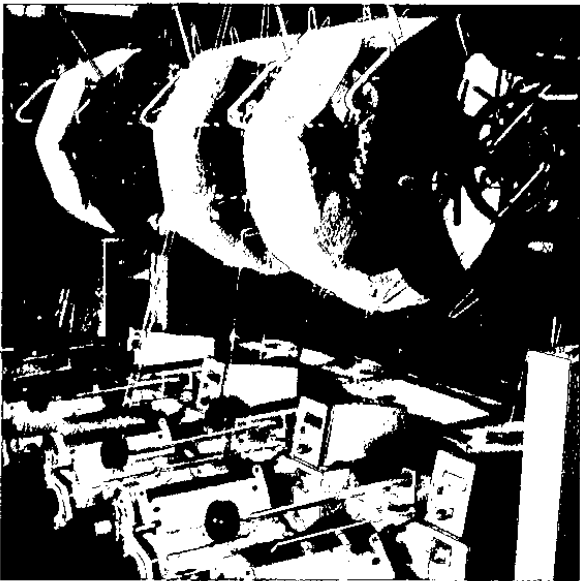
Indústria de Produtos Têxteis

Os principais estímulos financeiros propiciados ao subsetor têxtil procederam do FMRI, favorecendo 6 empreendimentos de expansão, modernização, recuperação financeira e aumento de produtividade de importantes indústrias de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Na área do FUNGIRO, 2 mutuários receberam recursos para reforço de capital de giro. Com recursos do FRE foram financiados projetos de expansão e modernização de indústria produtora de materiais têxteis para pesca (EQUIPESCA – SP) e, ainda, das

empresas CREMER e HERING, de Santa Catarina, mediante repasses específicos por intermédio do BRDE. Da FINAME, os fundos orientados para o subsetor têxtil somaram a cifra de Cr\$ 80,1 milhões.

Indústrias Diversas

Nas tabelas incluídas neste relatório, o item Indústrias Diversas ostenta participação acentuada, devido à inclusão nessa categoria dos vultosos recursos repassados aos Agentes Financeiros dentro dos Programas FIPEME (Cr\$ 622,6 milhões) e PEB (Cr\$ 520,0 milhões), cuja destinação setorial, por beneficiários finais, fica afeta aos Agentes, observados os critérios operacionais estabelecidos pelo Banco. De sua parte, a FINAME deferiu recursos de Cr\$ 40,2 milhões para ramos industriais diversos, incluídos neste grupo.



A apreciação geral da atuação estimuladora do BNDE quanto ao conjunto do parque industrial do País, além dos aspectos salientados, permite enfatizar quatro pontos básicos:

- 1) — o Banco prosseguiu na assistência decidida a grandes empreendimentos industriais de impacto setorial e regional, que demandam recursos de vulto para sua efetivação, citando-se como exemplos marcantes a colaboração atribuída ao aproveitamento da salgema de Alagoas, para a fabricação em grande escala de soda cáustica e cloro; a expansão do parque cimenteiro através de instalações fabris de dimensões elevadas e, conseqüentemente, mais eficientes do ponto de vista econômico; a instalação ou expansão de fábricas de produtos químicos essenciais;
- 2) — por intermédio de seus diferentes Programas — notadamente o Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI — as atenções do Banco, em sintonia com as diretrizes governamentais, convergiram no sentido do fortalecimento da empresa industrial nacional, aumentando-lhe a produtividade e o poder de competição, em especial tendo em vista o adequado atendimento do crescente mercado interno e a ampliação das exportações de variada gama de bens manufaturados. A consecução dos objetivos visados incluiu a seleção de projetos que visaram: a elevação da escala de produção e da eficiência operacional das unidades industriais, mediante fusões, reorganização técnica e administrativa; modernização de instalações e de técnicas operacionais; ganhos de produtividade e custos a nível internacional;
- 3) — apoio decidido à diversificação e revigoramento do parque nacional de pequenas e médias empresas industriais, com a destinação de recursos de vulto no âmbito dos Programas FIPEME e PEB, aliada à diretriz de atribuir-se papel ainda mais destacado à colaboração da rede de Agentes Financeiros, de modo a aproveitar os seus serviços, fortalecendo-lhes a capacidade de investimento e tornando ainda mais efetiva a presença do BNDE no desenvolvimento de todas as Regiões do País. Evento marcante da política de apoio às pequenas e médias indústrias, ocorrido em 1972, traduziu-se na instituição do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), sociedade civil, sem fins lucrativos, criada sob a inspiração e a participação do BNDE, em cooperação com a FINEP e a Associação dos Bancos de

Outros Setores

Através da subsidiária FINAME foram canalizados fundos no total de Cr\$ 126,2 milhões para outros setores de atividade, incluindo, principalmente, a comercialização de materiais de construção civil (Cr\$ 121,6 milhões), além de materiais para lavanderia, refrigeração, hospitais, instalações e decorações industriais. Assinale-se, outrossim, a colaboração do FRE destinada à implantação de sistema eletrônico de processamento de dados e transmissão de informações na Bolsa de Valores de São Paulo, bem assim à remodelação e expansão de rede de drogarias em Porto Alegre (RS), a cargo da DROGABIR, através de repasse específico do PMRC ao BRDE.

Vista do painel eletrônico da Bolsa de Valores de São Paulo, cujo sistema de processamento e transmissão de informações foi financiado pelo BNDE.





Desenvolvimento – ABDE;
4) – dinamização e diversificação
acentuadas do desempenho da empresa
subsidiária FINAME, numa contribuição
eficaz e crescente à fabricação e
comercialização de bens de produção de
origem brasileira, indispensáveis ao
aceleramento da industrialização do País
e capaz de proporcionar meios de competição
internacional à exportação de tais produtos.

Ensino e Pesquisas Técnico-Científicas

Os deferimentos de recursos à conta
do FUNTEC, para atividades de ensino
especializado e pesquisas tecnológicas, em
1972, foram de Cr\$ 46,0 milhões,
compreendendo apoio a 30 projetos. Vale
observar que a totalidade dos desembolsos
nessa área foi feita com recursos do Fundo
Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico (FNDCT), mediante convênio entre
o Banco e a FINEP, enquanto operações diretas
do FNDCT estão recebendo sensível
incremento.

O quadro de deferimentos do FUNTEC em 1972
compreendeu 11 operações, a fim de dar
continuidade e conclusão a programas
de ensino superior de pós-graduação, sob
a responsabilidade de entidades especializadas
de renome, quais sejam: Escola de
Veterinária e Centro de Desenvolvimento
e Planejamento Regional – CEDEPLAR,
da UFMG; Escola de Engenharia de
São Carlos, Instituto de Matemática e
Estatística e Instituto de Física, da USP;
Escola Federal de Engenharia de Itajubá;
Instituto Central de Física e Instituto
de Geociências da UFRS; Centro Tecnológico
da UFSC; e Instituto Militar de Engenharia –
IME, do Ministério do Exército.

Foram igualmente aprovadas 2 operações
para continuidade de trabalhos conjuntos
de ensino e pesquisas do Instituto de
Biofísica, da UFRJ, e do Instituto de
Pesquisas Econômicas da Faculdade de
Economia e Administração da USP, assim como
5 operações para trabalhos de pesquisas nas
áreas de: obtenção de polímeros novos
(UFRJ); hidráulica (USP); endemias rurais
e desenvolvimento em química de produtos
naturais (IPM do Ministério da Marinha);
criação artificial de camarões em escala
industrial (ACARPESC, de Santa Catarina);
e projetos de barcos de pesca (IPT –
Agrupamento de Engenharia Naval,
de São Paulo).

No campo de ensino técnico de nível médio,
foram concedidos recursos para

prosseguimento de formação de técnicos laticínios pelo Instituto de Laticínios Candido Tostes, de Juiz de Fora, de técnicos de nível médio (oficiais de Marinha Mercante) pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha — CIAGA, do Ministério da Marinha, bem assim para montagem e reequipamento de oficinas e laboratórios, usados na formação de técnicos em Eletrotécnica pelas Escolas Técnicas da Diretoria do Ensino Industrial do MEC localizadas no Amazonas, Piauí, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Finalmente, foi dispensada ajuda financeira à ABNT para desenvolvimento de Normas Técnicas em Eletricidade e Mecânica e, em caráter especial, à Associação Brasileira de Assistência aos Cancerosos — Hospital Mário Kroef (GB) para a aquisição de equipamentos de radioterapia para programa de especialização de técnicos de nível superior e médio.

para dois empreendimentos de modernização e recuperação de instalações de fabricantes de alimentos.

Para o subsetor de *Abastecimento* os deferimentos totalizaram Cr\$ 163,9 milhões, todos do âmbito do FRE, sob a forma de financiamento convencional ou dentro do esquema do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização — PMRC. Foram favorecidos os projetos de instalação das Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, do Grande Rio e de Brasília, constantes do programa estabelecido pelo Governo para a melhoria do abastecimento nos grandes aglomerados urbanos; de instalação de duas unidades armazenadoras da CESA, em Cruz Alta e Nova Prata, no Rio Grande do Sul; e, finalmente, quatro projetos de expansão e modernização de redes de super e hipermercados em São Paulo e na Guanabara, de responsabilidade das empresas Eletro Radiobraz, Peg-Pag, Morita e Pão de Açúcar.

Agropecuária

Alimentação e Abastecimento

A colaboração financeira total ao setor registrou ligeiro decréscimo — passando de Cr\$ 400,5 para Cr\$ 346,1 milhões, respectivamente em 1971 e 1972 — atribuindo-se a participação de 7,1% do global da ação financiadora em moeda nacional no último exercício.

Quanto ao subsetor *Agropecuária*, a assistência creditícia em 1972 ficou limitada a aplicações da subsidiária FINAME, no valor total de Cr\$ 13,4 milhões, incluindo financiamentos para comercialização de tratores, motores e outros materiais destinados às atividades rurais, cabendo observar, especificamente em relação ao Programa de Crédito Rural da Agência, que sua atuação somente foi exercida até o mês de maio.

Do montante das aplicações destinadas ao setor, 48,7% foram canalizados para a *indústria de produtos alimentares*, ou seja, Cr\$ 168,8 milhões, dos quais Cr\$ 139,2 milhões aplicados pela FINAME. Outros Cr\$ 15,4 milhões procederam do FRE, contemplando projetos de instalação de matadouro-frigorífico em Presidente Venceslau (SP), expansão e modernização de fábrica de sucos concentrados de frutas e derivados em Bebedouro (SP) e, ainda, modernização de refinaria de açúcar na Guanabara. Ainda para o subsetor de alimentação foram encaminhados recursos do FMRI, somando Cr\$ 14,2 milhões,



Distribuição Geográfica

A evolução do desempenho operacional do BNDE sob o enfoque de sua estrutura espacial tem sido caracterizada por marcante participação das Regiões Sudeste e Sul no conjunto da colaboração aprovada. Esse posicionamento reflete o estágio mais desenvolvido dessas áreas, exercendo, conseqüentemente, maior pressão na demanda do apoio creditício do Banco, enquanto que o volume de postulações de assistência financeira para projetos localizados nas Regiões menos evoluídas apresenta dimensões e intensidade menos acentuadas, inclusive porque essas áreas passaram a contar com organismos, estímulos e recursos especiais para o desenvolvimento regional, principalmente através da atuação da SUDENE, SUDAM, BNB, BASA, SUDECO, SUVALE, DNOCS, DNOS, PROTERRA,

PRODOESTE, PROVALE e demais órgãos assemelhados.

O quadro geral dos deferimentos em moeda nacional, no exercício de 1972, assinala importantes transformações na distribuição geográfica da ação financiadora do Banco, entre as quais merecem destaque a maior participação dos montantes concedidos às Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, com o conseqüente decréscimo da participação relativa da Região Sudeste — declinando de 65,4% para 54,2%, entre 1971 e 1972 — e, ainda, o expressivo incremento nominal registrado quanto à colaboração dispensada para o conjunto das Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul. A tabela seguinte mostra a evolução dos deferimentos segundo a sua destinação geográfica, no último triênio:

REGIÕES	COLABORAÇÃO APROVADA (Cr\$ mil)			PARTICIPAÇÃO % — 1972	INCREMENTO % — 1971/72
	1970	1971	1972		
Norte	20.698	24.444	35.859	0,7	+ 46,7
Nordeste . .	231.755	306.011	621.996	12,8	+ 103,3
Sudeste . . .	1.197.765	2.103.555	2.638.876	54,2	+ 25,4
Sul	322.043	640.564	995.161	20,4	+ 55,4
Centro-Oeste	26.649	38.716	312.742	6,4	+ 707,8
Inter-regional	65.650	104.300	265.316	5,5	+ 154,4
BRASIL	1.864.560	3.217.590	4.869.950	100,0	+ 51,4

No tocante às operações de prestação de aval, do montante de US\$ 92,0 milhões autorizado no exercício, US\$ 67,9 milhões destinaram-se ao Sudeste, com participação acentuada dos avais de interesse do metrô de São Paulo (US\$ 56,2 milhões), seguindo-se as Regiões Sul e Centro-Oeste, com cerca de US\$ 7,6 milhões cada, o Nordeste com US\$ 2,5 milhões e restando US\$ 6,4 milhões para projetos de interesse inter-regional.

Conforme demonstram os quadros analíticos, a ação financiadora do BNDE se fez presente, de forma direta, na quase totalidade das Unidades da Federação, sendo de realçar o desempenho dos Agentes Financeiros dos Programas FIPEME, PEB e FINAME, cobrindo enorme porção do território nacional abrangida nas respectivas áreas de atuação, e contemplando numerosa relação de beneficiários finais, através dos recursos repassados pelo Banco. Em 1972, os deferimentos de repasses de recursos a Agentes dos Programas PEB e FIPEME atingiram as seguintes quantidades:

REGIÕES	NÚMERO DE OPERAÇÕES DE REPASSES	
	PEB	FIPEME
Norte	1	1
Nordeste . .	6	8
Sudeste . . .	3	20
Sul	2	6
Centro-Oeste	—	1
Inter-regional	—	3
BRASIL	12	39

A participação dos Agentes regionais e estaduais ainda foi exercida mediante repasses específicos para aplicação em projetos previamente aprovados pelo Banco, sendo 4 do FRE, 1 do PMRC e 7 do FMRI.

A conjugação dos aspectos de distribuição geográfica regional e modalidades empregadas pode ser visualizada no quadro a seguir, considerando-se o conjunto dos deferimentos em moeda nacional em 1972:

PROGRAMAS	COLABORAÇÃO APROVADA EM MOEDA NACIONAL (Cr\$ mil)					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	BRASIL
FRE	8.618	421.709	1.135.668	491.642	246.134	(1) 2.529.087
FUNTEC	1.016	3.763	31.147	9.165	910	46.001
FIPEME	10.000	72.600	295.531	200.000	5.000	(2) 623.131
FUNGIRO	—	—	125.000	25.000	—	150.000
FMRI	—	13.000	264.060	27.200	—	304.260
PROTERRA . . .	—	8.000	—	—	—	8.000
PRODOESTE . .	—	—	—	—	50.000	50.000
FINAME	16.225	102.924	787.470	242.154	10.698	1.159.471
BRASIL	35.859	621.996	2.638.876	995.161	312.742	(3) 4.869.950

(1) Inclusive Cr\$ 225.316 mil para projetos de âmbito inter-regional.

(2) Inclui Cr\$ 40.000 mil para aplicações inter-regionais.

(3) Abrange Cr\$ 265.316 de aplicações inter-regionais.

Com relação a cada Região, especificamente, podem ser salientados os seguintes pontos principais:

Região Norte

- os recursos de maior expressão originaram-se da subsidiária FINAME (Cr\$ 16,2 milhões) e de repasses dos Programas FIPEME (Cr\$ 10,0 milhões) e PEB (Cr\$ 5,0 milhões) ao BEAM, do Estado do Amazonas;
- por intermédio do Convênio BNDE/CPRM foram canalizados Cr\$ 3,6 milhões para atividades de mineração e pesquisas mineralógicas no Território de Rondônia;
- o BASA e dois bancos privados receberam recursos do FIPEME para aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

Região Nordeste

- os bancos estaduais de desenvolvimento do Nordeste foram contemplados com recursos repassados no âmbito dos Programas PEB e FIPEME, totalizando, respectivamente, Cr\$ 165,0 milhões e Cr\$ 72,6 milhões;
- entre as aplicações industriais destacam-se

os empreendimentos da SALGEMA em Alagoas (Cr\$ 146,0 milhões); SIBRA (Cr\$ 57,0 milhões) e CCC (Cr\$ 14,0 milhões), na Bahia; e MARANO (Cr\$ 7,6 milhões) em Pernambuco;

- construção de 1.374 km de rodovias rurais alimentadoras no Maranhão, absorvendo recursos no total de mais de Cr\$ 27 milhões;
- pesquisas de jazidas de cobre na Bahia;
- aplicações somando Cr\$ 102,9 milhões pela FINAME;

Região Sudeste

- em termos relativos, houve redução da participação e do crescimento dos deferimentos canalizados para a Região mais desenvolvida do País, refletindo-se, conseqüentemente, em benefício do posicionamento das demais Regiões. Assim, o Sudeste limitou sua participação a 54,2% do total dos financiamentos em moeda nacional e apresentou um crescimento de apenas 25,4% entre 1971/72;
- a colaboração financeira dispensada ao Sudeste originou-se de todas as modalidades operacionais e teve a seguinte distribuição setorial básica, abrangendo diversificado rol de empreendimentos:

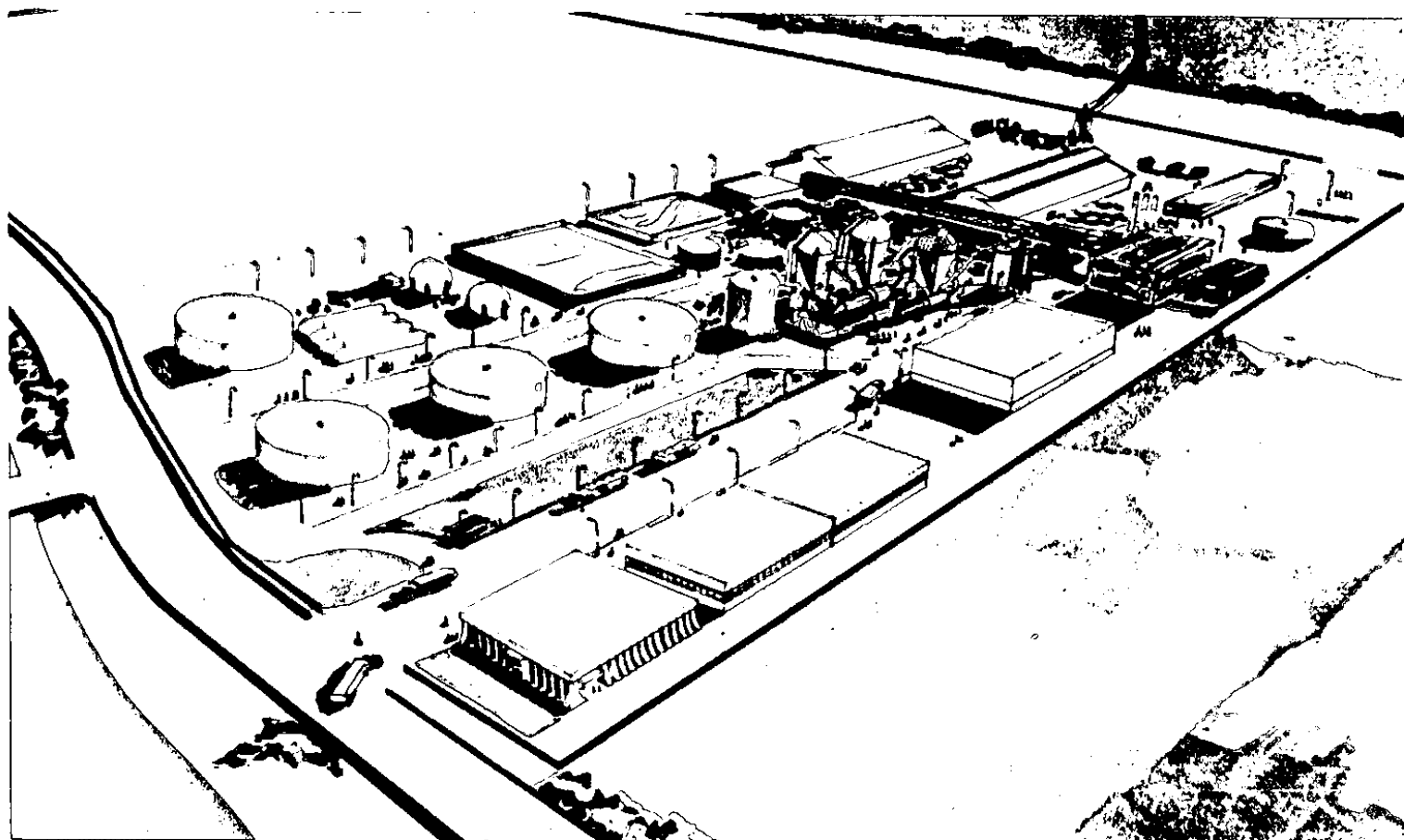
— o Banco deu apoio à expansão da rede armazenadora da CESA, do Rio Grande do Sul;
— entidades especializadas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina receberam aportes de recursos do FUNTEC para programas de ensino e pesquisas de alto nível.

Região Centro-Oeste

— a participação da Região aumentou para 6,4% do global dos deferimentos do Banco, registrando um incremento nominal de 707,8% em cotejo com o total de 1971;
— do conjunto da assistência creditícia à Região salientaram-se os recursos destinados a obras rodoviárias rurais em Mato Grosso e Goiás e aos programas de eletrificação a cargo da CELG e CEMAT, merecendo realce, quanto à primeira, operações de aval para a importação de equipamentos necessários à conclusão da 3.^a etapa da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada;
— na área industrial são de realçar os créditos concedidos através da FINAME (Cr\$ 10,7 milhões) e financiamento para a conclusão de fábrica de cimento situada em Brasília;
— o Banco concedeu suplementação de recursos para a conclusão do projeto da Central de Abastecimento de Brasília, já favorecido pelo apoio financeiro da Entidade.

Inter-Regional

Os financiamentos destinados a amparar projetos de interesse de mais de uma Região geo-econômica totalizaram Cr\$ 265,3 milhões no exercício de 1972, sendo de destacar o empreendimento da ligação ferroviária Itapeva—Ponta Grossa, a cargo do DNER (Cr\$ 130,0 milhões), para a conexão do Tronco Sul ao sistema da Sorocabana (SP); a execução de programa trienal de pesquisas mineralógicas pela DOCEGEO (Cr\$ 74,3 milhões); e recursos do FIPEME, no total de Cr\$ 40,0 milhões, para aplicação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pelo BASA e dois bancos privados de investimento.



Maquete das instalações da SALGEMA em Maceió, Alagoas. A empresa obteve substanciais recursos do Banco para a fabricação de cloro e soda cáustica. A entrada em operação do empreendimento está prevista para 1975, tornando o País independente de importações no setor.

SETORES	COLABORAÇÃO APROVADA – 1972	
	Cr\$ milhões	US\$ milhões
Indústrias de Transformação	1.416,1	11,5
Serviços de Utilidade Pública	218,2	56,4
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	181,0	—
Ensino e Pesquisas	31,1	—
Mineração e Pesquisas	2,2	—
Outros setores	2,8	—
FINAME	787,5	—
TOTAL	2.638,9	67,9

Região Sul

— o apoio creditício à Região sulina representou 20,4% do global em moeda nacional e apresentou um incremento nominal de 55,4% comparativamente a 1971;
 — do total autorizado no exercício salientaram-se os recursos repassados

dentro dos esquemas do PEB (Cr\$ 225,0 milhões) e FIPEME (Cr\$ 200,0 milhões), cabendo o montante de Cr\$ 370,0 milhões ao BRDE para aplicações no conjunto do território do extremo-sul;

— os créditos da subsidiária FINAME elevaram-se ao montante de Cr\$ 242,2 milhões;
 — quanto ao setor de Serviços de Utilidade Pública devem ser realçados os recursos destinados à implantação do sistema de transmissão da Usina Termoeletrica Candiota II; melhorias de traçado ferroviário na 11.ª Divisão — Paraná — Santa Catarina, da RFFSA; conclusão de obras rodoviárias rurais a cargo da CINTEA, no Rio Grande do Sul, e da pavimentação do trecho Laje—São Miguel do Oeste (BR-282), em Santa Catarina, pelo DNER;

— no setor de Indústrias de Transformação merecem realce os empreendimentos de implantação de uma fábrica de cimento no Paraná e de instalação, expansão e modernização de unidades fabris de vários ramos manufatureiros, com destaque do subsetor têxtil em Santa Catarina. Os créditos industriais diretos originaram-se do FRE, FUNGIRO e FMRI, salientando-se, outrossim, as aplicações da FINAME e dos Programas FIPEME e PEB;

3

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA



O Banco procedeu, no exercício, a aprovação dos atos fundamentais para estabelecer sua nova estrutura administrativa, visando à obtenção de novos padrões de desempenho, em que o processamento eletrônico de dados deverá ser utilizado, principalmente como importante instrumento de gestão.

O enquadramento do BNDE — ex-Autarquia Federal — na categoria de Empresa Pública, por força do Art. 1.º da Lei n.º 5.662 de 21.06.1971, trouxe a necessidade de reformular, em bases consentâneas com seu novo "status", a composição e as atribuições tanto do Conselho como da Diretoria e do Conselho Fiscal, vindo, por conseguinte, o *Decreto n.º 71.158 de 26.09.1972* do Executivo Federal a especificar o caráter normativo e de orientação superior do primeiro e a competência administrativa e fiscalizadora, respectivamente, dos dois últimos órgãos.

O Conselho passou a ser integrado por treze membros, sendo três natos, seis nomeados pelo Presidente da República e quatro ingressos do antigo Conselho de Administração. São membros natos o Presidente do Banco — também Presidente do Conselho —, o Secretário Geral do Ministério da Fazenda e o Secretário Geral do Ministério da Indústria e do Comércio. Entre as atribuições do órgão, emergem as de aconselhar o Presidente do BNDE no que respeita às linhas gerais orientadoras da ação do Banco, examinar e aprovar, por proposta do Presidente, políticas gerais e programas de atuação do Banco a longo prazo e opinar sobre o Orçamento Anual de Investimentos do Banco. As atribuições do antigo Conselho de Administração referidas no Art. 13 da Lei n.º 5.628 de 20.06.1952 e nos Artigos 22 e 23 da Lei n.º 2.973 de 26.11.56, não compreendidas nas atribuições do atual Conselho passaram a ser da Diretoria. A edição do mencionado ato legal, modificando, inclusive, o estatuto da empresa pública BNDE, ensejou a reorganização pela Diretoria do BNDE de seu novo Regimento Interno da Entidade, aprovado pelo Senhor Ministro do Planejamento e Coordenação Geral (Portaria n.º 012-B de 26.12.72).

Organização Interna

Considerando que as modificações, tanto da estrutura como das práticas operacionais, representam importante passo para aparelhar e adequar o Banco, segundo os novos padrões de desempenho esperados da entidade, aprovou a Diretoria, em seus aspectos fundamentais, a nova organização administrativa para o BNDE, recomendada por

consultora especializada, após seis meses de estudo. Esta estrutura repousa em cinco áreas distintas, vinculadas à Presidência e que assim se denominam:

- i) Área de Planejamento;
- ii) Área de Representação;
- iii) Área de Projetos Industriais;
- iv) Área de Operações Conjuntas;
- v) Área de Serviços Gerenciais.

Cada área será integrada por unidades e subunidades administrativas, com denominação e competência próprias, e sua gestão será confiada a Diretor ou Gerente Executivo.

À *Área de Planejamento* caberá, principalmente, a formulação das políticas e dos programas operacionais do Banco, a avaliação de seus resultados a médio e longo prazo, a elaboração do Orçamento de Investimentos como peça fundamental de orientação da ação financiadora e a definição de prioridades na concessão de apoio financeiro.

A *Área de Representação* será responsável pelas atividades de "marketing" e pela divulgação das atividades do Banco, interna e externamente.

A *Área de Projetos Industriais* será responsável pela análise, contratação e acompanhamento de operações financeiras, à conta de todos os programas e fundos industriais.

A *Área de Operações Conjuntas* terá como atribuições principais a análise, contratação e acompanhamento de operações em benefício dos setores de infra-estrutura, agropecuária e abastecimento, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como as efetuadas com agentes financeiros, além das de acompanhar e conduzir as operações de mercado de capitais.

Alteração marcante é introduzida nessas duas últimas áreas, com vistas ao melhor aproveitamento dos técnicos, cuja lotação não será em nenhuma das subunidades que integram cada área, nelas permanecendo em caráter temporário, para compor Grupos de Trabalho, nos quais desempenharão tarefas de análise e acompanhamento de projetos, de acordo com a demanda de serviços existente.

Finalmente, na *Área de Serviços Gerenciais* serão concentradas todas as atividades-meio, indispensáveis ao bom funcionamento do Banco, corporificadas em quatro departamentos: Financeiro,

Jurídico, Administrativo e de Pessoal, este último criado visando a dar ênfase ao desenvolvimento de executivos e da equipe profissional do Banco.

A Presidência contará com as seguintes unidades de assessoramento: Gabinete da Presidência, Auditoria Interna, Consultoria Jurídica, Assessoria de Mobilização de Recursos Financeiros e Assessoria de Organização e Gerência.

Pessoal

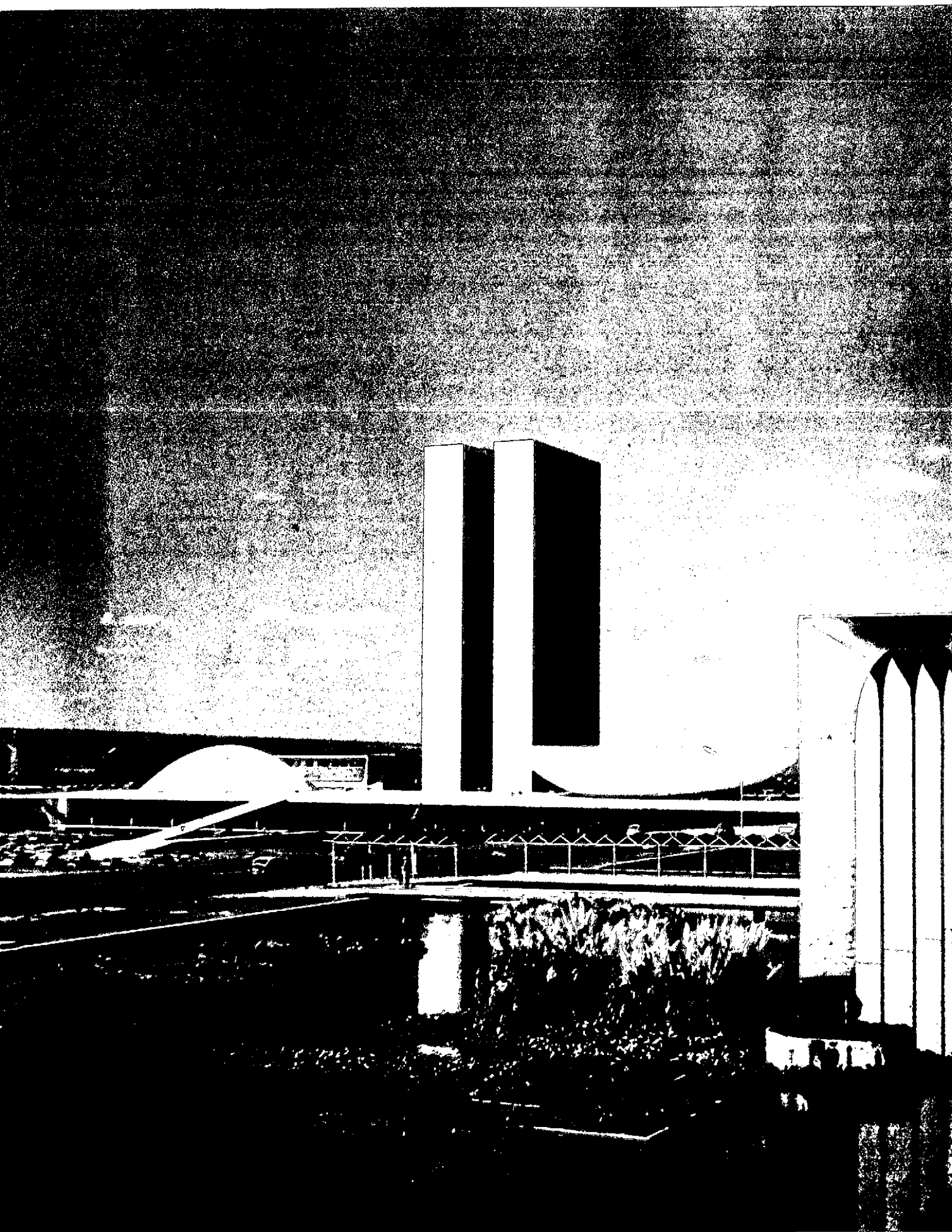
Os resultados da política de pessoal consagrada na Empresa Pública refletem-se, dentre outros indicadores favoráveis, no baixo nível de absenteísmo consignado no exercício — 0,6 em média.

A Administração busca elevar os índices de eficácia, através de sistemáticas e procedimentos que a conduzam à melhor aplicação de seu contingente funcional, razão pela qual foi preparado, como empreendimento conjunto do BNDE e de conceituada empresa de consultoria, um projeto de melhoria organizacional e administrativa. Entre os pontos mais relevantes, incluídos no trabalho, estão os seguintes:

- reformulação do processo de decisão;
- nova sistemática de planejamento;
- utilização de novas forças motivacionais;
- ênfase especial à melhoria de comunicações;
- novas práticas de seleção e aperfeiçoamento da equipe profissional.

A composição do quadro de pessoal, ao término do exercício em relato e ao do imediatamente anterior, expressava-se nos seguintes números:

LOCALIZAÇÃO	1971			1972		
	Em Exercício	Afastados	Total	Em Exercício	Afastados	Total
<i>Distrito Federal</i>						
Pessoal permanente	10	—	10	10	—	10
<i>Guanabara</i>						
Pessoal permanente	519	44	563	523	53	576
Pessoal temporário	3	2	5	31	1	32
<i>São Paulo</i>						
Pessoal permanente	6	1	7	7	—	7
Pessoal temporário	—	—	—	2	—	2
TOTAL	538	47	585	573	54	627



Brasília terá garantido o fornecimento de energia elétrica, com a colaboração do BNDE dada à CELG, para implantar a sua 3.^a etapa da Usina de Cachoeira Dourada (GO).

A Lei n.º 5.662/71 concedeu aos servidores da autarquia extinta o direito de optar entre a condição de servidor com vínculo estatutário e a de empregado sujeito à legislação vigente para as relações de emprego privado. Com a edição do Regulamento Geral do Pessoal proporcionou-se aos então funcionários elementos informativos que lhes permitissem exercer, conscientemente, no decorrer de 1972, a opção que a Lei lhes facultava. Apenas cinco servidores desejaram permanecer sob o vínculo estatutário.

Unidades em Brasília e São Paulo

Representação em Brasília — não sofreu solução de continuidade na execução das atividades que lhe são próprias: trabalho de assessoramento parlamentar do BNDE, no acompanhamento das proposições de interesse deste, perfeitamente integrado com outras assessorias parlamentares, principalmente a do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e com a Subchefia para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil da Presidência da República; acompanhamento dos distintos feitos relacionados com o BNDE, distribuídos pelos Tribunais de diversas alçadas; participação ativa no esquema de fornecimento de subsídios ao Tribunal de Contas da União para o exame das Prestações de Contas do BNDE, de forma que a Entidade mantenha a tradição de ver aprovadas em tempo hábil todas as contas, desde a sua fundação.

Escritório em São Paulo — prosseguiu fornecendo orientação a postulantes de apoio financeiro e prestando assessoramento às diversas unidades do Banco sobre a situação em que se encontram os projetos financiados na área de São Paulo. Brevemente será implantada mais uma unidade semelhante a essas duas: o Escritório do BNDE no Nordeste, como forma de suporte à atuação intensa que o Banco vem adotando na Região.

Desenvolvimento do Mercado de Capitais — FUMCAP, em que o BNDE participa na qualidade de um dos Agentes Principais.

Decreto-Lei n.º 1.207 de 7.02.72 — cria Programa Especial para o Vale do São Francisco — PROVALE — dispondo que a parcela para aplicação na construção do sistema de estradas vicinais se destinará a financiamento aos órgãos rodoviários estaduais, através do BNDE.

Decreto n.º 70.502 de 11.05.72 — regulamenta o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento — SINAC — do qual o BNDE participa como principal órgão financeiro.

Decreto n.º 70.677 de 6.06.72 — dispõe sobre a execução do Decreto-Lei n.º 1.179, de 6.07.71, que instituiu o PROTERRA, que tem no BNDE um de seus agentes financeiros.

Lei n.º 5.792 de 11.07.72 — institui política de exploração das telecomunicações e autoriza a constituição da TELEBRÁS, de cujo capital participa o BNDE.

Decreto n.º 70.852 de 20.07.72 — dispõe sobre a aplicação do Programa de Acompanhamento fixado pelo Decreto n.º 68.993 de 28.07.71 aos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

Decreto n.º 71.248 de 13.10.72 — institui incentivos à indústria de mineração e à transformação primária de minerais carentes, com o Banco na qualidade de agente financeiro para os financiamentos especiais previstos nesse Decreto.

Exposição de Motivos n.º 91 de 29.11.72 — submetida pelos Ministérios da Fazenda e do Interior ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que houve por bem aprovar em 6.12.72 as bases do "Programa Especial de Apoio Financeiro às Indústrias Básicas do Nordeste", a ser executado pelo BNDE.

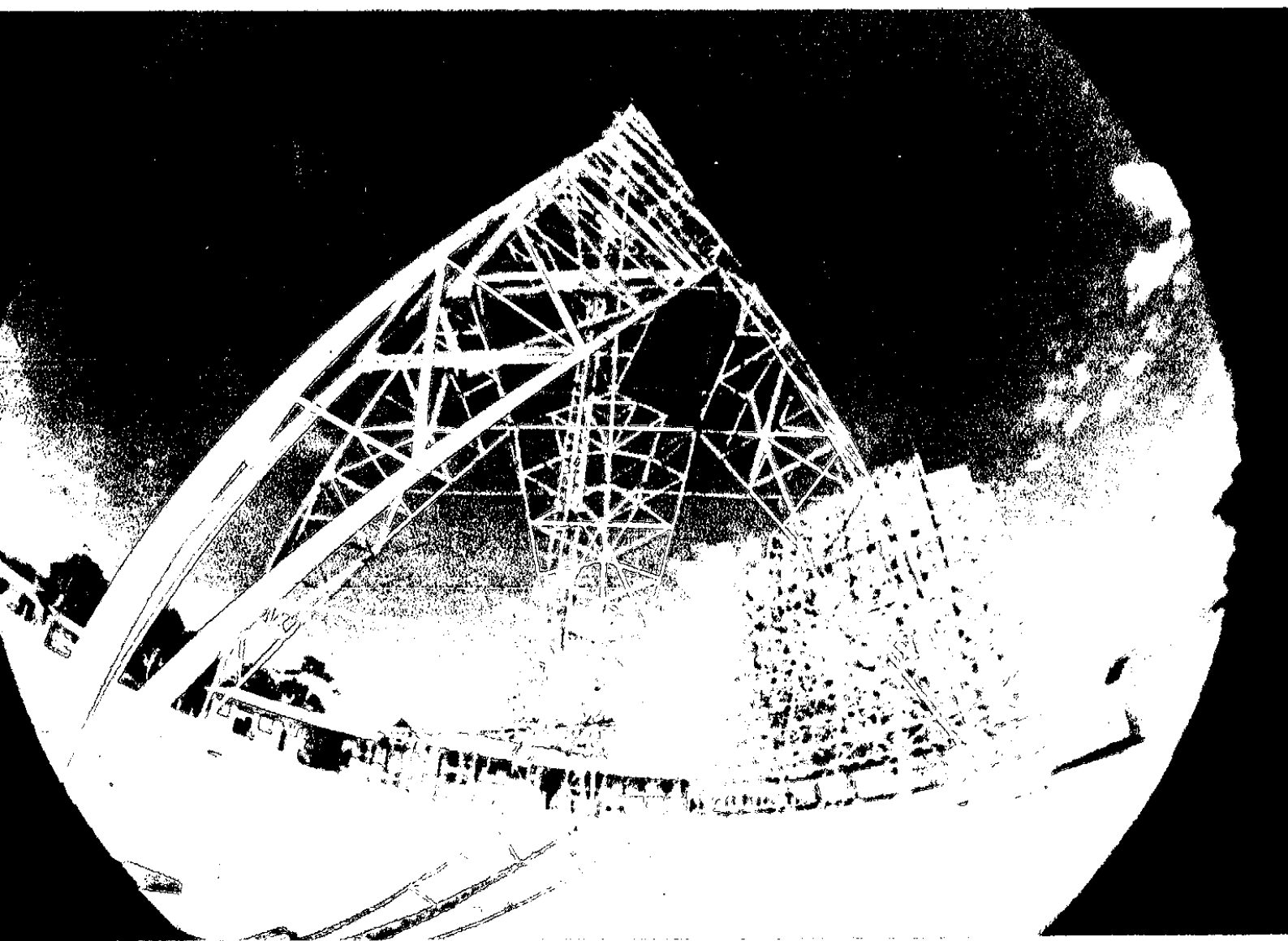
Legislação

Além do Decreto n.º 71.158 de 26.09.1972, foram baixados outros atos legais de interesse específico para o BNDE, ora citados em ordem cronológica:

Resolução n.º 213 de 2.02.72 do Banco Central do Brasil — aprova o Regulamento que regerá as atividades do Fundo de

4

PROGRAMA DE AÇÃO PARA 1973

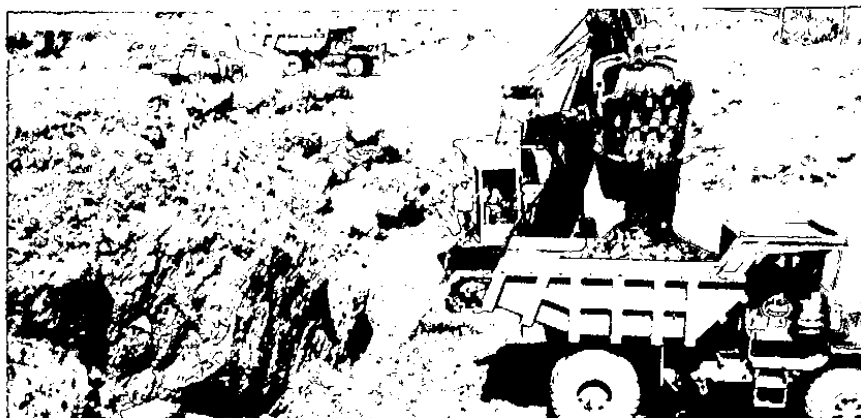


As telecomunicações constituirão, em 1973, setor prioritário para o BNDE segundo for estabelecido pela programação do Governo Federal. Na foto, antena BILLBOARD, instalada pela EMBRATEL na Amazônia.

A manutenção do ritmo do desenvolvimento brasileiro exigirá intenso e constante esforço por parte daquelas entidades que participam do sistema financeiro do País. O BNDE, cuja ação financiadora vem sendo, através dos tempos, dimensionada segundo os reclamos do processo de evolução da economia brasileira, deverá — em 1973 — consolidar a posição alcançada com sua atuação, seja mediante o exercício de seus atuais instrumentos, seja utilizando novas modalidades operacionais, capazes de atingir os objetivos colimados.

Com efeito, embora os dados disponíveis ainda não permitam avaliar, com precisão, a Formação Bruta de Capital Fixo Nacional, é lícito prognosticar que os desembolsos do BNDE e FINAME, em conjunto, no triênio 1973/1975, deverão estar próximos de 8% da Formação de Capital, fato esse evidenciador de que assumiu o Banco uma posição significativa na orientação da poupança nacional. Para que essa orientação se faça em bases mais sólidas, pretende o BNDE aprimorar seus processos de pré-escolha dos setores e projetos merecedores de sua participação, mediante a formulação de Programas Setoriais e,

O Banco contemplará em 1973, principalmente o desenvolvimento dos setores da Química e Petroquímica; a produção de bens de capital; os sistemas de transportes e de infra-estrutura ligada à atividade agro-pecuária; a mineração e a metalurgia; a energia elétrica e telecomunicações



ainda, de Programas de Ação Regional. Presentemente, e em futuro próximo, os maiores esforços de investimentos nacionais deverão estar voltados para cinco áreas principais:

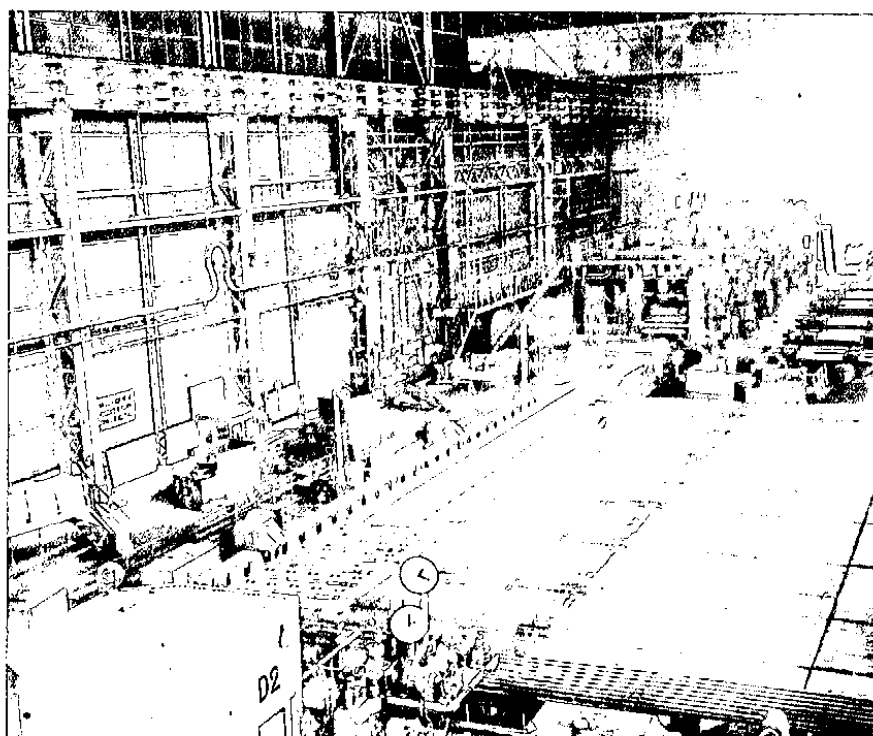
- a) química e petroquímica;
- b) produção de bens de capital;
- c) sistemas de transporte e infra-estrutura ligados à atividade agropecuária;
- d) mineração e metalurgia; e
- e) energia elétrica e telecomunicações.

Todavia, outras áreas não menos importantes — como a de abastecimento — continuarão a merecer especial atenção e se prosseguirá fortalecendo a pequena e média empresa.

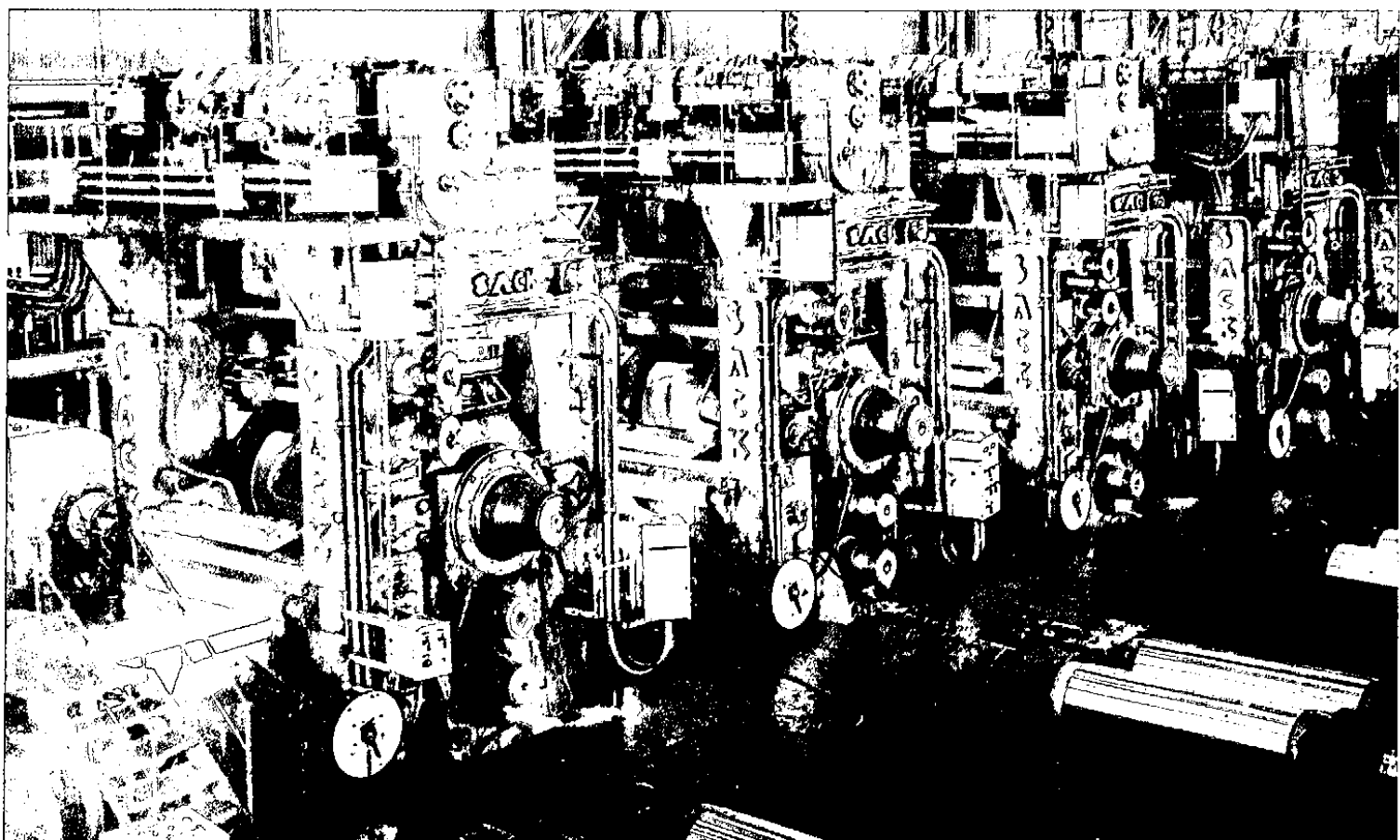
Estima-se que a Formação Bruta de Capital Fixo atinja, no triênio 1973/1975, a cifra de Cr\$ 230 bilhões, dos quais pelo menos 50% deverão corresponder a investimentos novos naquelas áreas.

Continuando o BNDE a desempenhar o mesmo papel na orientação das poupanças nacionais, atingirão os seus desembolsos, acrescidos aos de sua subsidiária FINAME, a cifra aproximada de Cr\$ 5.200 milhões em 1973, conforme se demonstra:

ESPECIFICAÇÃO	DESEMBOLSOS (Cr\$ milhões)	
Fundo do Reaparelhamento Econômico — FRE		
Expansão do setor siderúrgico		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	400	
Decorrentes de novos comprometimentos	200	
Corredores de Exportação		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	50	
Decorrentes de novos comprometimentos	50	
Demais setores de atividade econômica		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	1.230	
Decorrentes de novos comprometimentos	300	2.230
Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	190	
Decorrentes de novos comprometimentos	250	440
Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa — FIPEME		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	490	
Decorrentes de novos comprometimentos	240	730
Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico — FUNTEC		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	90	
Decorrentes de novos comprometimentos	25	115
Outros (inclusive FUNGIRO E FUMCAP)		
Decorrentes de comprometimentos anteriores	90	
Decorrentes de novos comprometimentos	195	285
Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME		
Aplicações a médio prazo	1.060	
Aplicações a longo prazo	350	1.410
TOTAL		5.210



A USIMINAS constitui uma importante unidade do plano de expansão siderúrgica do País. As fotos, pela ordem, mostram o laminador de placas, a laminação de tiras a quente e o laminador, em detalhe. A USIMINAS iniciou o seu programa de ampliação visando a atingir 2,4 milhões de t/ano, com apoio do BNDE, seu maior acionista.



Esse comportamento dos desembolsos vincula-se a quadro perspectivo de deferimentos, montado para o ano de 1973, abaixo resumido:

P R O G R A M A S	Cr\$ milhões
FRE	2.140
Indústria de Transformação (inclusive PIB-NE)	1.255
Mineração e Pesquisa Mineral (inclusive PIB-NE)	150
Agropecuária, Abastecimento e Alimentação	100
Serviço de Utilidade Pública	500
PMRC	130
Outros	5
FMRI	400
FIPEME	800
FUNTEC	70
Outros (Inclusive FUNGIRO E FUMCAP)	290
SUBTOTAL	3.700
FINAME	1.700
Longo Prazo	500
Médio Prazo	1.200
SOMA	5.400

A montagem desses números decorreu da fixação de diretrizes que deverão prevalecer nas diferentes linhas de atuação da Entidade, a saber:

Fundo do Reaparelhamento Econômico — parte substancial dos recursos do Banco deverão ser concentrados no setor de produção de bens de capital, básicos ou intermediários, pela aceleração do andamento de projetos de grande porte, tais os do Plano Siderúrgico Nacional e os do Polo Petroquímico da Bahia. Deverá crescer a modalidade operacional consubstanciada no Programa Especial de Apoio Financeiro à Indústria do Nordeste, destinado a atender eventual e transitória insuficiência dos fundos previstos no mecanismo dos artigos 34/18 e 14 da Legislação da SUDENE, de empreendimentos que demonstrem viabilidade em termos técnicos, econômicos, financeiros e jurídicos. Visa-se com esse novo instrumento garantir a execução de projetos prioritários que concretizem na Região Nordeste — na qual já se identificaram recursos naturais e outros fatores característicos de concretas oportunidades de investimento — importante pólo industrial.

Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa — FIPEME — a política de

repassa de recursos do BNDE a bancos de desenvolvimento e de investimento contemplará medidas destinadas a atenuar os desequilíbrios regionais em busca de maior rentabilidade social. As postulações que se enquadrem PROTERRA poderão ser inseridas no Programa FIPEME. As preocupações do BNDE com a pequena e média empresa não se restringem à implantação de programas de ajuda financeira, consciente de que esta será insuficiente se não for complementada com medidas que melhorem a capacitação do empresário. Portanto, o BNDE constituiu, juntamente com a Financiadora de Estudos e Projetos S.A. — FINEP e a Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento — ABDE, a sociedade civil CEBRAE, Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, que tem como principal objetivo fornecer ao pequeno e médio empresário, seja ele industrial, comerciante ou prestador de serviço, todas as formas de assistência técnico-administrativa de que necessite.

Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI — a previsão de deferimentos para o exercício de 1973 é superior à do ano de 1972. A visível melhoria do setor têxtil, a partir do segundo semestre de 1972, tornou viável

a recuperação de alguns importantes empreendimentos, fato que leva a crer venha a pressão de financiamentos por parte do setor em questão a acentuar-se. Dentro do objetivo geral de propiciar maior poder de competição à indústria nacional, especialmente de ramos tradicionais, as operações visarão principalmente:

- a) saneamento financeiro e reforço de capital de giro;
- b) investimentos complementares em ativo fixo; e
- c) reorganização interna e formação de aglomerados com maior densidade econômica.

Agência Especial de Financiamento

Industrial — FINAME — seu programa especial assegurará aos produtores nacionais de máquinas e equipamentos por encomenda condições de igualdade com a oferta de fabricantes estrangeiros, em termos de financiamento ao comprador. A importação não será menos onerosa do que a colocação de pedidos junto aos produtores nacionais e não se concederá proteção a esses produtores com elevação de custos, pois os créditos brasileiros passaram a ser acessíveis e competitivos, em termos de prazo e de condições de pagamento. As medidas de incentivo ao setor

que, inicialmente, buscaram elevar o índice de nacionalização, são agora ampliadas, de forma a incentivar a substituição de importações e estimular a melhoria da tecnologia incorporada.

Fundo de Desenvolvimento

Técnico-Científico — FUNTEC —

prosseguirá o Banco envidando esforços no sentido de desenvolver programas e pesquisas tecnológicas que tenham por objeto projetos integrados de criação e/ou absorção de transferência de tecnologia. A natural pressão financeira exercida por diferentes setores econômicos exige do BNDE cuidados especiais na programação de seus recursos, de forma a evitar que limitações em sua capacidade financeira venham a comprometer o apoio a setores de alta prioridade.

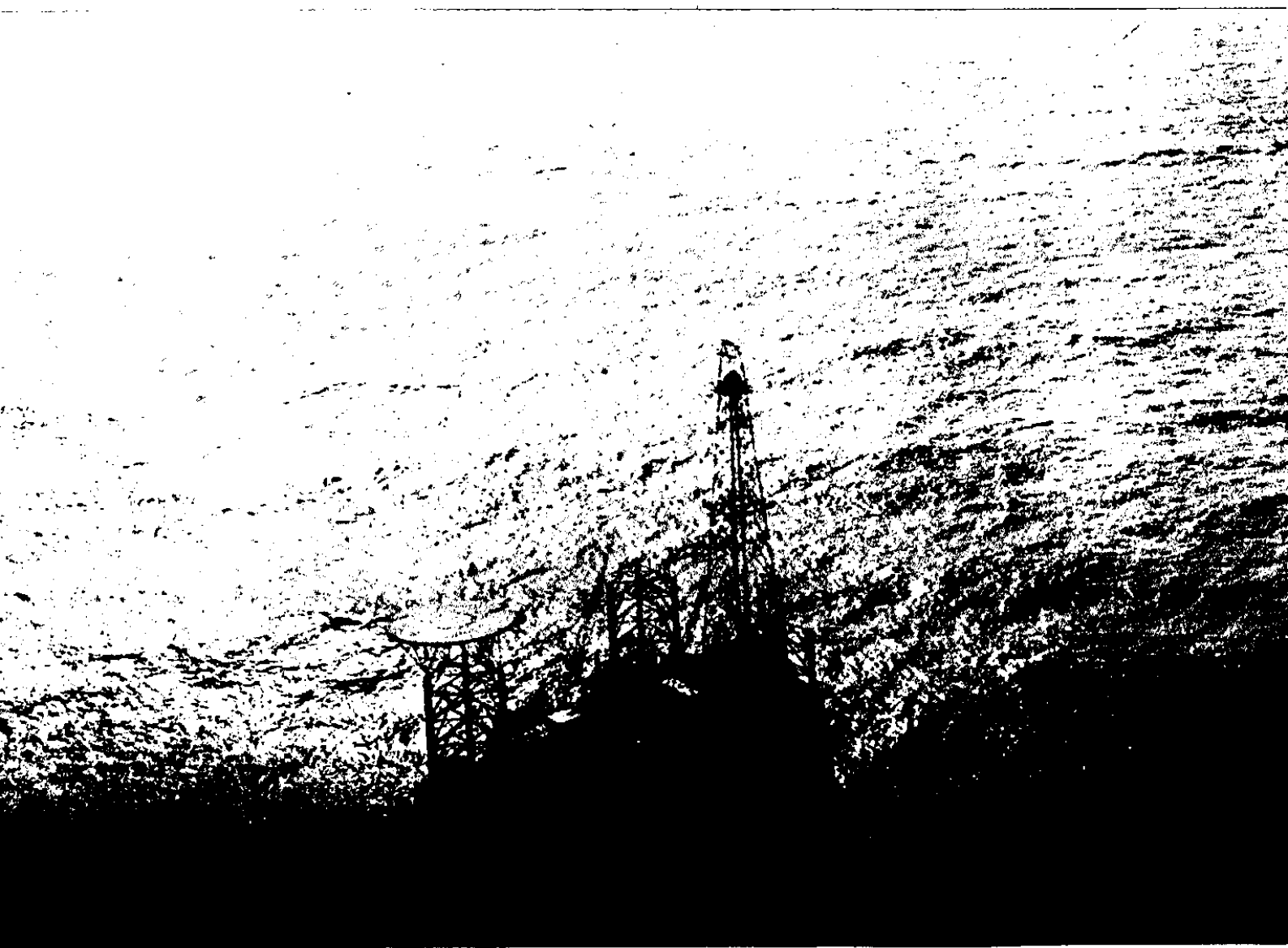
Dentro dessa ordem de idéias, excluídos os recursos integrantes do orçamento da FINAME, chegou-se ao esquema geral apresentado a seguir, em que os recursos se distribuem em dois grupos básicos: — já assegurados e cuja disponibilidade é de caráter imediato (Cr\$ 2.745 milhões); e — dependentes de negociações ou de definições de origem ou, ainda, cuja disponibilidade somente se verificará a partir da metade do ano (Cr\$ 1.460 milhões).

RECURSOS	Cr\$ milhões
Orçamento da União	
Dotação Específica	650
FNDCT (Repasse)	115
Saldo do Exercício anterior	40
Saldo Operacional	220
Retorno de Financiamentos	850
Reservas Técnicas de Seguradoras	80
Créditos Internos	
PIS e PASEP	300
BACEN	790
Créditos Externos a serem autorizados	610
Monetização de ações, debêntures e créditos hipotecários (ou utilização de outros mecanismos a definir)	200
Eventual reforço de crédito orçamentário	200
Eventual reforço da Reserva Monetária ou de outra origem	150
TOTAL, exceto FINAME*	4.205

* Não estão incluídos no quadro acima os recursos que comporão o Orçamento da FINAME. Os recursos estimados para a FINAME são da ordem de Cr\$ 1.500 milhões.

5

BALANÇO



A PETROBRÁS tem intensificado o seu programa de pesquisa, incluindo a plataforma continental. Justamente na região nordestina, onde aquela empresa iniciou trabalhos de prospecção de petróleo no mar, o BNDE intensificou o seu apoio financeiro a projetos de indústria básica, entre os quais se destaca o da SALGEMA S/A (AL) que visa tornar o Brasil independente da importação de soda cáustica.


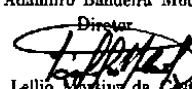
A T I V O

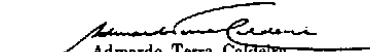

DISPONÍVEL	Cr\$	Cr\$
DISPONIBILIDADES NO PAÍS	215.206.397,19	
DISPONIBILIDADES NO EXTERIOR	27.308.625,23	
FUNDOS EM TRANSITO	15.213.577,45	
FUNDOS EM SUSPENSO	10.912,56	260.742.412,43
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A PRAZO	22.360.256,13	
CORRESPONDENTES NO PAÍS	472.078.631,49	
ENCARGOS DE FINANCIADOS E AVALIZADOS — FIPME	21.741.479,64	
ENCARGOS DE FINANCIADOS E AVALIZADOS	141.081.421,88	
AVALS HONRADOS	122.134.955,64	
TÍTULOS DE RENDA	23.790,00	
RESPONSABILIDADES DO TESOIRO NACIONAL	232.047.499,82	
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS	88.731.219,01	
ENCARGOS DE FINANCIADOS E AVALIZADOS — FUNAI	2.977.320,40	
OUTROS VALORES A REALIZAR A CURTO PRAZO	21.263.193,78	1.122.441.787,99
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
FINANCIAMENTOS	4.922.607.649,85	
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.800.011.246,06	
APLICAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS	71.867.082,00	
FINANCIAMENTOS À PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS	721.513.317,72	
FINANCIAMENTOS À PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS (REAPLICAÇÃO)	68.267.181,89	
OUTROS VALORES A REALIZAR A LONGO PRAZO	19.656.631,33	8.604.213.127,85
IMOBILIZADO		
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS	21.071.444,80	
Menos Depreciações Acumuladas	(2.277.771,09)	18.793.673,81
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS		177.000.200,00
IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNTEC	30.736.237,14	
Menos Depreciações Acumuladas	(9.873.770,58)	20.862.466,56
IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNDEPRO	1.010.559,72	
Menos Depreciações Acumuladas	(232.470,94)	787.088,78
IMOBILIZAÇÕES VINC. AO FUNDO NACIONAL DE DESENV. CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	190.407,78	
Menos Depreciações Acumuladas	(10.040,78)	171.367,00
217.614.785,85		
PENDENTE		
VALORES EM LIQUIDAÇÃO	4.990,86	
DESPESAS DE FINANCIAMENTO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS — FIPME	166.327.323,00	
DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	890.339,26	
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA	114.044,89	
OUTROS VALORES PENDENTES	154.394,35	167.490.081,06
TOTAL		10.372.502.186,08

CONTAS

RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS		
GARANTIAS OFERECIDAS POR FINANCIADOS E AVALIZADOS	4.238.681.241,31	
COMPROMISSOS DE FINANCIADORES ESTRANGEIROS	87.234.928,62	
RESPONSABILIDADES DE COMODATÁRIOS	31.681.808,80	
RESPONSABILIDADES DE EMPRESAS DE ECONOMIA MISTA	3.737,43	
GARANTIAS OFERECIDAS POR FINANCIADOS E AVALIZADOS — FIPME	415.019.027,88	
ANTECIPAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES	3.981.642,72	
DEPÓSITOS VINCULADOS — PASEP	3.214.631,00	
DEPÓSITOS VINCULADOS — FGTS — OPTANTES	58.947,67	4.780.776.456,43
OBJETO DAS RESPONSABILIDADES PRÓPRIAS		
DESEMBOLSOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS	1.508.178.574,48	
AVALS E FIANÇAS CONCEDIDOS EM NOME PRÓPRIO	1.199.112.602,60	
AVALS E FIANÇAS CONCEDIDOS EM NOME DO TESOIRO NACIONAL	1.328.986.422,48	
VALORES RECEBIDOS EM CUSTÓDIA	61.444.093,61	
AVALS E FIANÇAS CONCEDIDOS PELO TESOIRO NACIONAL SOB A FISCALIZAÇÃO DO BNDE	467.304.836,11	
AVAL E FIANÇA PROMETIDA	677.258.850,41	
GARANTIA SOBRE RESGATE DE DEBÊNTURES	12.673.000,00	
ACÓRDIOS DE EMPRESAS DESAPROPRIADAS	19.760.000,00	
DESEMBOLSOS FUTUROS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.117.926,55	5.170.836.936,17
TOTAL		9.951.612.401,60


Marcos Pereira Vianna
Presidente


Adalmiro Bandeira Moura
Diretor

Lellio Martins da Costa
Chefe do Departamento Financeiro


Admarco Terra Caldeira
Diretor

Djarde Villaga
Chefe do Núcleo de Contabilidade e Controle
Contador CRC-GB-9037

MOVIMENTO ECONÔMICO
GERAL
1972

PASSIVO			
NÃO EXIGÍVEL		Cr\$	Cr\$
CAPITAL		5.068.390.000,00	
FUNDO DE RESERVA		24.891.025,29	
FUNDO DE PREVISÃO		170.408.700,64	
FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL		30.785.457,25	
FUNDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA		118,32	
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		449.800.000,00	
RESERVA ESPECIAL		1.420.000.000,00	
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		40.000.000,00	7.205.075.301,50
PROVISÕES			
FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL		349.027,33	
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES		27.311.966,12	
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO		889.339,26	28.551.232,71
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
DEPÓSITOS DE MOVIMENTO		75.152.562,85	
DEPÓSITOS VINCULADOS		30.142.853,41	
DEPÓSITOS DOS FUNDOS ESPECIAIS		342.456.359,07	
DÉBITOS DE FORNECEDORES		24.970,42	
CUSTOS A PAGAR		84.545,84	
ADICIONAIS DO IMPOSTO DE RENDA — Decreto-Lei 02/66		118.022.958,92	
OPERAÇÕES DE REPASSE POR CONTA DE TERCEIROS		1.129.037,06	
OUTROS VALORES EXIGÍVEIS		87.952.727,76	652.983.026,32
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
FINANCIAMENTOS POR ENTIDADES NACIONAIS		1.288.185.912,41	
FINANCIAMENTOS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS		334.122.324,49	
FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS		207.542.080,16	
ADICIONAIS DO IMPOSTO DE RENDA — Lei 1474/51		234.094.253,05	
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS DE CIAS. DE SEGURO E CAPITALIZAÇÃO		6.921.041,90	2.271.465.612,01
PENDENTE			
TRAS RECEITAS PENDENTES			214.447.013,54
TOTAL			10.372.602.186,05

SAÇÃO

OBJETO DAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS			
LORES EM GARANTIA		4.238.091.241,31	
CURSOS A UTILIZAR EM MOEDA ESTRANGEIRA		87.234.928,02	
CONTRATOS DE COMODATO		31.691.606,80	
ARTES BENEFICIÁRIAS		8.737,43	
LORES EM GARANTIA — PIPEME		415.919.927,88	
CONTRIBUIÇÕES ANTECIPADAS AO FAP		3.981.542,72	
SEP — PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		3.214.531,00	
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO — FGTS — OPTANTES		58.947,87	4.780.776.455,43
RESPONSABILIDADES PRÓPRIAS			
FINANCIAMENTOS A INTEGRALIZAR		1.508.178.674,46	
RESPONSABILIDADES P/AVAIS E FIANÇAS CONCEDIDAS EM NOME PRÓPRIO		1.199.112.602,60	
RESPONSABILIDADES P/AVAIS E FIANÇAS CONCEDIDOS EM NOME DO TESOURO NACIONAL		1.323.936.422,43	
POSITANTES DE VALORES EM CUSTÓDIA		51.444.593,01	
RESPONSABILIDADES P/AVAIS E FIANÇAS CONCEDIDOS P/ TESOURO NACIONAL SOB A FISCALIZAÇÃO DO BNDE		467.304.830,11	
FIANÇASSA DE AVAL E FIANÇA		577.258.980,41	
RESPONSABILIDADES P/GARANTIAS S/ RESGATE DE DEBÊNTURES		12.673.400,00	
RESPONSABILIDADES POR DESAPROPRIAÇÃO DE EMPRESAS		19.760.000,00	
CONTRIBUIÇÕES SOCIETÁRIAS A INTEGRALIZAR		11.117.926,55	5.170.838.936,17
TOTAL			9.951.513.491,60

2

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues
Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues

Diretor

Alberto dos Santos Abade
Alberto dos Santos Abade

Diretor

Jose Alexandre Tostes
Jose Alexandre Tostes

Chefe da Divisão de Contabilidade
Contador CRC-GB-16896
CPF 001541217

BANCO NACIONAL DO
DEMONSTRATIVO
Em 30

RECEITA

RECEITAS DE OPERAÇÕES

RECEITAS DE FINANCIAMENTOS	199.521.388,01	
RECEITAS DE AVAIS E FIANÇAS	14.573.325,22	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DIVERSAS	368.258,51	214.462.951,74

RECEITAS PATRIMONIAIS

RECEITAS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	55.073,41	
RECEITAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	161.803.970,53	
RECEITAS DE IMOBILIZAÇÕES	746.055,62	162.605.099,56

RECEITAS DE ADMINISTRAÇÃO

REEMBOLSO DE DESPESAS C/IMÓVEIS CEDIDOS A TERCEIROS	368.984,91	
REEMBOLSO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	49.925,00	
REEMBOLSO DE DESPESAS COM SERVIÇOS TÉCNICOS	495,90	419.405,81

RECEITAS DIVERSAS

RECEITAS EVENTUAIS	2.390,93	
TAXA DE CUSTÓDIA DE TÍTULOS	239.489,35	
JUROS S/ADIANTAMENTOS AO FAP	168.559,10	
ANULAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.861.255,66	
RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.548.810,65	16.820.505,89

TOTAL		<u>394.307.962,80</u>
-------------	--	-----------------------


Marcos Pereira Vianna
Presidente


Adalmino Bandeira Moura
Diretor


Admarco Terra Caldeira
Diretor


Lellio Martins de Costa
Chefe do Departamento Financeiro


Djarde Villaga
Chefe do Núcleo de Contabilidade e Controle
Contador CRC-GB-9037

IMENTO ECONÔMICO
RESULTADO
1972

DESPESA

DESPESAS DE OPERAÇÕES		
DESPESAS DE OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO.....	158.950,77	
DESPESAS DE FINANCIAMENTOS P. ENTIDADES ESTRANGEIRAS.....	10.169.555,41	
DESPESAS DE DEPÓSITOS A PRAZO.....	502.453,00	
DESPESAS DE FINANCIAMENTOS P. ENTIDADES NACIONAIS.....	6.421.233,96	17.252.193,14
DESPESAS PATRIMONIAIS		
DESPESAS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE MOVIMENTO.....	374,01	
DESPESAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	1.580.458,50	1.580.832,51
DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO		
PESSOAL.....	24.250.086,20	
MATERIAL DE CONSUMO.....	264.501,17	
SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	2.882.038,15	
ENCARGOS DIVERSOS.....	11.284.917,91	38.687.543,43
DEPRECIAÇÕES		
DEPRECIAÇÕES DE INSTALAÇÕES.....	66.313,64	
DEPRECIAÇÕES DE BENS MÓVEIS.....	177.962,32	
DEPRECIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNDEPRO.....	87.454,31	
DEPRECIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNTEC.....	2.318.051,84	
DEPRECIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FNDCT.....	19.040,78	2.668.822,89
DESPESAS DIVERSAS		
ANULAÇÃO DE RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	3.440.576,06	
INSUBSISTÊNCIA DO ATIVO.....	109,75	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	6.708.945,73	
DESPESAS DO FUNDO DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO — FUNTEC.....	15.958.094,62	
DESPESAS DO FUNDO DESENVOLVIMENTO DA PRODUTIVIDADE — FUNDEPRO.....	662.612,95	
DESPESAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO FNDCT.....	4.014.386,37	30.784.725,48
TOTAL DAS DESPESAS.....		90.974.117,45
SALDO TRANSFERIDO PARA:		
FUNDO DE RESERVA.....	15.166.692,27	
FUNDO DE PREVISÃO.....	98.567.757,44	
FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL.....	189.609.395,64	303.333.845,35
TOTAL.....		394.307.962,80

Luiz Carlos S. S. Rodrigues
Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues
Diretor

Alberto dos Santos Abade
Alberto dos Santos Abade
Diretor

José Alexandre Tostes
José Alexandre Tostes
Chefe da Divisão de Contabilidade
Contador CRC-GB-16896
CPF 001541217

ATIVO

DISPONÍVEL

DISPONIBILIDADES NO PAÍS.....	72.170.922,86	
DISPONIBILIDADES NO EXTERIOR.....	167.195.739,38	239.366.662,24

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

DEPÓSITOS BANCÁRIOS A PRAZO.....	42.392.187,30	
CORRESPONDENTES NO PAÍS.....	211.764.556,65	
ENCARGOS DE FINANCIADOS E AVALIZADOS.....	222.642.373,57	
AVALS HONRADOS.....	118.464.004,92	
TÍTULOS DE RENDA.....	25.790,00	
RESPONSABILIDADES DO TESOIRO NACIONAL.....	249.909.651,98	
RESPONSABILIDADES POR ADIANTAMENTOS.....	39.773.981,40	
OUTROS VALORES A REALIZAR A CURTO PRAZO.....	41.588.224,27	926.560.770,09

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

FINANCIAMENTOS.....	7.640.148.661,71	
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	2.820.170.480,77	
APLICAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS.....	71.867.082,00	
OUTROS VALORES A REALIZAR A LONGO PRAZO.....	20.277.010,00	10.552.463.234,51

IMOBILIZADO

IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS.....	23.405.773,55	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS.....	204.025.219,14	
IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS.....	39.293.379,77	266.724.372,46

PENDENTE

VALORES EM LIQUIDAÇÃO.....	4.893,95	
DEPÓSITOS DO FGTS.....	2.093.965,07	
RESPONSABILIDADES DO TESOIRO NACIONAL A EFETIVAR.....	28.731.055,88	
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA.....	1.470.707,23	
OUTROS VALORES PENDENTES.....	167.401,95	30.468.024,08


TOTAL.....		12.015.583.063,38
------------	--	-------------------

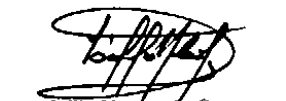
CONTAS DE COMPENSAÇÃO

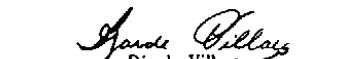
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS.....	5.633.213.550,94
OBJETO DAS RESPONSABILIDADES PRÓPRIAS.....	6.481.094.416,75
TOTAL.....	12.114.307.967,69


Marcos Pereira Vianna
Presidente


Adalmoir Bandeira Moura
Diretor


Admarco Terra Caldeira
Diretor


Lellio Martins da Costa
Chefe do Departamento Financeiro


Djarde Villaga
Chefe do Núcleo de Contabilidade e Controle
Contador CRC-GB-9037

ENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 NÇO GERAL
 zembro de 1972

PASSIVO

NÃO EXIGÍVEL

CAPITAL.....	5.069.390.000,00	
FUNDO DE RESERVA.....	35.405.266,02	
FUNDO DE PREVISÃO.....	340.134.022,75	
FUNDO PAUMENTO DE CAPITAL.....	87.855.846,40	
FUNDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA.....	292.101.884,55	
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	709.600.000,00	
RESERVA ESPECIAL.....	1.420.000.000,00	7.954.487.019,72

DEPRECIACÕES E PROVISÕES

DEPRECIACÕES ACUMULADAS.....	15.533.518,07	
FUNDO DE ASSISTENCIA MÉDICO-SOCIAL.....	624.229,77	
FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES.....	27.444.655,23	
FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO.....	2.093.985,07	45.696.368,14

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

DEPÓSITOS DE MOVIMENTO.....	151.622.540,18	
DEPÓSITOS VINCULADOS.....	15.991.888,40	
DEPÓSITOS DOS FUNDOS ESPECIAIS.....	384.021.688,20	
CRÉDITOS DE FORNECEDORES.....	85.301,17	
RESTOS A PAGAR.....	15.665.394,29	
IMPOSTO S/OPERAÇÕES FINANCEIRAS.....	3.266.869,88	
ADICIONAIS DO IMPOSTO DE RENDA — Dec. Lei n.º 62/66.....	116.022.958,92	
OPERAÇÕES DE REPASSE P/CONTA DE TERCEIROS.....	25.979.610,45	
OUTROS VALORES EXIGÍVEIS.....	61.408.354,46	774.064.605,95

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

FINANCIAMENTOS POR ENTIDADES NACIONAIS.....	1.841.518.724,06	
FINANCIAMENTOS POR ENTIDADES ESTRANGEIRAS.....	884.382.380,54	
FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTOS.....	205.099.638,26	
ADICIONAIS I. RENDA — Lei 1474/51.....	234.694.299,46	
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS DE COMPANHIAS SEGURADORAS E DE CAPITALIZAÇÃO.....	6.718.070,93	3.172.411.113,25

PENDENTE

OUTRAS RECEITAS PENDENTES.....		68.923.896,32
--------------------------------	--	---------------

TOTAL.....		12.015.583.063,38
------------	--	-------------------

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

OBJETO DAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS.....	5.633.213.550,94	
RESPONSABILIDADES PRÓPRIAS.....	6.481.004.416,75	
TOTAL.....		12.114.307.967,69

1972

Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues
 Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues
 Diretor

Alberto dos Santos Abade
 Alberto dos Santos Abade
 Diretor

Afonso José Guerreiro de Oliveira
 Afonso José Guerreiro de Oliveira
 Diretor

José Alexandre Torres
 José Alexandre Torres
 Chefe da Divisão de Contabilidade
 Contador CRC-GB-16896
 CPF 001541217

BANCO NACIONAL
DEMONSTR
Em

RECEITA

RECEITAS DE OPERAÇÕES

RECEITAS DE FINANCIAMENTOS.....	255.073.682,52	
RECEITAS DE AVAIS E FIANÇAS.....	19.609.668,60	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DIVERSAS.....	719.649,85	275.402.999,06

RECEITAS PATRIMONIAIS

RECEITAS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	2.344.212,21	
RECEITAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	21.530.452,09	
RECEITAS DE IMOBILIZAÇÕES.....	892.909,53	24.767.573,83

RECEITAS ADMINISTRATIVAS

REEMBOLSO DE DESPESAS C/IMÓVEIS CEDIDOS A TERCEIROS.....	511.927,28	
REEMBOLSO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS.....	30.059,10	
REEMBOLSO DE DESPESAS C/SERVIÇOS TÉCNICOS.....	2.251,22	544.237,60

RECEITAS DIVERSAS

RECEITAS EVENTUAIS.....	34.970,09	
TAXA DE CUSTÓDIA DE TÍTULOS.....	290.786,94	
JUROS DE ADIANTAMENTO AO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES.....	99.224,79	
ANULAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	5.112.464,10	
SUPERVENIÊNCIAS DO ATIVO.....	68,00	
RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	47.074,40	5.584.568,32

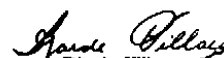
TOTAL DA RECEITA.....		306.299.378,81
------------------------------	--	-----------------------


Marcos Pereira Vianna
Presidente


Adalmoir Bandeira Moura
Diretor


Admarco Terra Caldeira
Diretor


Lellio Martins da Costa
Chefe do Departamento Financeiro


Djarde Villaga
Chefe do Núcleo de Contabilidade e Controle
Contador CRC-GB-9037

ENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RESULTADO
ano de 1972

DESPESA

DESPESAS DE OPERAÇÕES

DESPESAS DE OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO.....	168.815,58	
DESPESAS DE FINANCIAMENTOS P/ENTIDADES ESTRANGEIRAS.....	23.607.369,70	
DESPESAS DE DEPÓSITOS VINCULADOS.....	166.720,23	
DESPESAS DE FINANCIAMENTOS P/ENTIDADES NACIONAIS.....	15.779.439,46	
DESPESAS DE DEPÓSITO A PRAZO.....	912.237,00	40.624.581,97

DESPESAS PATRIMONIAIS

DESPESAS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE MOVIMENTO.....	2.860,25	
DESPESAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	12,00	2.872,25

DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO

PESSOAL.....	22.113.459,24	
MATERIAL DE CONSUMO.....	137.900,46	
SERVIÇOS DE TERCEIROS.....	4.398.402,09	
ENCARGOS DIVERSOS.....	8.190.707,49	34.838.469,28

DEPRECIações

DEPRECIações DE INSTALAÇÕES.....	61.187,08	
DEPRECIações DE BENS MÓVEIS.....	180.889,73	
DEPRECIações DE IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNDEPRO.....	106.389,74	
DEPRECIações DE IMOBILIZAÇÕES VINCULADAS AO FUNTEC.....	2.812.324,09	3.160.790,64

DESPESAS DIVERSAS

ANULAÇÃO DE RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	8.304.734,75	
INSUBSISTÊNCIA DO ATIVO.....	231.165,30	
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	3.604.236,72	
DESPESAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO — FUNTEC.....	4.746.713,97	
DESPESAS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA PRODUTIVIDADE — FUNDEPRO.....	500.999,40	17.387.850,14

TOTAL DA DESPESA.....		98.014.564,28
-----------------------	--	---------------

SALDO TRANSFERIDO PARA:

FUNDO DE RESERVA.....	10.514.240,73	
FUNDO DE PREVISÃO.....	169.725.322,11	
FUNDO PARA AUMENTO DE CAPITAL.....	30.045.251,69	210.284.814,53

TOTAL.....		306.299.378,81
------------	--	----------------

1972

Luis Carlos Soares de Souza Rodrigues
Luis Carlos Soares de Souza Rodrigues
Diretor

Alberto dos Santos Abade
Alberto dos Santos Abade
Diretor

Afonso José Guerreiro de Oliveira
Afonso José Guerreiro de Oliveira
Diretor

José Alexandre Tostes
José Alexandre Tostes
Chefe da Divisão de Contabilidade
Contador CRC-GB-16896
CPF 001541217

Estatística da Ação Financiadora

1.1 COMPOSIÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM MOEDA NACIONAL, POR PROGRAMAS E ATIVIDADES BENEFICIADAS — 1972

ATIVIDADES BENEFICIADAS	VALOR DAS OPERAÇÕES (Cr\$ mil)									
	FRE	FUNTEC	FIPEME	FUNGIRO	FMRI	PRODOESTE E PROTERRA	SUBTOTAL	FINAME	TOTAL	%
TOTAIS.....	2.529.587	48.001	623.131	150.000	304.260	58.000	3.710.479	1.159.471	4.869.950	100,00
Serviços de Utilidade Pública.....	810.560	—	—	—	—	50.000	860.560	253.055	1.113.615	22,87
Energia elétrica.....	169.600	—	—	—	—	—	169.600	—	169.600	3,48
Transportes:										
Portos e navegação.....	82.000	—	—	—	—	—	82.000	—	82.000	1,68
Ferroviário.....	336.700	—	—	—	—	—	336.700	828	337.528	6,93
Rodoviário.....	208.460	—	—	—	—	50.000	258.460	252.229	510.689	10,50
Telecomunicações.....	13.800	—	—	—	—	—	13.800	—	13.800	0,28
Mineração e Pesquisas Mineralógicas.....	81.147	—	—	—	—	—	81.147	—	81.147	1,67
Indústrias de Transformação.....	1.453.258	—	623.131	150.000	280.020	8.000	2.524.409	627.600	3.152.009	64,72
Celulose e Papel.....	—	—	—	30.000	17.890	—	47.890	35.878	83.768	1,72
Produtos químicos e afins.....	337.765	—	—	—	35.050	8.000	380.815	36.619	417.434	8,57
Produtos de pedra, argila e vidro.....	167.183	—	—	12.000	—	—	179.183	9.887	189.070	3,88
Produtos metálicos.....	357.800	—	531	25.000	66.200	—	449.531	54.292	503.823	10,35
Maquinaria, exceto elétrica.....	30.050	—	—	27.000	—	—	57.050	21.319	78.369	1,61
Material elétrico e de comunicações.....	60	—	—	10.000	4.000	—	14.060	8.557	22.617	0,46
Material de transportes.....	—	—	—	30.000	15.000	—	45.000	297.115	342.115	7,03
Produtos têxteis.....	40.400	—	—	16.000	148.180	—	204.580	80.148	284.728	5,85
Madeira e mobiliário.....	—	—	—	—	2.500	—	2.500	13.744	16.244	0,33
Artefatos de borracha e plásticos.....	—	—	—	—	1.200	—	1.200	29.801	31.001	0,64
Indústrias diversas.....	520.000	—	622.600	—	—	—	1.142.600	40.240	1.182.840	24,28
Ensino e Pesquisas Técnico-Científicas.....	—	48.001	—	—	—	—	48.001	—	48.001	0,94
Ensino superior de pós-graduação.....	—	23.673	—	—	—	—	23.673	—	23.673	0,48
Ensino técnico de nível-médio.....	—	9.203	—	—	—	—	9.203	—	9.203	0,19
Pesquisas.....	—	6.333	—	—	—	—	6.333	—	6.333	0,13
Ensino e Pesquisas.....	—	4.389	—	—	—	—	4.389	—	4.389	0,09
Outras finalidades.....	—	2.403	—	—	—	—	2.403	—	2.403	0,05
Agropecuária, Alimentação e Abasteci- mento.....	179.322	—	—	—	14.240	—	193.562	152.574	346.136	7,11
Agropecuária.....	—	—	—	—	—	—	—	13.421	13.421	0,28
Indústria de alimentação.....	15.400	—	—	—	14.240	—	29.640	139.153	168.793	3,47
Abastecimento.....	163.922	—	—	—	—	—	163.922	—	163.922	3,36
Outras Atividades.....	4.800	—	—	—	—	—	4.800	126.242	131.042	2,69

1.1 COMPOSIÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM MOEDA NACIONAL, POR ATIVIDADES BENEFICIADAS — 1972

1.1.1 FUNDO DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO (FRE)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	VALOR DAS OPERAÇÕES (Cr\$ mil)									
	Financia- mentos conven- cionais	Parti- cipação societária	Repasses específicos	PMRC	CONVÊNIOS				PEB	TOTAL
					BNDE/ CPRM	BNDE/BNH (FIMACO)	BNDE/ FINAME	BNDE/ USAID		
TOTAIS.....	1.378.302	153.875	39.600	108.320	6.847	167.183	14.500	144.460	520.000	2.529.087
Serviços de Utilidade Pública.....	645.600	10.000	—	—	—	—	10.500	144.480	—	810.560
Energia elétrica.....	169.600	—	—	—	—	—	—	—	—	169.600
Transportes:										
Portos e navegação.....	82.000	—	—	—	—	—	—	—	—	82.000
Ferroviário.....	326.200	—	—	—	—	—	10.500	—	—	336.700
Rodoviário.....	64.000	—	—	—	—	—	—	144.460	—	208.460
Telecomunicações.....	3.800	10.000	—	—	—	—	—	—	—	13.800
Mineração e Pesquisas Mineralógicas.....	74.300	—	—	—	6.847	—	—	—	—	81.147
Indústrias de Transformação.....	588.200	139.875	34.000	—	—	167.183	4.000	—	520.000	1.453.258
Produtos químicos e afins.....	322.000	15.765	—	—	—	—	—	—	—	337.765
Produtos de pedra, argila e vidro.....	—	—	—	—	—	167.183	—	—	—	167.183
Produtos metalúrgicos.....	235.200	114.000	4.600	—	—	—	4.000	—	—	357.800
Maquinaria, exceto elétrica.....	20.000	10.050	—	—	—	—	—	—	—	30.050
Material elétrico e de comunicações.....	—	60	—	—	—	—	—	—	—	60
Produtos têxteis.....	11.000	—	29.400	—	—	—	—	—	—	40.400
Indústrias diversas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	(2) 520.000	520.000
Agropecuária, Alimentação e Abas- tecimento.....	65.402	4.000	5.600	104.320	—	—	—	—	—	179.322
Indústria de alimentação.....	4.800	4.000	5.600	1.000	—	—	—	—	—	15.400
Abastecimento.....	60.602	—	—	(1) 103.320	—	—	—	—	—	163.922
Outras Atividades.....	2.800	—	—	2.000	—	—	—	—	—	4.800

(1) Inclui uma operação de repasse específico de Cr\$ 8.000 mil.

(2) Compreende repasses do PEB cuja aplicação final, por atividade industrial, é atribuída aos respectivos Agentes, observados os critérios fixados pelo BNDE.

1.2 COMPOSIÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM MOEDA NACIONAL, POR PROGRAMAS E SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES (Cr\$ mil)									%
	FRE	FUNTEC	FIPEME	FUNGIRC	FMRI	PRODOESTE E PROTERRA	TOTAL	FINAME	TOTAL GERAL	
BRASIL	2.529,087	46.001	623,131	150.000	304.260	58.000	3.710,479	1.159,471	4.869.950	100,00
Norte	8.618	1.016	10.000	—	—	—	19.634	16.225	35.859	0,74
Rondônia	3.618	—	—	—	—	—	3.618	4.041	7.659	0,16
Acre	—	—	—	—	—	—	—	521	521	0,01
Amazonas	5.000	1.016	10.000	—	—	—	16.016	4.322	20.338	0,42
Pará	—	—	—	—	—	—	—	7.341	7.341	0,15
Nordeste	421.709	3.763	72.600	—	13.000	8.000	519,072	102.924	621.996	12,77
Maranhão	31.060	—	7.600	—	—	—	33.660	1.135	39.795	0,82
Piauí	5.000	1.015	5.000	—	—	—	11.015	418	11.433	0,23
Ceará	40.000	—	15.000	—	—	8.000	63.000	20.245	83.245	1,71
Rio Grande do Norte	—	—	5.000	—	—	—	5.000	1.666	6.666	0,14
Paraíba	10.000	839	15.000	—	—	—	25.839	5.779	31.618	0,65
Pernambuco	37.581	—	—	—	—	—	37.581	13.719	51.300	1,05
Alagoas	166.000	1.015	10.000	—	—	—	177.015	13.166	190.181	3,91
Sergipe	—	894	5.000	—	—	—	5.894	1.110	7.004	0,14
Bahia	132.068	—	10.000	—	13.000	—	155.068	45.686	200.754	4,12
Sudeste	1.135.668	31.147	295.531	125.000	264.060	—	1.851.406	787.470	2.638.876	54,19
Espírito Santo	20.000	959	20.000	—	—	—	40.959	17.101	58.060	1,19
Minas Gerais	216.363	4.943	45.000	—	17.240	—	283.546	164.424	447.970	9,20
Rio de Janeiro	126.995	—	15.000	—	4.000	—	145.995	27.712	173.707	3,57
Guanabara	98.390	9.853	15.531	12.000	26.440	—	162.214	174.288	336.502	6,91
São Paulo	549.720	15.392	200.000	113.000	216.380	—	1.094.492	403.945	1.498.437	30,77
Interestadual	124.200	—	—	—	—	—	124.200	—	124.200	2,55
Sul	491.642	9.165	200.000	25.000	27.200	—	753.007	242.154	995.161	20,43
Paraná	126.442	—	25.000	—	—	—	151.442	84.074	235.516	4,94
Santa Catarina	59.400	4.531	—	25.000	21.000	—	109.931	46.178	156.109	3,19
Rio Grande do Sul	105.800	4.634	5.000	—	6.200	—	121.634	111.902	233.536	4,80
Interestadual	200.000	—	170.000	—	—	—	370.000	—	370.000	7,60
Centro-Oeste	246.134	910	5.000	—	—	50.000	302.044	10.698	312.742	6,42
Mato Grosso	80.000	—	—	—	—	27.000	107.000	2.484	109.484	2,25
Goiás	45.200	910	5.000	—	—	23.000	74.110	2.988	77.098	1,58
Distrito Federal	20.934	—	—	—	—	—	20.934	5.226	26.160	0,54
Interestadual	100.000	—	—	—	—	—	100.000	—	100.000	2,05
Inter-regional	225.316	—	40.000	—	—	—	265.316	—	265.316	5,45

1.2 COMPOSIÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM MOEDA NACIONAL, POR REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

1.2.1 FUNDO DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO (FRE)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES (Cr\$ mil)									
	Financia- mentos conven- cionais	Participa- ção socie- tária	Repasses específicos	PMRC	CONVÊNIOS				PEB	TOTAL
					BNDE/ CPRM	BNDE/BNH (FIMACO)	BNDE/ FINAME	BNDE/ USAID		
BRASIL	1.376.302	153.875	39.600	106.320	6.847	167.183	14.500	144.460	520.000	2.529.087
Norte	—	—	—	—	3.618	—	—	—	5.000	8.618
Rondônia	—	—	—	—	3.618	—	—	—	—	3.618
Amazonas	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	5.000
Nordeste	220.800	4.000	—	—	1.068	7.581	4.000	19.260	165.000	421.709
Maranhão	11.800	—	—	—	—	—	—	19.260	—	31.060
Piauí	—	—	—	—	—	—	—	—	5.000	5.000
Ceará	—	—	—	—	—	—	—	—	40.000	40.000
Paraíba	—	—	—	—	—	—	—	—	10.000	10.000
Pernambuco	—	—	—	—	—	7.581	—	—	30.000	37.581
Alagoas	146.000	—	—	—	—	—	—	—	20.000	166.000
Bahia	63.000	4.000	—	—	1.068	—	4.000	—	60.000	132.068
Sudeste	641.076	134.359	5.600	104.320	2.161	123.152	—	—	125.000	1.135.668
Espírito Santo	—	—	—	—	—	—	—	—	20.000	20.000
Minas Gerais	15.000	10.050	—	—	2.161	89.152	—	—	100.000	216.363
Rio de Janeiro	111.746	10.249	—	—	—	—	—	—	5.000	126.995
Guanabara	85.330	12.060	—	1.000	—	—	—	—	—	98.390
São Paulo	312.800	102.000	5.600	(1) 95.320	—	34.000	—	—	—	549.720
Interestadual (2)	116.200	—	—	8.000	—	—	—	—	—	124.200
Sul	204.200	5.000	34.000	2.000	—	21.442	—	—	225.000	491.642
Paraná	80.000	—	—	—	—	21.442	—	—	25.000	126.442
Santa Catarina	30.000	—	29.400	—	—	—	—	—	—	59.400
Rio Grande do Sul	94.200	5.000	4.600	2.000	—	—	—	—	—	105.800
Interestadual (2)	—	—	—	—	—	—	—	—	200.000	200.000
Centro-Oeste	105.926	—	—	—	—	15.008	—	125.200	—	246.134
Mato Grosso	—	—	—	—	—	—	—	80.000	—	80.000
Goiás	—	—	—	—	—	—	—	45.200	—	45.200
Distrito Federal	5.926	—	—	—	—	15.008	—	—	—	20.934
Interestadual (2)	100.000	—	—	—	—	—	—	—	—	100.000
Inter-Regional (3)	204.300	10.516	—	—	—	—	10.500	—	—	225.316

(1) Inclusive uma operação de repasse específico no valor de Cr\$ 8 000 mil.

(2) Operações de interesse de mais de um Estado dentro da própria Região.

(3) Operações beneficiando empreendimentos situados em mais de uma Região.

1.3 COMPOSIÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM MOEDA NACIONAL, POR ATIVIDADES BENEFICIADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES (Cr\$ mil)								%	
	DIRETAMENTE PELO BNDE							PELA FINAME		TOTAL GERAL
	Serviços de Utili- dade Pública	Minera- ção e Pesquisas Minera- lógicas	Indústrias de Trans- formação	Agrope- cuária, Alimen- tação e Abaste- cimento	Ensino e Pesquisas Técnico- Científicas	Outras Atividades	TOTAL			
BRASIL	860.560	81.147	2.524.409	193.562	46.001	4.800	3.710.479	1.159.471	4.869.950	100,00
Norte	—	3.618	15.000	—	1.016	—	19.634	16.225	35.859	0,74
Rondônia	—	3.618	—	—	—	—	3.618	4.041	7.659	0,16
Acre	—	—	—	—	—	—	—	521	521	0,01
Amazonas	—	—	15.000	—	1.016	—	16.016	4.322	20.338	0,42
Pará	—	—	—	—	—	—	—	7.341	7.341	0,15
Nordeste	31.060	1.068	483.181	—	3.763	—	519.072	102.924	621.996	12,77
Maranhão	31.060	—	7.600	—	—	—	38.660	1.135	39.795	0,82
Piauí	—	—	10.000	—	1.015	—	11.015	418	11.433	0,23
Ceará	—	—	63.000	—	—	—	63.000	20.245	83.245	1,71
Rio Grande do Norte	—	—	5.000	—	—	—	5.000	1.666	6.666	0,14
Paraíba	—	—	25.000	—	839	—	25.839	5.779	31.618	0,65
Pernambuco	—	—	37.581	—	—	—	37.581	13.719	51.300	1,05
Alagoas	—	—	176.000	—	1.015	—	177.015	13.166	190.181	3,91
Sergipe	—	—	5.000	—	894	—	5.894	1.110	7.004	0,14
Bahia	—	1.068	154.000	—	—	—	155.068	45.686	200.754	4,12
Sudeste	218.200	2.161	1.416.062	181.036	31.147	2.800	1.851.406	787.470	2.638.876	54,19
Espírito Santo	—	—	40.000	—	959	—	40.959	17.101	58.060	1,19
Minas Gerais	15.000	2.161	250.202	11.240	4.943	—	283.546	164.424	447.970	9,20
Rio de Janeiro	5.000	—	138.249	2.746	—	—	145.995	27.712	173.707	3,57
Guanabara	—	—	106.031	46.330	9.853	—	162.214	174.288	336.502	6,91
São Paulo	82.000	—	881.580	112.720	15.392	2.800	1.094.492	403.945	1.498.437	30,77
Interestadual	116.200	—	—	8.000	—	—	124.200	—	124.200	2,55
Sul	185.600	—	549.642	6.600	9.165	2.000	753.007	242.154	995.161	20,43
Paraná	80.000	—	71.442	—	—	—	151.442	84.074	235.516	4,84
Santa Catarina	30.000	—	75.400	—	4.531	—	109.931	46.178	156.109	3,19
Rio Grande do Sul	75.600	—	32.800	6.600	4.634	2.000	121.634	111.902	233.536	4,80
Interestadual	—	—	370.000	—	—	—	370.000	—	370.000	7,60
Centro-Oeste	275.200	—	20.008	5.926	910	—	302.044	10.698	312.742	6,42
Mato Grosso	107.000	—	—	—	—	—	107.000	2.484	109.484	2,25
Goiás	68.200	—	5.000	—	910	—	74.110	2.988	77.098	1,58
Distrito Federal	—	—	15.008	5.926	—	—	20.934	5.226	26.160	0,54
Interestadual	100.000	—	—	—	—	—	100.000	—	100.000	2,05
Inter-Regional	150.500	74.300	40.516	—	—	—	265.316	—	265.316	5,45

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES BENEFICIADAS — 1968/1972

1.4.1 Total Geral

(Cr\$ mil, correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970	1971	1972
Serviços de Utilidade Pública	409.854	429.650	501.333	505.408	1.113.615
Energia elétrica	88.563	40.848	24.943	94.048	169.600
Transportes { Portos e navegação	51.318	36.500	71.265	89.430	82.000
{ Ferroviário	89.567	110.320	171.439	79.963	337.526
{ Rodoviário	124.406	116.482	147.446	139.667	510.689
Telecomunicações	56.000	99.500	71.240	94.300	13.800
Infra-estrutura de parques industriais	—	26.000	15.000	8.000	—
Mineração e Pesquisas mineralógicas	18.624	4.000	3.200	3.451	81.147
Indústrias de Transformação	462.912	781.225	1.114.175	2.119.383	3.162.009
Celulose e papel	99.514	117.511	55.706	272.369	83.768
Produtos químicos e afins	10.639	52.617	297.025	321.159	417.434
Produtos de pedra, argila e vidro	23.374	98.637	51.951	28.592	189.070
Produtos metalúrgicos	129.816	198.014	178.241	512.762	503.823
Maquinaria exceto elétrica	29.878	34.368	44.893	52.521	78.369
Material elétrico e de comunicações	19.399	24.757	42.723	17.687	22.617
Material de transporte	46.557	62.508	73.698	294.291	342.115
Produtos têxteis	37.775	41.180	91.717	154.114	284.728
Madeira e mobiliário	3.503	23.125	25.468	33.135	16.244
Artefatos de borracha e de plástico	16.340	18.264	19.673	39.735	31.001
Indústrias diversas(1)	46.217	110.244	233.080	393.018	1.182.840
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	45.122	82.500	147.556	400.516	346.138
Ensino e Pesquisas Técnico-científicas	31.416	47.637	51.836	106.494	46.001
Outras Atividades	22.461	3.783	46.480	82.338	131.042
TOTAL	890.389	1.348.795	1.864.560	3.217.590	4.869.950

(1) Inclusive os montantes relativos a repasses de recursos aos Agentes Financeiros do FIPEME, FUNDEPRO e PEB cujos valores não estão discriminados setorialmente.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1972

1.4.2 Fundo do Reaparelhamento Econômico — FRE

(Cr\$ mil, correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970	1971	1972
Serviços de Utilidade Pública	350.190	375.832	441.820	415.105	810.560
Energia elétrica	86.800	40.735	24.680	93.405	169.600
Transportes { Portos e navegação	50.400	36.500	71.200	89.300	82.000
{ Ferroviário	89.567	110.320	171.200	79.800	336.700
{ Rodoviário	67.423	62.777	88.500	50.300	208.460
Telecomunicações	56.000	99.500	71.240	94.300	13.800
Infra-estrutura de parques industriais	—	26.000	15.000	8.000	—
Mineração e Pesquisas Mineralógicas	17.956	4.000	3.200	3.451	81.147
Indústrias de Transformação	235.680	365.728	487.710	983.752	1.453.258
Celulose e papel	95.640	85.000	36.960	200.569	—
Produtos químicos e afins	4.800	25.000	255.001	288.100	337.765
Produtos de pedra, argila e vidro	18.900	75.500	33.250	18.800	167.183
Produtos metalúrgicos	104.740	163.000	113.900	440.233	357.800
Maquinaria, exceto elétrica	—	3.056	—	—	30.050
Material elétrico e de comunicações	11.150	—	15.750	—	60
Material de transporte	—	9.000	—	12.000	—
Produtos têxteis	—	—	15.850	19.050	40.400
Madeira e mobiliário	—	5.170	6.999	—	—
Indústrias diversas	450	—	10.000	5.000	520.000
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	3.230	33.300	72.000	218.034	179.322
Outras Atividades	—	—	—	2.000	4.800
TOTAL	607.056	778.858	1.004.730	1.622.342	2.529.087

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1972

1.4.3 Fundo do Desenvolvimento Técnico-Científico — FUNTEC (Cr\$ mil, correntes)

ANOS	ENSINO	PESQUISA	ENSINO E PESQUISA	OUTRAS ATIVIDADES	TOTAL
1968.....	9.708	6.625	13.829	—	30.162
1969.....	22.456	15.667	2.071	—	40.194
1970.....	25.840	17.783	5.600	532	49.755
1971.....	43.973	30.492	31.659	370	106.494
1972.....	32.876	6.333	4.389	2.403	46.001

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1972

1.4.4 Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa — FIPEME (Cr\$ mil correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970	1971	1972
Indústria de Transformação	108.748	189.657	230.430	398.508	623.131
Celulose e papel.....	1.873	27.979	3.150	2.310	—
Produtos químicos e afins.....	2.500	9.300	—	3.350	—
Produtos de pedra, argila e vidro.....	2.220	18.399	8.980	4.132	—
Produtos metalúrgicos.....	11.403	7.706	1.203	13.359	531
Maquinaria, exceto elétrica.....	13.951	8.755	9.210	—	—
Material elétrico e de comunicações.....	2.042	10.565	4.500	—	—
Material de transporte.....	5.545	2.362	—	22.581	—
Produtos têxteis.....	15.244	7.245	6.272	—	—
Madeira e mobiliário.....	1.250	14.680	3.698	9.672	—
Artefatos de borracha e de plástico.....	9.134	9.311	—	2.700	—
Indústrias diversas(1).....	41.586	75.355	193.420	338.404	622.600
Alimentação (2).....	5.690	13.882	15.680	4.513	—
TOTAL.....	112.438	203.539	246.110	401.021	623.131

(1) Inclui os repasses de recursos cuja aplicação final, por atividade industrial, é atribuída aos respectivos Agentes Financeiros, observados os critérios fixados pelo BNDE.

(2) Indústrias de produtos alimentares, pesca, etc.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1969/1972

1.4.5 Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro-FUNGIRO (1) (Cr\$ mil correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1969	1970	1971	1972
Indústrias de Transformação	45.295	119.455	105.720	150.000
Celulose e papel.....	—	6.370	8.500	30.000
Produtos químicos e afins.....	9.170	23.370	11.710	—
Produtos de pedra, argila e vidro.....	1.150	2.350	460	12.000
Produtos metalúrgicos.....	11.085	12.250	12.400	25.000
Maquinaria, exceto elétrica.....	14.10	21.890	24.810	27.000
Material elétrico e de comunicações.....	5.900	11.400	3.950	10.000
Material de transporte.....	2.380	3.075	5.200	30.000
Produtos têxteis.....	400	13.700	23.400	18.000
Madeira e mobiliário.....	—	5.950	6.000	—
Artefatos de borracha e plástico.....	300	4.450	2.500	—
Outras.....	—	14.650	6.800	—
Alimentação.....	4.000	1.120	13.550	—
Indústrias de produtos alimentares.....	4.000	1.120	13.550	—
TOTAL.....	49.295	120.575	119.270	150.000

(1) O FUNGIRO começou a operar em 1969.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1971/1972

1.4.6 Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI ⁽¹⁾

ATIVIDADES BENEFICIADAS	OPERAÇÕES DIRETAS		REPASSES ESPECÍFICOS		TOTAL	
	1971	1972	1971	1972	1971	1972
Indústrias de Transformação.....	146.380	258.270	—	31.750	146.380	290.020
Celulose e papel.....	—	17.890	—	—	—	17.890
Produtos químicos e afins.....	6.000	22.000	—	13.050	6.000	35.050
Produtos de pedra, argila e vidro.....	—	—	—	—	—	—
Produtos metalúrgicos.....	18.095	51.200	—	15.000	18.095	66.200
Maquinaria, exceto elétrica.....	3.835	—	—	—	3.835	—
Material elétrico e de comunicações.....	1.800	4.000	—	—	1.800	4.000
Material de transporte.....	500	15.000	—	—	500	15.000
Produtos têxteis.....	71.000	148.180	—	—	71.000	148.180
Madeira e mobiliário.....	9.000	—	—	2.500	9.000	2.500
Artefatos de borracha e plásticos.....	16.000	—	—	1.200	16.000	1.200
Outras indústrias.....	20.150	—	—	—	20.150	—
Alimentação.....	41.900	3.000	18.600	11.240	60.500	14.240
Indústrias de produtos alimentares.....	41.900	3.000	18.600	11.240	60.500	14.240
TOTAL.....	188.280	261.270	18.600	42.990	206.880	304.260

(1) O FMRI começou a operar em 1971, tendo englobado, inclusive, a ação financiadora antes exercida pelos FUNDEPRO e FUNESPE.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES BENEFICIADAS — 1972

1.4.7 Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE

ATIVIDADES BENEFICIADAS	Valor (Cr\$ mil)
Serviços de Utilidade Pública	50.000
Transporte rodoviário.....	50.000
TOTAL.....	50.000

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1972

1.4.8 Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA

ATIVIDADES BENEFICIADAS	Valor (Cr\$ mil)
Indústrias de Transformação	8.000
Produtos químicos e afins.....	8.000
TOTAL.....	8.000

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1972

1.4.9 Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME

(Cr\$ mil, correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970	1971	1972
Serviços de Utilidade Pública	57.182	43.930	55.063	90.303	253.055
Energia elétrica.....	179	113	263	643	—
(Portos e navegação.....	20	—	65	130	—
Transportes (Ferroviário.....	—	—	239	163	826
(Rodoviário.....	56.983	43.817	54.496	89.367	252.229
Indústrias de Transformação	119.793	171.393	208.787	487.023	627.600
Celulose e papel.....	2.001	4.532	9.226	60.990	35.878
Produtos químicos e afins.....	3.181	9.147	18.654	11.999	36.619
Produtos de pedra, argila e vidro.....	2.254	3.535	5.247	5.210	9.887
Produtos metalúrgicos.....	13.264	16.140	18.560	28.675	54.292
Maquinaria, exceto elétrica.....	15.927	9.179	13.335	23.876	21.319
Material elétrico e de comunicações.....	6.181	8.292	10.933	11.937	8.557
Material de transporte.....	41.012	48.766	70.623	254.010	297.115
Produtos têxteis.....	22.431	26.133	25.664	40.664	80.148
Madeira e mobiliário.....	2.253	3.275	8.821	8.463	13.744
Artefatos de borracha e plástico.....	7.206	8.653	15.223	18.535	29.801
Outras.....	4.083	33.741	12.501	22.664	40.240
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	26.250	28.633	54.668	103.919	152.574
Outras atividades	20.316	1.634	43.160	80.338	126.242
TOTAL	223.541	245.590	361.678	761.583	1.159.471

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1967/1970

1.4.10 Fundo de Desenvolvimento da Produtividade — FUNDEPRO (1)

(Cr\$ mil, correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1967	1968	1969	1970
Indústrias de Transformação	1.032	430	1.714	5.436
Produtos químicos e afins.....	—	58	—	—
Produtos de pedra, argila e vidro	—	—	53	2.124
Produtos metalúrgicos.....	322	148	83	205
Maquinaria, exceto elétrica.....	—	—	350	458
Material elétrico e de comunicações.....	—	26	—	140
Produtos têxteis.....	339	100	140	—
Madeira e mobiliário.....	6	—	—	—
Indústrias diversas (2).....	365	98	1.038	2.509
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	—	1.046	1.765	2.674
Ensino e Pesquisas Técnico-científicas	—	1.254	7.443	2.081
Outras Atividades	—	2.145	2.149	3.300
TOTAL	1.032	4.875	13.071	13.491

(1) A ação financiadora do FUNDEPRO cessou em 1970 e foi englobada, a partir de 1971, pelo FMRI.

(2) Inclusive os repasses de recursos Agentes Financeiros, cujos valores não estão discriminados setorialmente.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1967/1970

1.4.11 Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas-FUNESPE e Programa FINEP ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1967	1968	1969	1970
Serviços de Utilidade Pública	1.944	2.482	9.888	4.450
Energia elétrica	—	1.584	—	—
Transportes { Portos e navegação	—	898	—	—
{ Rodoviário	1.944	—	9.888	4.450
Mineração e Pesquisa Mineralógica	—	668	—	—
Indústrias de Transformação	36	261	60	—
Celulose papel	—	—	—	—
Produtos químicos e afins	—	—	—	—
Produtos metalúrgicos	22	261	—	—
Maquinaria, exceto elétrica	—	—	—	—
Material de transporte	—	—	—	—
Produtos têxteis	—	—	—	—
Madeira e mobiliário	—	—	—	—
Artefatos de borracha e de plástico	—	—	—	—
Outras	14	—	60	—
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	263	1.186	57	1.215
TOTAL	2.243	4.597	10.005	5.665

(1) Nos anos de 1969 e 1970 incluiu o FUNESPE, cuja ação financiadora foi englobada, a partir de 1971, na atuação do FMRI.

1.4 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1970

1.4.12 À Conta de Acordos Externos

(Cr\$ mil correntes)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970
Indústrias de Transformação	—	7.380	62.357
Produtos metalúrgicos	—	—	(3) 32.126
Maquinaria, exceto elétrica	—	(2) 118	—
Produtos têxteis ⁽¹⁾	—	7.262	30.231
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento	7.720	863	199
Alimentação ⁽²⁾	7.720	863	199
TOTAL	7.720	8.243	62.556

(1) Acordo DNER N.M. Rothschild & Sons BNDE (importação de máquinas têxteis).

(2) Acordo de Empréstimo Brasil Dinamarca BNDE.

(3) Convênio BNDE Credit National (repasse à COSIPA).

1.5 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1952/1972

1.5.1 A Preços Correntes

(Cr\$ mil)

ANOS	TOTAL	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO			OUTRAS ATIVIDADES (2)
		Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Subtotal	Siderurgia	Outras	Subtotal	
1952	1.181	1.181	—	1.181	—	—	—	—
1953	1.488	857	372	1.229	—	230	230	27
1954	2.998	2.310	408	2.718	25	208	233	47
1955	2.593	1.017	1.334	2.351	24	172	196	46
1956	6.723	4.883	661	5.544	44	846	890	289
1957	8.701	1.630	4.640	6.270	590	1.554	2.144	278
1958	12.323	—	5.549	5.549	4.030	2.385	6.424	350
1959	10.816	1.926	3.584	5.510	709	4.454	5.163	143
1960	14.913	646	1.367	2.013	11.040	1.805	12.845	55
1961	25.473	222	15.524	15.746	5.471	3.485	8.956	771
1962	26.196	—	6.097	6.097	16.077	2.916	18.993	1.106
1963	43.722	600	2.116	2.716	35.391	4.830	40.221	785
1964	103.641	—	21.109	21.109	74.240	7.564	81.804	728
1965	358.029	150	3.927	4.077	243.317	89.687	333.004	18.948
1966	531.254	—	64.297	64.297	242.180	208.350	450.500	16.457
1967	752.687	1.944	183.700	185.644	272.954	231.908	504.862	62.181
1968	990.389	321.291	88.563	409.854	57.038	405.874	462.912	117.623
1969	1.348.795	362.802	40.848	(1) 429.650	137.000	644.225	781.225	137.920
1970	1.864.560	461.390	24.943	(1) 501.333	146.026	968.149	1.114.175	249.052
1971	3.217.560	403.350	94.048	(1) 505.408	422.500	1.696.883	2.119.383	592.799
1972	4.869.950	944.015	169.600	1.113.615	373.200	2.778.809	3.152.009	604.326

(1) Em 1969/1971 inclui operações para empreendimentos de infra-estrutura de Parques Industriais (CIA e CINCO).

(2) Abrange mineração e pesquisa mineralógica, agropecuária, indústria de alimentação, abastecimento, ensino e pesquisas técnico-científicas e outras atividades.

1.5 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1952/1972

1.5.2 A Preços de 1972 (1)

(Cr\$ mil)

ANOS	TOTAL	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO			OUTRAS ATIVIDADES
		Transportes e Comunicações	Energia Elétrica	Subtotal	Siderurgia	Outras	Subtotal	
1952	273.487	273.487	—	273.487	—	—	—	—
1953	299.326	172.641	74.906	247.547	—	46.339	46.339	5.440
1954	475.575	366.450	64.676	431.126	3.965	33.044	37.009	7.440
1955	352.913	138.438	181.574	320.012	3.266	23.373	26.639	6.262
1956	771.459	555.766	75.214	630.980	5.009	96.316	101.325	39.154
1957	867.800	162.525	463.672	626.197	58.842	154.988	213.830	27.773
1958	1.084.146	—	488.155	488.155	355.330	209.793	565.123	30.868
1959	689.592	122.766	228.489	351.255	45.215	284.006	329.221	9.116
1960	738.200	32.012	67.647	99.659	546.482	89.362	635.844	2.697
1961	918.065	8.001	559.482	567.483	197.177	125.619	322.796	27.788
1962	622.359	—	144.853	144.853	381.951	69.278	451.229	26.277
1963	597.996	8.207	28.936	37.143	484.048	66.060	550.108	10.745
1964	742.793	—	151.290	151.290	532.080	54.207	586.287	5.216
1965	1.824.252	684	17.916	18.600	1.110.041	447.048	1.557.089	48.563
1966	1.750.281	—	211.833	211.833	797.784	716.861	1.514.645	23.983
1967	1.928.761	4.982	470.731	475.713	699.444	636.497	1.335.941	117.107
1968	2.046.229	663.814	182.979	846.793	117.844	908.989	1.026.833	172.603
1969	2.291.299	616.319	69.391	(2) 729.878	232.733	1.094.393	1.327.126	234.295
1970	2.654.600	656.837	35.511	(2) 713.755	207.889	1.478.285	1.686.184	254.661
1971	3.809.819	477.602	111.358	(2) 598.433	500.265	2.009.211	2.509.476	701.910
1972	4.869.950	944.015	169.600	1.113.615	373.200	2.778.809	3.152.009	604.326

(1) Inflator: — Índice Geral de Preços por Atacado (oferta global, col. 16, FGV)

(2) Inclui operações relacionadas a empreendimentos de infra-estrutura de parques industriais.

1.5 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1952/1972

1.5.3 Participação Percentual (%)

ANOS	TOTAL	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO			OUTRAS ATIVIDADES
			Siderúrgica	Outras	Subtotal	
1952.....	100,0	100,0	—	—	—	—
1953.....	100,0	82,7	—	15,5	15,5	1,8
1954.....	100,0	90,7	0,8	6,9	7,7	1,6
1955.....	100,0	90,7	0,9	6,6	7,5	1,8
1956.....	100,0	82,5	0,6	12,6	13,2	4,3
1957.....	100,0	72,1	6,8	17,9	24,7	3,2
1958.....	100,0	45,0	32,8	19,4	52,2	2,8
1959.....	100,0	50,9	6,6	41,2	47,8	1,3
1960.....	100,0	13,5	74,0	12,1	86,1	0,4
1961.....	100,0	61,8	21,5	13,7	35,2	3,0
1962.....	100,0	23,3	61,4	11,1	72,5	4,2
1963.....	100,0	6,2	80,9	11,1	92,0	1,8
1964.....	100,0	20,4	71,6	7,3	78,9	0,7
1965.....	100,0	1,2	68,3	27,5	95,8	3,0
1966.....	100,0	12,1	45,6	40,9	86,5	1,4
1967.....	100,0	24,6	36,3	33,0	69,3	6,1
1968.....	100,0	41,4	5,7	41,0	46,7	11,9
1969.....	100,0	31,9	10,2	47,7	57,9	10,2
1970.....	100,0	26,9	7,8	51,9	59,7	13,4
1971.....	100,0	15,7	13,1	52,8	65,9	18,4
1972.....	100,0	22,9	7,7	57,0	64,7	12,4

Obs. : Dados básicos do quadro 1.5.1

1.6 EVOLUÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA EM BENEFÍCIO DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO — 1952/1972

ANOS	VALOR DA COLABORAÇÃO APROVADA					
	Em Moeda Nacional (Cr\$ mil, correntes)			Prestação de Aval (equiv. em US\$ mil)		
	Setor Público (1)	Setor Privado (2)	Total	Setor Público (1)	Setor Privado (2)	Total
1952.....	1.181	—	1.181	—	—	—
1953.....	1.323	163	1.486	—	2.178	2.178
1954.....	2.709	289	2.998	6.566	567	7.133
1955.....	2.000	593	2.593	14.614	6.058	20.672
1956.....	6.410	313	6.723	46.220	2.734	48.954
1957.....	6.854	1.847	8.701	58.610	31.235	89.845
1958.....	10.676	1.647	12.323	187.862	22.121	209.983
1959.....	7.135	3.681	10.816	156.291	6.720	163.011
1960.....	13.683	1.230	14.913	5.629	44.540	50.169
1961.....	23.048	2.425	25.473	62.836	—	62.836
1962.....	25.042	1.154	26.196	25.100	42.373	67.533
1963.....	39.766	3.956	43.722	8.755	2.000	10.755
1964.....	97.600	6.041	103.641	2.481	—	2.481
1965.....	239.920	116.109	356.029	41.778	13.645	55.423
1966.....	308.819	222.435	531.254	4.641	39.627	44.268
1967.....	493.262	259.425	752.687	8.889	35.553	44.442
1968.....	453.970	536.419	990.389	58.457	31.209	89.666
1969.....	541.346	807.449	1.348.795	92.404	19.417	111.821
1970.....	645.752	1.218.808	1.864.560	12.986	80.214	93.200
1971.....	1.095.554	2.122.036	3.217.590	65.665	33.166	98.831
1972.....	1.062.625	3.807.325	4.869.950	72.166	19.877	92.043

(1) Inclui órgãos da administração pública direta e indireta, bem assim empresas com participação majoritária do Governo (indústria siderúrgica, de petróleo e outras, serviços de transportes, energia elétrica, armazenagem, etc.)

(2) Inclui os totais das operações de repasses a Agentes oficiais e privados dos diversos Programas do BNDE, bem como o valor global das operações da FINAME.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.1 Total Geral ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	7.180	34.166	20.698	24.444	35.859
Rondônia	—	4.000	225	1.011	7.659
Acre	1.586	767	224	158	521
Amazonas	273	1.095	5.666	5.546	20.338
Pará	5.321	28.304	3.073	17.081	7.341
Interestadual ⁽²⁾	—	—	11.510	648	—
Nordeste	68.843	223.271	231.755	306.011	621.996
Maranhão	8.135	1.287	6.290	45.080	39.795
Piauí	26	5.672	63	124	11.433
Ceará	1.638	6.267	3.400	20.416	83.245
Rio Grande do Norte	1.006	26.561	254	2.501	6.666
Paraíba	9.619	2.251	9.888	32.783	31.618
Pernambuco	6.213	4.792	51.037	16.841	51.300
Alagoas	3.396	5.360	104.959	5.896	190.181
Sergipe	8.163	1.216	1.160	2.929	7.004
Bahia	30.647	140.135	54.704	179.441	200.754
Interestadual ⁽²⁾	—	29.730	—	—	—
Sudeste	628.886	781.180	1.197.765	2.103.555	2.638.876
Espírito Santo	46.083	30.759	64.307	37.397	58.060
Minas Gerais	65.259	132.407	190.272	313.380	447.970
Rio de Janeiro	31.831	23.236	125.939	75.818	173.707
Guanabara	56.442	62.030	82.839	333.183	336.502
São Paulo	430.271	506.748	604.792	1.243.777	1.498.437
Interestadual ⁽²⁾	—	26.000	129.616	100.000	124.200
Sul	230.162	154.273	322.043	640.564	995.161
Paraná	17.368	25.152	32.035	89.141	235.516
Santa Catarina	31.757	62.420	38.472	80.266	156.109
Rio Grande do Sul	163.197	47.614	186.221	415.092	233.536
Interestadual ⁽²⁾	17.840	19.032	65.315	56.065	370.000
Centro-Oeste	10.644	62.032	26.649	38.716	312.742
Mato Grosso	1.071	14.314	20.119	12.539	109.484
Goiás	8.009	27.997	1.954	4.336	77.098
Distrito Federal	1.564	19.721	4.576	21.841	26.160
Interestadual ⁽²⁾	—	—	—	—	100.000
Inter-Regional ⁽³⁾	44.674	93.928	65.650	104.300	265.316
BRASIL	990.389	1.348.795	1.864.560	3.217.580	4.869.950

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.2 Fundo do Reparelhamento Econômico — FRE ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	5.000	31.000	3.000	18.571	8.618
Rondônia	—	4.000	—	1.011	3.618
Amazonas	—	—	3.000	1.990	5.000
Pará	5.000	27.000	—	15.570	—
Nordeste	44.250	182.347	191.240	214.973	421.709
Maranhão	8.000	1.200	6.240	36.000	31.060
Piauí	—	5.640	—	—	5.000
Ceará	—	—	—	9.307	40.000
Paraíba	6.000	26.000	7.000	32.000	10.000
Pernambuco	—	—	41.000	—	37.581
Alagoas	—	—	99.000	4.186	166.000
Sergipe	7.950	—	—	1.980	—
Bahia	22.300	120.507	38.000	131.500	132.068
Interestadual ⁽²⁾	—	29.000	—	—	—
Sudeste	329.980	363.991	608.760	1.007.056	1.135.668
Espírito Santo	44.400	26.800	57.900	10.000	20.000
Minas Gerais	45.923	82.700	106.400	198.033	216.363
Rio de Janeiro	19.000	9.435	112.750	—	126.995
Guanabara	—	5.000	12.500	94.130	98.390
São Paulo	220.657	214.056	204.010	604.893	549.720
Interestadual ⁽²⁾	—	26.000	113.200	100.000	124.200
Sul	178.140	53.550	126.000	253.489	491.642
Paraná	5.000	8.000	—	7.700	126.442
Santa Catarina	26.000	37.500	18.000	20.420	59.400
Rio Grande do Sul	147.140	8.050	92.000	225.369	105.800
Interestadual ⁽²⁾	—	—	16.000	—	200.000
Centro-Oeste	6.288	59.150	16.530	23.953	246.134
Mato Grosso	130	13.150	16.350	9.200	80.000
Goiás	6.156	26.500	180	—	45.200
Distrito Federal	—	19.500	—	14.753	20.934
Interestadual ⁽²⁾	—	—	—	—	100.000
Inter-Regional ⁽³⁾	43.400	88.820	61.200	104.300	225.318
BRASIL	607.056	778.858	1.004.730	1.622.342	2.529.087

(1) Inclui operações tradicionais, participação societária, "underwriting", PROCAP, PMRC, repasses específicos, PEB e Convênios BNDE/CPRM, BNDE/BNH(FIMACO), BNDE/FINAME e BNDE/USAID.

(2) Aplicações de interesse de mais de uma Unidade Federada, na Região.

(3) Para aplicação em mais de uma Região, principalmente no setor de transportes.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.3 Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico — FUNTEC

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	—	—	1.510	—	1.016
Amazonas.....	—	—	—	—	1.016
Interestadual(1).....	—	—	1.510	—	—
Nordeste	1.100	2.088	3.920	—	3.763
Piauí.....	—	—	—	—	1.015
Ceará.....	—	433	—	—	—
Rio Grande do Norte.....	—	192	—	—	—
Paraíba.....	—	—	2.359	—	839
Pernambuco.....	1.100	—	1.561	—	—
Alagoas.....	—	—	—	—	1.015
Sergipe.....	—	—	—	—	894
Bahia.....	—	1.463	—	—	—
Sudeste	26.824	33.742	35.124	64.980	31.147
Espírito Santo.....	—	—	—	—	959
Minas Gerais.....	822	5.896	1.636	1.210	4.943
Guanabara.....	16.485	7.423	19.666	73.785	9.853
São Paulo.....	9.517	20.423	13.822	19.955	15.392
Sul	2.238	4.364	5.266	11.514	9.165
Paraná.....	430	—	843	400	—
Santa Catarina.....	—	1.044	2.968	1.544	4.531
Rio Grande do Sul.....	1.808	3.320	1.455	6.147	4.634
Interestadual(1).....	—	—	—	3.423	—
Centro-Oeste	—	—	3.935	—	910
Goiás.....	—	—	—	—	910
Distrito Federal.....	—	—	3.935	—	—
BRASIL	30.162	40.194	49.755	106.494	46.001

(1) Operação de interesse de mais de uma Unidade da Região.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.4 Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa — FIPEME

a) Operações Diretas (1)

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	1.534	500	—	—	—
Acre.....	1.534	500	—	—	—
Nordeste	870	5.893	2.880	9.672	—
Bahia.....	870	5.893	2.880	9.672	—
Sudeste	73.644	102.462	39.916	27.541	531
Espírito Santo.....	280	580	—	—	—
Minas Gerais.....	—	—	1.200	—	—
Rio de Janeiro.....	1.727	2.500	—	—	—
Guanabara.....	6.409	8.278	—	700	531
São Paulo.....	65.228	91.104	38.716	26.841	—
Sul	—	21.771	11.500	7.000	—
Santa Catarina.....	—	15.264	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	—	6.507	11.500	7.000	—
Centro-Oeste	150	—	—	800	—
Mato Grosso.....	150	—	—	—	—
Goiás.....	—	—	—	800	—
BRASIL	76.198	130.626	54.296	46.013	531

(1) Financiamentos diretos do BNDE, excluindo as operações de repasses a Agentes Financeiros regionais e estaduais do Programa FIPEME, cujos valores aparecem em tabela própria, a seguir.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.4 Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa — FIPEME

b) Repasses a Agentes Financeiros ⁽¹⁾ (Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	—	—	10.000	—	10.000
Amazonas.....	—	—	—	—	10.000
Interestadual(2).....	—	—	10.000	—	—
Nordeste	—	5.383	6.600	36.656	72.600
Maranhão.....	—	—	—	2.400	7.600
Piauí.....	—	—	—	—	5.000
Ceará.....	—	2.000	—	6.000	15.000
Rio Grande do Norte.....	—	—	—	2.000	5.000
Paraíba.....	—	—	—	—	15.000
Pernambuco.....	—	—	2.000	10.000	—
Alagoas.....	—	1.383	—	—	10.000
Sergipe.....	—	—	600	—	5.000
Bahia.....	—	2.000	4.000	16.256	10.000
Sudeste	16.700	45.598	117.899	213.643	295.000
Espírito Santo.....	500	1.500	5.000	20.645	20.000
Minas Gerais.....	—	15.283	30.325	45.000	45.000
Rio de Janeiro.....	—	3.000	5.000	8.464	15.000
Guanabara.....	11.830	1.208	—	17.009	15.000
São Paulo.....	4.370	24.607	61.158	122.525	200.000
Interestadual(2).....	—	—	16.418	—	—
Sul	17.840	21.432	57.315	105.709	200.000
Paraná.....	—	3.000	3.000	16.000	25.000
Santa Catarina.....	—	—	—	10.417	—
Rio Grande do Sul.....	—	—	5.000	26.650	5.000
Interestadual(2).....	17.840	18.432	49.315	52.642	170.000
Centro-Oeste	1.700	500	—	—	5.000
Goiás.....	700	500	—	—	5.000
Distrito Federal.....	1.000	—	—	—	—
Inter-Regional(3)	—	—	—	—	40.000
BRASIL	36.240	72.913	191.814	356.009	622.600

(1) Compreende as operações de repasses de recursos aos Agentes Financeiros do Programa FIPEME, para aplicação nas respectivas áreas de atuação, incluindo, a partir de 1971, repasses específicos em benefício de empreendimentos previamente aprovados pelo BNDE.

(2) Para aplicação em mais de uma Unidade.

(3) Para aplicação em mais de uma Região.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1969/1972

1.7.5 Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro-FUNGIRO ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1969	1970	1971	1972
Norte	—	2.100	—	—
Amazonas.....	—	600	—	—
Pará.....	—	1.500	—	—
Nordeste	3.400	700	—	—
Pernambuco.....	—	700	—	—
Bahia.....	3.400	—	—	—
Sudeste	39.735	97.095	101.220	125.000
Minas Gerais.....	6.010	6.750	1.450	—
Rio de Janeiro.....	150	200	3.800	—
Guanabara.....	5.020	13.850	9.520	12.000
São Paulo.....	28.555	76.295	80.450	113.000
Sul	6.180	20.680	18.050	25.000
Paraná.....	670	—	500	—
Santa Catarina.....	450	3.500	7.050	25.000
Rio Grande do Sul.....	5.040	17.180	10.500	—
BRASIL	49.285	120.575	119.270	150.000

(1) O FUNGIRO começou a operar em 1969.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1971/1972

1.7.6 Fundo de Modernização e Reorganização Industrial — FMRI

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	OPERAÇÕES DIRETAS		REPASSES ESPECÍFICOS		TOTAL	
	1971	1972	1971	1972	1971	1972
Norte.....	—	—	—	—	—	—
Nordeste.....	—	—	—	13.000	—	13.000
Bahia.....	—	—	—	13.000	—	13.000
Sudeste.....	178.280	240.270	—	23.790	178.280	264.060
Minas Gerais.....	—	6.000	—	11.240	—	17.240
Rio de Janeiro.....	36.000	4.000	—	—	36.000	4.000
Guanabara.....	71.195	13.890	—	12.550	71.195	26.440
São Paulo.....	71.085	216.380	—	—	71.085	216.380
Sul.....	10.000	21.000	18.600	6.200	28.600	27.200
Santa Catarina.....	—	21.000	18.600	—	18.600	21.000
Rio Grande do Sul.....	10.000	—	—	6.200	10.000	6.200
BRASIL.....	188.280	261.270	18.600	42.990	206.880	304.260

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

1.7.7 Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste — PRODOESTE

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Valor (Cr\$ mil)
Região Centro-Oeste.....	50.000
Mato-Grosso.....	27.000
Goiás.....	23.000
BRASIL.....	50.000

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

1.7.8 Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste — PROTERRA

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Valor (Cr\$ mil)
Nordeste.....	8.000
Ceará.....	8.000
BRASIL.....	8.000

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

1.7.9 Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	646	1.872	4.088	5.873	16.225
Rorônia.....	—	—	225	—	4.041
Acre.....	52	267	224	158	521
Amazonas.....	273	1.095	2.068	3.556	4.322
Pará.....	321	510	1.573	1.511	7.341
Interestadual.....	—	—	—	648	—
Nordeste	21.725	19.227	21.898	44.710	102.924
Maranhão.....	135	87	50	6.680	1.135
Piauí.....	26	32	63	124	418
Ceará.....	1.638	3.716	1.793	5.109	20.245
Rio Grande do Norte.....	284	369	254	501	1.666
Paraíba.....	3.619	1.017	529	783	5.779
Pernambuco.....	5.113	4.792	5.065	6.841	13.719
Alagoas.....	3.396	3.977	4.973	1.710	13.166
Sergipe.....	213	863	560	949	1.110
Bahia.....	7.301	4.374	8.609	22.013	45.686
Sudeste	169.242	181.577	232.188	480.835	787.470
Espírito Santo.....	815	1.879	1.407	6.752	17.101
Minas Gerais.....	17.846	18.628	33.789	67.687	164.424
Rio de Janeiro.....	3.922	5.211	7.466	27.554	27.712
Guanabara.....	18.376	31.942	26.278	66.844	174.288
São Paulo.....	128.283	123.917	163.228	311.998	403.945
Sul	29.181	40.946	97.956	216.202	242.154
Paraná.....	11.938	13.232	27.649	64.541	84.074
Santa Catarina.....	4.601	7.108	13.221	22.235	46.178
Rio Grande do Sul.....	12.642	20.608	57.086	129.426	111.902
Centro-Oeste	2.508	1.968	5.570	13.963	10.698
Mato Grosso.....	791	750	3.769	3.339	2.484
Goiás.....	1.153	997	1.160	3.536	2.988
Distrito Federal.....	564	221	641	7.088	5.226
Inter-Regional e N.E.	239	—	—	—	—
BRASIL	223.541	245.590	361.678	781.583	1.159.471

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1967/1970

1.7.10 Fundo de Desenvolvimento da Produtividade — FUNDEPRO ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1967	1968	1969	1970
Norte	—	—	—	—
Nordeste	72	—	730	1.607
Ceará.....	56	—	—	1.607
Bahia.....	16	—	—	—
Interestadual(2).....	—	—	730	—
Sudeste	290	3.719	9.725	9.550
Espírito Santo.....	—	88	—	—
Minas Gerais.....	19	—	3.226	4.740
Rio de Janeiro.....	—	87	—	324
Guanabara.....	71	2.342	3.099	4.038
São Paulo.....	200	1.202	3.400	448
Sul	670	1.156	2.202	2.334
Paraná.....	—	—	250	—
Santa Catarina.....	448	1.156	—	334
Rio Grande do Sul.....	222	—	1.352	2.000
Interestadual(2).....	—	—	600	—
Centro-Oeste	—	—	414	—
Mato Grosso.....	—	—	414	—
BRASIL	1.032	4.875	13.071	13.491

(1) Inclui operações diretas e repasses a Agentes em 1969 e 1970. A ação financiadora do FUNDEPRO cessou em 1970, tendo sido englobada, a partir de 1971, pelo FMRI.

(2) Para aplicação em mais de uma Unidade da Região.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1967/1970

1.7.11 Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas-FUNESPE e Programa FINEP ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1967	1968	1969	1970
Norte	—	—	—	—
Nordeste	273	898	2.100	1.215
Rio Grande do Norte.....	—	722	—	—
Bahia.....	273	176	2.100	1.215
Sudeste	1.950	1.057	60	—
Minas Gerais.....	—	668	—	—
Rio de Janeiro.....	6	—	—	—
Guanabara.....	—	—	60	—
São Paulo.....	—	389	—	—
Interestadual ⁽²⁾	1.944	—	—	—
Sul	20	1.607	2.737	—
Santa Catarina.....	7	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	13	1.607	2.737	—
Inter-Regional⁽³⁾	—	1.035	5.108	4.450
BRASIL	2.243	4.597	10.005	5.665

(1) FUNESPE a partir de 1969. A ação financiadora do FUNESPE cessou em 1970, tendo sido englobada, a partir de 1971, pelo FMRI.

(2) Aplicações de interesse de mais de uma Unidade da Região.

(3) Para aplicações em mais de uma Região.

1.7 OPERAÇÕES APROVADAS EM MOEDA NACIONAL, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1970

1.7.12 À Conta de Acordos Externos ⁽¹⁾

(Cr\$ mil, correntes)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970
Norte	—	794	—
Pará.....	—	794	—
Nordeste	—	2.103	1.697
Ceará.....	—	118	—
Paraíba.....	—	1.234	—
Pernambuco.....	—	—	711
Alagoas.....	—	—	986
Sergipe.....	—	353	—
Bahia.....	—	398	—
Sudeste	7.720	4.290	59.253
Minas Gerais.....	—	664	5.432
Rio de Janeiro.....	7.095	2.940	199
Guanabara.....	—	—	6.507
São Paulo.....	625	686	47.115
Sul	—	1.056	992
Paraná.....	—	—	543
Santa Catarina.....	—	1.056	449
Centro-Oeste	—	—	614
Goiás.....	—	—	614
BRASIL	7.720	8.243	62.556

(1) Acordo de Empréstimo Brasil/Dinamarca/BNDE, Acordo DNER/Rothschild & Sons/BNDE e Convênio BNDE/Credit National.

1.8 COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE AVAL APROVADA, POR ATIVIDADES BENEFICIADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1972

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VALOR DAS OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA (equivalência em US\$ mil)			%
	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	TOTAL	
Norte.....	—	—	—	—
Nordeste.....	—	2.500	2.500	2,72
Bahia.....	—	2.500	2.500	2,72
Sudeste.....	56.421	11.478	67.899	73,77
Guanabara.....	—	3.108	3.108	3,37
São Paulo.....	(1) 56.421	8.370	64.791	70,40
Sul.....	—	7.634	7.634	8,29
Paraná.....	—	7.634	7.634	8,29
Centro-Oeste.....	7.575	—	7.575	8,23
Goiás.....	7.575	—	7.575	8,23
Inter-regional.....	6.435	—	6.435	6,99
BRASIL	70.431	21.612	92.043	100,00

(1) Inclui US\$ 56.221 mil de operações de aval em nome do Tesouro Nacional de interesse da Cia. do Metropolitano de São Paulo — METRÔ.

1.9 OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE AVAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1968/1972
(equivalência em US\$ mil)

ATIVIDADES BENEFICIADAS	1968	1969	1970	1971	1972
Serviços de Utilidade Pública.....	82.715	21.512	72.830	24.736	70.431
Energia Elétrica.....	—	994	310	1.056	7.575
Portos e navegação.....	14.852	2.060	—	6.100	—
Transportes { Ferroviário.....	15.533	762	7.539	17.317	56.221
Rodoviário.....	682	7.395	1.450	—	—
Aeroviário.....	51.648	10.300	63.041	—	6.435
Telecomunicações.....	—	—	490	263	200
Indústrias de Transformação.....	6.759	89.391	19.433	71.903	21.612
Celulose e papel.....	—	—	4.807	—	—
Produtos químicos e afins.....	850	5.100	8.906	28.327	—
Produtos de pedra, argila e vidro.....	3.018	492	—	967	7.634
Produtos metalúrgicos.....	2.000	83.561	4.112	39.590	13.978
Maquinaria, exceto elétrica.....	66	—	—	—	—
Material de transporte.....	29	—	—	1.023	—
Produtos têxteis.....	354	65	1.608	—	—
Madeira e mobiliário.....	—	—	—	—	—
Artefatos de borracha e de plástico.....	7	—	—	—	—
Outras.....	435	173	—	1.096	—
Agropecuária, Alimentação e Abastecimento.....	192	918	937	590	—
Outras Atividades.....	—	—	—	1.602	—
TOTAL	89.666	111.821	83.200	98.831	92.043

Obs.: Operações de prestação de aval em nome próprio, em nome do Tesouro Nacional e à conta do FIPEME.

1.10 OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE AVAL APROVADAS, SEGUNDO AS REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1968/1972

(equivalência em US\$ mil)

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1968	1969	1970	1971	1972
Norte	—	1.111	2.300	—	—
Acre.....	—	490	—	—	—
Amazonas.....	—	85	850	—	—
Pará.....	—	556	1.450	—	—
Nordeste	3.650	8.375	8.839	35.017	2.500
Maranhão.....	—	112	—	—	—
Ceará.....	—	—	—	590	—
Rio Grande do Norte.....	—	2.000	—	6.100	—
Paraíba.....	2.800	—	—	—	—
Pernambuco.....	—	—	856	—	—
Alagoas.....	—	—	7.783	—	—
Sergipe.....	—	95	—	—	—
Bahia.....	850	6.168	—	28.327	2.500
Sudeste	33.678	86.192	18.201	54.659	67.699
Espírito Santo.....	14.852	3.689	187	700	—
Minas Gerais.....	2.000	49.804	425	13.000	—
Rio de Janeiro.....	22	258	354	—	—
Guanabara.....	2.911	68	2.732	1.602	3.108
São Paulo.....	12.610	32.313	14.503	39.357	64.791
Interestadual (1).....	1.283	—	—	—	—
Sul	8	2.817	—	987	7.634
Paraná.....	—	565	—	—	7.634
Santa Catarina.....	—	2.252	—	967	—
Rio Grande do Sul.....	8	0	—	—	—
Centro-Oeste	682	2.264	310	3.052	7.575
Mato Grosso.....	—	1.481	—	—	—
Goiás.....	682	630	310	3.052	7.575
Distrito Federal.....	—	153	—	—	—
Inter-Regional (2)	51.648	11.052	63.750	5.136	6.435
BRASIL	89.666	111.821	93.200	98.831	92.043

Obs.: Operações de prestação de aval em nome próprio, em nome do Tesouro Nacional e à conta do FIPEME.

(1) Operação de interesse interestadual em 1968 (CVRD-E.F. Vitória a Minas).

(2) De interesse de mais de uma Região, principalmente no setor de transportes.

1.11 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE AVAL APROVADAS, SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS BENEFICIADAS — 1952/1972

ANOS	VALOR DAS OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE AVAL (equivalência em US\$ mil)							
	TOTAL	SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA						Outras Atividades (1)
		Serviços de Utilidade Pública			Indústrias de Transformação			
		Transporte e Comunicações	Energia Elétrica	Subtotal	Siderúrgica	Outras	Subtotal	
1952.....	—	—	—	—	—	—	—	—
1953.....	2.178	—	—	—	2.178	—	2.178	—
1954.....	7.133	293	6.840	7.133	—	—	—	—
1955.....	20.672	3.907	13.537	17.444	—	3.228	3.228	—
1956.....	48.954	19.543	22.548	42.091	—	2.734	2.734	4.129
1957.....	89.865	22.083	39.077	61.140	6.470	16.682	23.152	5.573
1958.....	209.983	39.897	2.255	42.152	155.797	10.829	166.626	1.205
1959.....	163.011	1.922	23.924	25.846	124.849	11.781	136.630	535
1960.....	50.189	33.925	4.535	38.460	3.871	6.761	10.622	1.057
1961.....	62.836	—	34.167	34.167	28.370	299	28.669	—
1962.....	67.533	43.846	3.293	47.139	—	20.333	20.333	61
1963.....	10.755	—	4.307	4.307	4.427	2.000	6.427	21
1964.....	2.481	—	2.077	2.077	—	322	322	82
1965.....	55.423	12.693	2.394	15.087	39.061	709	39.770	566
1966.....	44.268	26.608	2.228	28.836	2.200	13.232	15.432	—
1967.....	44.442	38.428	1.614	40.042	989	3.008	3.997	403
1968.....	89.666	82.715	—	82.715	2.000	4.759	6.759	192
1969.....	111.821	20.518	994	21.512	81.460	7.931	89.391	918
1970.....	93.200	72.620	310	72.930	3.687	15.746	19.433	937
1971.....	98.831	23.680	1.056	24.736	39.590	32.313	71.903	2.192
1972.....	92.043	62.856	7.575	70.431	11.478	10.134	21.612	—

(1) Inclui mineração, agropecuária, indústria de alimentação, abastecimento, pesquisas e outras atividades.

Dados Financeiros

VALORES DO ATIVO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS RUBRICAS — 1970/1972

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ mil)		
	1970	1971	1972
I — Disponível	149.502,8	237.400,5	239.366,7
Disponibilidade no País (Caixa e Bancos)	134.262,8	203.952,9	72.170,9
Disponibilidade no Exterior	7.441,2	6.881,5	187.195,8
Fundos em Trânsito	7.702,6	14.133,7	—
Fundos em Suspensão	96,2	12.432,4	—
II — Realizável a Curto Prazo	788.707,4	853.747,1	926.560,8
Depósitos Bancários a Prazo	5.555,8	7.867,2	42.392,2
Correspondentes no País	210.084,2	229.924,3	211.764,6
Encargos de Financiados e Avalizados	133.307,3	201.741,9	103.447,0
Encargos de Financiados e Avalizados — FIPEME	8.333,6	16.996,6	25.899,3
Avais Honorados	110.461,2	88.989,5	118.255,2
Titulos de Renda	23,8	25,8	25,8
Responsabilidades do Tesouro Nacional	256.467,4	226.943,1	249.909,6
Responsabilidades por Adiantamentos	52.322,4	77.389,1	39.774,0
Encargos de Financiados e Avalizados — FUNAI	2.063,4	2.658,5	3.206,1
Avais Honorados — FIPEME	—	—	208,8
Outros Valores a Realizar a Curto Prazo	10.088,3	1.231,1	41.588,2
III — Realizável a Longo Prazo	4.827.776,9	6.996.938,0	10.552.463,2
Financiamentos	2.948.545,5	4.214.651,3	6.680.803,8
Participações Societárias	1.431.605,7	2.101.175,9	2.820.170,5
Aplicação no FUNAI	70.273,1	71.867,1	71.867,1
Financiamentos à Pequena e Média Empresas	340.440,0	552.900,1	891.190,5
Financiamentos à Pequena e Média Empresas — Reaplicação	36.911,7	56.066,6	68.154,3
Outros Valores a Realizar a Longo Prazo	0,9	277,0	20.277,0
IV — Imobilizado	33.998,7	195.412,0	266.724,4
Imobilizações Técnicas	19.123,8	20.940,2	23.405,8
Imobilizações Financeiras	1,4	146.221,1	204.025,2
Imobilizações Vinculadas ao FUNTEC	14.525,7	27.680,0	37.997,0
Imobilizações Vinculadas ao FUNDEPRO	347,8	570,7	1.296,4
V — Pendente	91.421,0	130.207,1	30.468,0
Valores em Liquidação	3,7	4,2	4,9
Despesas de Financiamento à Pequena e Média Empresas — FIPEME	91.378,1	130.044,0	—
Depósitos do F. G. T. S.	31,3	23,4	2.094,0
Responsabilidades do Tesouro Nacional a efetivar	—	—	26.731,0
Execução do Programa de Transferência	—	39,9	1.470,7
Outros Valores Pendentes	3,7	95,6	167,4
Depósitos do Empréstimo Compulsório — Lei 4242/63	4,2	—	—
TOTAL	5.891.408,8	8.413.704,7	12.015.583,1

VALORES DO PASSIVO, SEGUNDO AS PRINCIPAIS RUBRICAS — 1970/1972

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ mil)		
	1970	1971	1972
I — Não Exigível	4.415.195,9	6.167.097,3	7.854.487,0
Capital	1.716.098,0	4.435.910,0	5.069.390,0
Fundo de Reserva Legal	—	9.724,3	35.405,3
Fundo p/Aumento de Capital	9,4	6,9	87.855,8
Fundo de Previsão	261.625,9	71.850,9	340.134,0
Fundo do Reparelhamento Econômico — Imposto de Renda — Lei 4506/64	473.770,4	—	—
Fundo de Correção Monetária	8,9	5,2	292.101,9
Reserva Especial	1.310.000,0	1.420.000,0	1.420.000,0
Recursos Orçamentários	652.683,3	229.600,0	709.600,0
II — Depreciações e Provisões	11.572,1	28.198,5	45.686,4
Depreciação de Instalações	598,3	734,3	859,5
Depreciação de Bens Móveis	983,0	1.298,6	1.649,0
Depreciação de Imobilizações Vinculadas ao FUNTEC	3.961,7	7.555,7	12.686,1
Depreciação de Imobilizações Vinculadas ao FUNDEPRO	50,1	145,0	338,9
Fundo de Assistência Médico-Social	132,5	265,3	624,2
Fundo de Aposentadoria e Pensões	3.006,1	1.637,6	27.444,7
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	31,3	23,4	2.094,0
Fundo Especial p/Financiamento Capital de Giro FUNGIRO	2.809,1	16.538,6	—
III — Exigível a Curto Prazo	410.664,9	466.098,8	774.064,7
Depósitos de Movimento	37.596,4	63.564,3	151.622,5
Depósitos Vinculados	48.377,2	23.856,3	15.991,9
Depósitos dos Fundos Especiais	186.144,9	194.015,2	384.021,7
Créditos de Fornecedores	66,4	28,0	85,4
Restos a Pagar	2.051,0	4.229,6	15.665,4
Imposto sobre Operações Financeiras	—	—	3.260,9
Credores por Participação Societária	7.289,4	—	—
Adicionais do Imposto de Renda — Decreto-Lei 62/66	116.022,8	116.022,8	116.023,0
Operações de Repasse p/Conta de Terceiros	—	2.820,1	25.979,8
Outros Valores Exigíveis	13.116,8	61.560,5	61.408,3
IV — Exigível a Longo Prazo	964.448,9	1.603.699,2	3.172.411,1
Financiamentos p/Entidades Nacionais	97.716,4	680.167,2	1.841.518,7
Financiamentos p/Entidades Estrangeiras	425.820,4	474.664,0	884.382,4
Fundo Nacional de Investimentos	180.155,7	207.223,3	205.099,6
Adicionais do Imposto de Renda — Lei 1.474/51	260.754,4	234.694,2	234.694,3
Depósitos Compulsórios de Companhias de Seguros e Capitalização	—	6.950,5	6.716,1
V — Pendente	89.527,0	148.612,9	68.923,9
Outras Receitas Pendentes	89.148,8	148.612,9	68.923,9
Outros Valores Pendentes	378,2	—	—
TOTAL	5.891.406,8	8.413.704,7	12.015.583,1

RECEITA — 1970/1972

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ mil)		
	1970	1971	1972
I — Receitas de Operações	259.262,2	388.409,2	489.886 0
Receitas de Financiamentos	227.630,1	335.826,8	454.595,1
Receitas de Avais e Fianças	30.248,7	47.522,5	34.183,0
Receitas de Operações Diversas	1.383,4	4.350,0	1.087,9
Receitas de Garantias de Subscrição de Ações	—	709,9	—
II — Receitas Patrimoniais	33.158,2	50.688,8	187.372,6
Receitas de Depósitos Bancários	128,0	104,2	2.399,2
Receitas de Títulos de Renda	2,4	—	—
Receitas de Participações Societárias	32.089,9	49.387,4	183.334,4
Receitas de Imobilizações	957,9	1.197,2	1.639,0
III — Receitas Administrativas	326,7	640,9	983,8
Reembolso de Despesas c/Veículos Cedidos a Terceiros	156,1	—	—
Reembolso de Serviços de Processamento de Dados	80,5	200,0	80,0
Reembolso de Despesas c/Imóveis Cedidos a Terceiros	90,1	440,9	880,9
Reembolso de Despesas c/Serviços Técnicos	—	—	2,7
IV — Receitas Diversas	18.801,4	202.876,7	22.405,1
Anulações de Despesas de Exercícios Anteriores	76,5	3.043,1	7.973,7
Juros de Adiantamentos ao FAP	471,6	402,9	267,8
Receitas de Exercícios Anteriores	17.335,8	7.798,2	13.595,9
Receitas Eventuais	417,6	105,7	37,4
Superveniências do Ativo	1,5	0,2	0,1
Taxa de Custódia de Títulos	498,4	679,9	530,2
Receitas Decorrentes do Decreto 116/71-CA	—	190.846,7	—
TOTAL	311.548,5	642.615,6	700.607,3

DESPESA — 1970/1972

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Cr\$ mil)		
	1970	1971	1972
I — Despesas de Operações	23.872,9	20.736,8	57.876,8
Despesas de Obrigações do Reparelhamento Econômico	852,2	417,7	317,8
Despesas de Financiamentos por Entidades Estrangeiras	20.435,8	17.501,4	33.778,9
Despesas de Depósitos Vinculados	66,9	109,8	166,7
Despesas de Financiamentos por Entidades Nacionais	2.318,0	2.707,7	22.200,7
Despesas de Depósitos a Prazo	—	—	1.414,7
II — Despesas Patrimoniais	4,7	2.013,8	1.583,7
Despesas de Depósitos Bancários de Movimento	4,7	0,2	3,2
Despesas de Participações Societárias	—	2.013,6	1.580,5
III — Despesas de Administração	32.153,1	51.249,6	79.355,6
Pessoal	20.716,3	28.993,2	46.369,5
Material de Consumo	230,8	392,4	402,4
Serviços de Terceiros	2.335,4	3.515,2	7.278,4
Encargos Diversos	6.278,0	14.120,9	19.475,7
Depreciações	2.592,6	4.227,9	5.829,6
IV — Despesas Diversas	21.293,3	42.373,6	48.172,6
Anulações de Receitas de Exercícios Anteriores	393,4	10.441,2	11.745,3
Despesas de Exercícios Anteriores	1.890,7	340,2	10.313,2
Insubstituições do Ativo	1,8	163,9	231,3
Despesas do FUNTEC	17.979,1	29.916,5	20.704,8
Despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT	—	—	4.014,4
Despesas com Recursos do FAP	227,8	—	—
Despesas do FUNDEPRO	800,5	1.511,8	1.163,6
Total da Despesa	77.124,0	116.373,6	186.988,7
Saldo Transferido para	234.424,5	526.242,0	513.618,6
Fundo p/Aumento de Capital	159.143,5	394.321,5	219.654,6
Fundo de Provisão	75.281,0	122.196,1	258.283,1
Fundo de Reserva	—	9.724,4	25.680,9
TOTAL GERAL	311.548,5	642.615,6	700.607,3

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ADMINISTRATIVO — 1970/1972

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA REALIZADA (Cr\$ mil)		
	1970	1971	1972
Pessoal.....	20.716,3	28.893,1	46.369,5
Honorários do Conselho de Administração.....	95,9	125,6	159,8
Honorários da Diretoria.....	280,5	210,8	564,3
Vencimentos de Cargos em Comissão.....	3.302,3	6.075,5	461,5
Vencimentos de Cargos de Carreira.....	9.224,6	11.148,3	1.914,1
Salário de Estagiários.....	130,6	164,6	246,9
Gratificação por Presença em Reunião.....	41,4	58,9	69,1
Gratificação de Função.....	203,0	117,3	575,4
Gratificações Especiais e de Serviço de Vigilância.....	18,0	15,2	—
Gratificações por Serviços Extraordinários.....	2,0	19,0	40,0
Gratificações Coletivas.....	4.680,5	6.299,0	6.427,9
Gratificações por Tempo de Serviço.....	624,2	1.030,0	122,4
Representação de Membros da Diretoria.....	52,3	71,4	138,2
Diárias.....	196,7	382,9	432,0
Ajuda de Custo.....	6,6	12,9	—
Substituições.....	24,6	70,6	13,6
Indenização de Licença Especial.....	923,3	1.998,5	8.012,6
Salário-Família.....	181,4	246,2	24,2
Auxílio para Alimentação.....	369,3	461,8	650,8
Auxílio para Diferença de Caixa.....	1,5	4,7	—
Representação de Chefes de Escritório.....	4,0	4,0	0,1
Representação de Comissionados Padrão C-O.....	44,6	51,4	52,1
Representação Especial.....	9,5	116,1	146,8
Honorários do Conselho Fiscal.....	—	—	15,0
Salários de Cargos de Carreira.....	—	—	20.418,2
Salários de Contratados.....	—	—	1.468,3
Salários de Requisitados.....	—	—	85,0
13.º Salário.....	—	—	2.458,1
Adicional Noturno.....	—	—	10,0
Abono Salarial.....	—	—	1.525,5
Remuneração de Funcionários em Disponibilidade.....	239,5	328,4	337,6
Serviços de Terceiros.....	2.335,4	3.515,2	7.278,4
Serviços Técnicos.....	824,9	1.407,6	4.024,9
Serviços de Comunicações.....	244,0	319,3	554,3
Luz, Força e Gás.....	336,4	578,2	791,5
Publicidade.....	43,9	70,8	51,8
Publicações de Editais, Avisos e Anúncios.....	36,2	15,9	20,8
Assinaturas de Jornais e Periódicos.....	17,8	20,0	47,6
Impressões e Encadernações.....	21,8	48,2	125,2
Conservação e Reparos.....	598,8	803,7	1.107,3
Manutenção de Veículos.....	17,3	43,9	57,7
Serviços de Contratados.....	172,2	146,7	15,6
Ajuda Financeira a Bolsistas.....	—	38,5	28,7
Outros Serviços de Terceiros.....	22,1	24,4	453,0
Encargos Diversos.....	6.278,0	14.120,9	19.475,7
Aluguéis.....	14,6	19,6	258,0
Contribuições p/Associações.....	153,0	266,2	396,1
Condução e Viagens.....	240,3	464,3	533,7
Seguros.....	37,3	83,3	94,4
Missões no Exterior.....	1,3	84,3	23,6
Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal.....	23,2	84,0	120,5
Assistência Médico-Social.....	534,5	602,8	870,1
Relações Públicas.....	8,1	31,9	35,0
Representação do Banco no Exterior.....	72,5	82,5	117,1
Contribuição para o Fundo de Aposentadoria e Pensões.....	4.872,9	10.378,7	6.727,0
Contribuição para o F. G. T. S.....	7,7	8,3	2.855,4
Participação em Congressos e Seminários.....	61,3	36,7	46,0
Contribuição para o PASEP.....	—	1.662,9	3.819,1
Contribuição para o INPS.....	—	—	2.522,6
Contribuição para o CEBRAE.....	—	—	374,7
Outros Encargos Diversos.....	251,3	315,4	653,4
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	29.329,7	46.629,2	73.123,6

INFORMAÇÕES ESPECIAIS SOBRE DESPESAS

a) Relação de jornais e empresas de publicidade que prestaram serviços ao BNDE em 1972

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	IMPORTÂNCIA (Cr\$)
1. Agência Nacional.....	Divulgação das Atividades do Banco.....	50.400,00
2. Departamento de Imprensa Nacional.....	Publicação de Balançotes.....	1.360,00
TOTAL.....		51.760,00

b) Pagamentos efetuados pela Representação do BNDE nos Estados Unidos da América — 1970/1972

(em US\$)

NATUREZA	1970	1971	1972
Despesas da Própria Representação.....	14.277.14	15.340.03	19.487.32
Vencimentos e Representação.....	13.805.00	13.805.00	18.840.00
Telefone.....	127.09	128.29	254.57
Portes e Telegramas.....	345.05	400.50	291.50
Material de Expediente.....	—	—	81.25
Restos a Pagar.....	—	1.006.24	—
Outras Despesas.....	70.86	39.50	285.74
Aquisição de Livros.....	50.60	—	42.75
Assinatura de Jornais e Revistas.....	—	19.65	222.99
Diversos.....	20.26	19.85	—
TOTAL.....	14.348.00	15.379.53	19.733.08

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDE	-	Associação dos Bancos de Desenvolvimento
BACEN	-	Banco Central do Brasil
BANDECE	-	Banco de Desenvolvimento do Ceará S.A.
BASA	-	Banco da Amazônia S.A.
BEAM	-	Banco do Estado do Amazonas S.A.
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	-	Banco Nacional da Habitação
BRDE	-	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CEBRAE	-	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa
CEEE	-	Companhia Estadual de Energia Elétrica (Rio Grande do Sul)
CESA	-	Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Rio Grande do Sul)
CINTEA	-	Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras (Rio Grande do Sul)
CODERMA	-	Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Maranhão
CPRM	-	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
DER	-	Departamento de Estradas de Rodagem
DNEF	-	Departamento Nacional de Estradas de Ferro
DNER	-	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOCEGEO	-	Rio Doce Geologia e Mineração
DNOCS	-	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNOS	-	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
ELETROBRÁS	-	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FIMACO	-	Programa de Financiamento de Materiais de Construção
FINAME	-	Agência Especial de Financiamento Industrial
FINEP	-	Financiadora de Estudos e Projetos S.A.
FIPEME	-	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa
FMRI	-	Fundo de Modernização e Reorganização Industrial
FNDCT	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FRE	-	Fundo do Reparelhamento Econômico
FUMCAP	-	Fundo de Desenvolvimento do Mercado de Capitais
FUNAI	-	Fundo Nacional de Investimento
FUNDEPRO	-	Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
FUNESPE	-	Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas
FUNGIRO	-	Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro
FUNTEC	-	Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IOF	-	Imposto sobre Operações Financeiras
M.T.	-	Ministério dos Transportes
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEB	-	Programa Especial de Empréstimos a Bancos de Desenvolvimento
PETROBRÁS	-	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIB-NE	-	Programa Especial de Apoio Financeiro à Indústria Básica do Nordeste
PIS	-	Programa de Integração Social
PMRC	-	Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização
PROCAP	-	Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Mercado de Capitais
PRODOESTE	-	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PROTERRA	-	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PROVALE	-	Programa Especial para o Vale do São Francisco
RFFSA	-	Rede Ferroviária Federal S.A.
SINAC	-	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
SUDAM	-	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	-	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	-	Superintendência do Vale do São Francisco
TELEBRÁS	-	Telecomunicações Brasileiras S.A.
USAID	-	U.S. Agency for International Development

SUMÁRIO

- 1 - O BNDE E A ECONOMIA NACIONAL
- 2 - O DESEMPENHO DO BNDE EM 1972
INSTRUMENTOS DE AÇÃO
COMPOSIÇÃO SETORIAL
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
- 3 - SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA
- 4 - PROGRAMA DE AÇÃO PARA 1973
- 5 - BALANÇO

ANEXOS:

ESTATÍSTICA DA AÇÃO FINANCIADORA

- 1.1 - Composição da Colaboração Financeira Aprovada em Moeda Nacional, por Programas e Atividades Beneficiadas - 1972
1.1.1 - Fundo do Reaparelhamento Econômico - FRE
- 1.2 - Composição da Colaboração Financeira Aprovada em Moeda Nacional, por Programas e Segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1972
1.2.1 - Fundo do Reaparelhamento Econômico - FRE
- 1.3 - Composição da Colaboração Financeira Aprovada em Moeda Nacional, por Atividades Beneficiadas, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1972
- 1.4 - Operações Aprovadas em Moeda Nacional, Segundo as Atividades Beneficiadas - 1968/1972
1.4.1 - Total Geral
1.4.2 - Fundo do Reaparelhamento Econômico - FRE
1.4.3 - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico - FUNTEC
1.4.4 - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa - FIPEME
1.4.5 - Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro - FUNGIRO
1.4.6 - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial - FMRI
1.4.7 - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE
1.4.8 - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA
1.4.9 - Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAMÉ
1.4.10 - Fundo de Desenvolvimento da Produtividade - FUNDEPRO
1.4.11 - Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas - FUNESPE e Programa FINEP
1.4.12 - À Conta de Acordos Externos
- 1.5 - Evolução das Operações em Moeda Nacional Aprovadas, Segundo as Atividades Econômicas Beneficiadas - 1952/1972
1.5.1 - A Preços Correntes
1.5.2 - A Preços de 1972
1.5.3 - Participação Percentual
- 1.6 - Evolução da Colaboração Financeira Aprovada em Benefício dos Setores Público e Privado - 1952/1972
- 1.7 - Operações Aprovadas em Moeda Nacional, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1968/1972
1.7.1 - Total Geral
1.7.2 - Fundo do Reaparelhamento Econômico - FRE
1.7.3 - Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico - FUNTEC
1.7.4 - Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa - FIPEME
a) Operações Diretas
b) Repasses a Agentes Financeiros
1.7.5 - Fundo Especial para o Financiamento de Capital de Giro - FUNGIRO
1.7.6 - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial - FMRI
1.7.7 - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE
1.7.8 - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA
1.7.9 - Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAMÉ
1.7.10 - Fundo de Desenvolvimento da Produtividade - FUNDEPRO
1.7.11 - Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas - FUNESPE e Programa FINEP
1.7.12 - À Conta de Acordos Externos
- 1.8 - Composição da Prestação de Aval Aprovada, por Atividades Beneficiadas, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1972
- 1.9 - Operações de Prestação de Aval Aprovadas, Segundo as Atividades Econômicas Beneficiadas - 1968/1972
- 1.10 - Operações de Prestação de Aval Aprovadas, Segundo as Regiões e Unidades da Federação - 1968/1972
- 1.11 - Evolução das Operações de Prestação de Aval Aprovadas, Segundo as Atividades Econômicas Beneficiadas - 1952/1972

DADOS FINANCEIROS

Valores do Ativo, Segundo as Principais Rubricas - 1970/1972
Valores do Passivo, Segundo as Principais Rubricas - 1970/1972
Receita - 1970/1972
Despesa - 1970/1972
Execução do Orçamento Administrativo - 1970/1972
Informações Especiais sobre Despesas
a) Relação de Jornais e Empresas de Publicidade que Prestaram Serviços ao BNDE em 1972
b) Pagamentos Efetuados pela Representação do BNDE nos Estados Unidos da América - 1970/1972

“O grau alcançado nos últimos anos pelo nosso desenvolvimento tem induzido com frequência analistas estrangeiros a qualificar esse fenômeno social como “milagre brasileiro”.

A verdade é no entanto que não decorre esse fenômeno de nenhum milagre. Decorre, isto sim, da ação serena e equilibrada do Governo; da realização de iniciativas ousadas e de corajosas reformas jurídicas; da ampliação das fronteiras econômicas; da ocupação dos imensos espaços vazios; da integração nacional e social; da utilização das nossas riquezas potenciais e da valorização dos nossos recursos humanos. Decorre o desenvolvimento brasileiro também, na realidade, da combinação da iniciativa privada com a ação governamental para a abertura do comércio exterior. Decorre, igualmente, na mobilização das poupanças nacionais, do estímulo aos investimentos, da correção dos desequilíbrios regionais, bem como, de modo particular, da formulação racional de grandes programas no campo da educação, da saúde, da assistência social das comunicações dos transportes, da indústria de base e de transformação. Decorre ainda da revisão dos métodos de trabalho na agricultura, mediante a implantação de tecnologia moderna, uso de mecanização, fertilizantes, sementes selecionadas, fomento à agro-indústria, construção de ampla rede de usinas de beneficiamento, armazéns e silos. Decorre, outrossim, da coerência que se imprime no sistema econômico da livre iniciativa, compatível com a forma democrática de governo, para orientar o trabalho e aumentar a produtividade em todos os setores, fazendo chegar a repartição dos frutos do progresso a todas as regiões e a todos os brasileiros.

O MILAGRE BRASILEIRO, EM SUMA, TEM UM NOME E ESTE NOME É: TRABALHO.”

Emilio Garrastazu Médici
Presidente da República